

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do

INSTITUTO

HISTÓRICO e

GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**



139

2004- PORTO ALEGRE -RS BRASIL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Instituto Histórico e Geográfico RS. Vol 1, (jan./mar. 1921) – Porto Alegre: IHGRGS, 1921 – 225p.

Periodicidade anual

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317

90010-271. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil

Horário: 13h as 19h

Telefone/ Fax (0xx51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br

<http://www.geocities.com/paris/jardin/5965/>

ou

<http://www.paginadogaicho.com.br/ihgrgs>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente

Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente

Luis Alberto Cibils

2º Vice-Presidente

Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral

Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro

Heinrich Hasenack

Secretário-Geral

Sérgio Alves Teixeira

Secretário

Flávio Loureiro Chaves

Coordenador do Patrimônio Cultural

Raphael Copstein

Coordenador de comunicação

Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal

Margaret Marchiori Bakos

Paulo J.P. Xavier

Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista

Sérgio Alves Teixeira

Sérgio da Costa Franco

Miguel Frederico do Espírito Santo

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern – Arthur Rabuske
– Blau Fabricio de Souza - Braz
Augusto Aquino Brancato – Celso
Jaloto Ávila Junior – Coralio
Bragança Pardo Cabeda – Earle Diniz
Macarthy Moreira – Elvo Clemente
– Euripedes Falcão Vieira – Fernando
O'Donnell – Flávio Loureiro Chaves-
Francisco Riopardense de Macedo-
Gervásio Rodrigo Neves – Heinrich
Haesnack – Lothar Francisco Hessel
– Luis Alberto Cibils – Márcia Eckert
Miranda - Margaret Marchiori Bakos
– Miguel Frederico do Espírito Santo
– Moacyr Flores – Mozart Pereira
Soares – Paulo J.P.Xavier – Raphael
Copstein – Sérgio da Costa Franco –
Sérgio Alves Teixeira – Telmo Lauro
Müller – Vera Lucia Maciel Barroso

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 9** **Considerações em torno da batalha de Passo Fundo**
Corálio Bragança Pardo Cabeda
- 27** **O Estado do Acre - breve abordagem diplomática e militar**
Davis Ribeiro de Sena
- 53** **Dante de Laytano**
Lothar Hessel
- 55** **A Região de Camaquã em documentos antigos e na correspondência enviada por A.A. Borges de Medeiros**
Luis Alberto Cibils
- 73** **Século XIX – da delimitação do território nacional à difícil descoberta do interior (através dos diários de Oscar de Oliveira Miranda)**
Márcia Eckert Miranda
- 81** **São Pedro do Rio Grande: centro de tradições Estatísticas**
Nelson Senra
- 107** **Rio-grandenses no Distrito de Entre-Rios**
Paulo Xavier
- 119** **O Comércio e a Barra do Rio Grande do Sul, 1850-1900**
Raphael Copstein
- 155** **A gestão política interna do PRR ao tempo de Borges de Medeiros**
Sérgio da Costa Franco
-

DOCUMENTAÇÃO

163 Minha viagem à praia de banhos de Tramandaí

Armando Dias de Azevedo

Fundo Arthur Ferreira Filho

Convenção de suspensão de armas entre Gomes Freire D'Andrade e os caciques, assinada no Campo do Rio Jacui, a 14 de novembro de 1754.

Gervásio Rodrigo Neves

Manifesto dos rebeldes de 1924 lançado em Foz do Iguaçu em 16 de outubro de 1924.

Proclamação do tenente Juarez Távora após a tomada de Uruguaiana em 29 de outubro de 1924.

Correspondência dos exilados de 1924/1925

Fundo Amaro Baptista

NOTICIÁRIO

211 - Cronologia de eventos do IHGRGS –novembro 2003/novembro 2004.

- Recebido auxílio financeiro da Assembléia Legislativa através de aprovação de emenda popular em 2003.

- Solicitação de auxílios à modernização dos acervos.

- Serviços oferecidos aos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

ARTIGOS

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA BATALHA DE PASSO FUNDO*

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Depois do grande combate de Inhanduí (03-05-1893), no qual o exército federalista deixou escapar excelente oportunidade de assestar profundo golpe nas forças governistas, refluíram os revolucionários para a linha fronteira, já, agora, na condição de perseguidos e com o ânimo bastante abatido.

Na conferência então realizada, quando muitos propuseram o internamento em território uruguaio, em face das carências materiais e da aproximação da estação invernal, alguns recusaram o alvitre proposto, optando por levar a fagulha da rebelião ao resto do Estado.

Entre eles estava o então Coronel Gumercindo Saraiva que, no comando de uma brigada, vinha destacando-se em missões de responsabilidade, acutilando o inimigo com seus lanceiros ou garantindo a retirada do exército.

Internando-se no Rio Grande, arrastaria atrás de si importantes contingentes governistas, aliviando a pressão sobre a fronteira, onde se encontravam os remanescentes do Inhanduí, e ganhando tempo para a sua reorganização.

Iniciava-se, aí, a grande marcha que alcançaria as fronteiras de São Paulo, retornaria ao Rio Grande e conheceria o seu nadir no Carovi (10-08-1894), após o grande combate de Passo Fundo (27-06-1894), cujos 110 anos este Seminário rememora.

Vejamos, pois, em largos traços, o desenvolvimento dessa gesta, focalizando aqueles aspectos geralmente menos visíveis, mas não menos importantes, fugindo à linguagem formal ou ao estilo triunfalista das partes de combate.

Quando o General Joca Tavares, comandante-em-chefe do exército federalista, confiou a Gumercindo a missão que o consagraria como o maior dos comandantes revolucionários, proveu-lhe dos recursos que, à altura, pôde dispor, além de promovê-lo a general (25-05-1893).

Não era muito o que dispunha Gumercindo : 1.100 homens, dos melhor montados, armados e vestidos que Joca Tavares pôde reunir, embora os

* Palestra no "Seminário 110 anos da Batalha de Passo Fundo", realizado nos dias 25,26 e 27 de junho de 2004, em Passo Fundo/RS.

lanceiros constituíssem a base da força, guiados com tino e mão firme por chefes da estatura de Aparício Saraiva e Torquato Severo.

Antes de marchar, Gumercindo convidou para com ele associar-se o General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, oferecendo-lhe, o comando da expedição.

Salgado, militar profissional que deixara o comando de sua unidade (6º BI de Uruguaiana) para aderir aos maragatos, respondeu-lhe de maneira tão brusca quanto reveladora da diferença de mentalidades : “*que não era nenhum aventureiro para andar gauchando pelas estâncias...*” (Tavares, *Diário*).

Tal fato vem a propósito para que se observe quão delicadas seriam as relações entre os dois comandantes, não bastassem as dificuldades materiais de que sempre padeceriam as forças revolucionárias.

Entretanto, após conferenciar com o Conselheiro Silveira Martins, a quem fora solicitar recursos, Salgado voltava a invadir o Rio Grande à frente de 800 homens, “mal armados, mal equipados e mal montados”, segundo as palavras de seu próprio chefe de Estado Maior (Carvalho, *o General Salgado*), reunindo-se a Gumercindo na costa do Santa Maria (03-08-1893).

Assim, embora marchando em colunas separadas, a fim de cobrirem maior território e protegerem-se mutuamente, seguiram os dois generais “*gauchando pelas estâncias*” do Rio Grande...

Não se perca de vista que os revolucionários, em sua quase totalidade, eram paisanos arregimentados, aos quais aderiram alguns militares, i.e., alunos da Escola Militar, praças de unidades batidas em campo raso e incorporadas e uns quantos oficiais, como era o caso do próprio Salgado.

Amalgamar toda essa gente, dando-lhe coesão, disciplina e senso de hierarquia não seria tarefa de nenhum modo fácil e as agruras da campanha haveriam de pôr à prova a fibra e o ardor de combatentes tão diferenciados, revelando as verdadeiras vocações de soldados e de generais.

Salvo os elementos bélicos que levavam ao marchar da fronteira, nenhuma esperança de apoio material poderiam abrigar, devendo contar com os recursos de gado e cavalaria - elementos fundamentais ao tipo de guerra que se travava - das regiões a atravessar. Quanto ao suprimento de armas e munições, só o que o butim deixado pelo inimigo derrotado pudesse prover... O *carcheio*, as requisições e as contribuições de guerra forneceriam o restante, segundo os costumes da época.

E estávamos às portas do século XX !

Foi assim que Gumercindo e Salgado, à testa de 1.900 homens, partiram

para o centro do Estado, despachando *potreadores* e piquetes em busca de recursos, sendo arrebanhados 6.000 cavalos para a remonta da força.

O papel do *potreador* merece destaque especial para a compreensão da maneira pela qual se fazia essa guerra “à gaúcha”.

Deveria ser campeiro, dotado de espírito de iniciativa e com bom sentido de orientação, pois tinha de afastar-se léguas da força principal, cujo rumo sempre teria de encontrar no desempenho de seu duplo papel de arrebanhador e de coletor de informações.

A cavahada, *estranzilhada* pelas marchas forçadas e mal alimentada, rapidamente se inutilizava, sendo necessário renová-la com frequência. Nessa tarefa tinha importância fundamental o *potreador*, pois, ao mesmo tempo que renovava as manadas de cavalos e éguas, impedia o inimigo de suprir-se na mesma área.

Isto posto, passemos às forças oponentes.

A grande unidade mais obstinada na missão de perseguir e bater os revolucionários seria, desde o início, a Divisão do Norte, comandada pelo General-de-Brigada honorário Francisco Rodrigues Lima e pelo Senador José Gomes Pinheiro Machado, ambos veteranos do Paraguai e exercendo o segundo deles funções políticas e militares. Embora não isenta de atritos e divergências, que foram surgindo tanto no seio da força como em relação às demais unidades, guardou a divisão boa harmonia de vistas e foi de uma tenacidade admirável, fatores importantes no desfecho da campanha.

A ironia do destino ficou por conta de ter a divisão participado do combate de Inhanduí e, quiçá, escapado da destruição pelo prematuro desengajamento da luta por parte dos federalistas na noite de 03-05-1893.

Formada inicialmente com elementos missioneiros, origem também de seus dois comandantes, passou a contar, posteriormente, com unidades da milícia estadual, comandadas por oficiais do Exército Brasileiro em comissão, além de corpos civis ou “patriotas” e de batalhões do Exército que se lhe foram agregando.

Ao contrário das forças de Gumercindo e Salgado, cuja deficiência material já acentuamos, a Divisão do Norte era muito superior em recursos bélicos, estando dotada de algumas peças de artilharia, coisa que o adversário, enquanto atuou no território do Rio Grande, não contava. Além disso, seus componentes auferiam soldo, ainda que pago com atraso, e poderiam, pelo menos, abrigar a esperança de receber o apoio material proporcionado pelos tesouros estadual e federal.

Também se dispunha de algumas facilidades de transporte e de

comunicações em território gaúcho e eventual combinação operacional com outras unidades, ainda que nem sempre a harmonia entre os comandos predominasse.

Em fins de agosto de 1893, com a intenção de eliminar a força expedicionária rebelde, o governo montou operação de cerco, mobilizando 5.000 homens da Divisão do Norte, da brigada do Coronel Francisco Rodrigues Portugal, da guarnição federal de São Gabriel e da coluna do General Antônio Joaquim Bacelar.

Essa operação e o seu desfecho, francamente desfavorável às intenções de quem a planejou, merece ser mencionada pelas conseqüências que trouxe ao curso futuro da revolução.

Tomando a iniciativa com muita habilidade e judiciosa aplicação dos “princípios de guerra”, Gumercindo e Salgado batem a Brigada Portugal no Cerro do Ouro (município de São Gabriel), em 27-08-1893, antes que se concretizasse a junção das hostes adversárias.

A vitória foi completa e aplastante e a exploração do êxito levou os lanceiros maragatos às portas de São Gabriel.

Pode-se dizer que foi uma vitória de Gumercindo, já que Salgado ficou detido por um dos corpos da Brigada Portugal.

Com apenas 300 homens dotados de armas de fogo e 12.000 tiros, os rebeldes decidiram a luta com uma clássica carga de cavalaria, explorando o defeituoso dispositivo inimigo e a sua inferioridade numérica.

O butim foi inestimável para quem lutava com carências de toda a sorte : duas centenas de Comblains, 124.000 tiros, lanças, espadas, barracas, ponchos, carretas, cargueiros, arreios, etc. O *carcheio*, segundo a usança da época, permitiu vestir muito soldado mal de roupa...

Foi isso que permitiu o prosseguimento da luta e o alargamento da zona de operações dos revolucionários.

Salgado, que desejava apoderar-se da artilharia da guarnição de São Gabriel (que não participou do combate), o que aumentaria substancialmente o seu poder de fogo, pretendeu atacar a cidade no dia seguinte, contra a opinião de Gumercindo.

Ainda estavam quentes as cinzas do combate e já afloravam as divergências entre os vencedores...

A aproximação de Bacelar e da Divisão do Norte apressou a retomada da marcha. (Cabeda, *Combate*).

Reequipados convenientemente, os revolucionários rumaram para as Missões, transpondo o Ibicuí em demanda de Itaqui, onde se pretendia obter

a adesão da Flotilha do Alto Uruguai.

Frustrados nesse intento, marcharam para a Cruz Alta, sempre perseguidos por Lima e Pinheiro Machado.

Planejando-se outra manobra de cerco, foi chamada em auxílio da Divisão do Norte a recém organizada Divisão do Centro, comandada pelo General Artur Oscar de Andrade Guimarães.

Deveria essa grande unidade deslocar-se pela Estrada de Ferro do Norte ou de Itararé, cuja ponta dos trilhos alcançava as proximidades de Vila Rica (atual Júlio de Castilhos).

Quando atingiu esse ponto, Artur Oscar não mais encontrou o inimigo, retrocedendo para Porto Alegre com a intenção de cortar-lhe a frente, marchando de Cima da Serra (atual São Francisco de Paula) para Vacaria ou Bom Jesus. (Cabeda, *A Brigada Portugal*).

Tais rocagens de forças só eram possíveis pela existência de alguns trechos ferroviários utilizáveis.

Essas manobras frustradas para cercar Gumercindo, planejadas nos gabinetes em Porto Alegre, pareciam dar razão ao General Moura, Ministro da Guerra, a quem se atribuíam haver dito, com muita argúcia e alguma ironia : *“aqui na carta ele não passa, mas lá no campo ele passa...”*

Enquanto isso, em princípios de outubro, os revolucionários aproximavam-se de Passo Fundo, onde a revolução era sustentada por chefes dedicados como Elisiário Prestes, Veríssimo da Veiga, Borges Vieira e Pedro Bueno de Quadros, os quais, mesmo com minguados recursos, somavam vitórias importantes para a causa e traziam em inquietação os defensores do castilhismo.

As duas colunas não se demoraram em Passo Fundo, indo acampar no Mato Castelhanos, a três léguas dali. Do outro lado, no Mato Português, estava a força do Tenente-Coronel Chachá Pereira, oficial do Exército, que tentou barrar-lhes a progressão, a fim de dar tempo à aproximação da Divisão do Norte.

Derrotado, Chachá Pereira retira para Lagoa Vermelha, onde os revolucionários entram nas suas pegadas.

Foi na Lagoa Vermelha que se soube estar o governo do Desterro apoiando francamente os revolucionários rio-grandenses, circunstância essa que determinaria a passagem para o vizinho Estado de Santa Catarina.

A permanência na região, para onde convergiam as divisões já citadas e as dificuldades na remonta de força numerosa , era totalmente desaconselhável.

No dia 2 de novembro os federalistas atravessaram o rio Pelotas no Passo da Cadeia, depois de algumas discussões sobre a oportunidade de oferecer-se combate na região, o que vozes prudentes desaconselhavam por não ser terreno propício ao desenvolvimento da cavalaria.

Transposto o passo difícil, era de esperar que se obstasse a passagem do inimigo, o que Gumercindo não fez, provocando áspero debate com Salgado e acentuando as divergências entre os dois.

Parece que Salgado pretendia entender-se com o governo do Desterro, com o fito de obter recursos para o prosseguimento da luta, deixando a Gumercindo a missão de guarnecer os passos do rio Pelotas.

Se esse era o plano, o futuro encarregou-se de demonstrar a sua inviabilidade e Gumercindo poderia ficar cortado em posição ingrata, correndo o risco de cerco e derrota à medida que chegassem reforços para o inimigo e forçada a passagem por outros pontos.

No campo contrário, falhara, mais uma vez, a manobra concebida, por ter Artur Oscar voltado do rio das Antas, e as forças de Chachá Pereira e de Santos Filho, este último operando na região colonial italiana, não terem chegado a tempo. Escasseavam, também, os recursos da Divisão do Norte e alguns oficiais, dando parte de doentes, seguiram no rumo da capital...

O Major Miguel José Pereira, historiador da Brigada Militar e contemporâneo dos fatos, criticou a condução das operações, centralizada em Porto Alegre, longe do teatro da luta, a falta de coesão e harmonia entre as unidades e o descaso com os problemas logísticos. Considerou, mesmo, a entrada da Divisão do Norte no sertão *catarinense* “*desastrada operação de guerra, menos infeliz à conta da inépcia ou fadiga intensíssima do inimigo.*” Concluiu sua crítica severa dizendo que a “*ostensiva temeridade e a ultra imprevidência iam dando cabo da Divisão do Norte, que, ao regressar a território patricio, rota, estropiada, em apertado jejum, parecia mais uma leva de retirantes do Norte, acossados pela seca, do que a coluna heróica e incansável, à cuja testa estiveram sempre dois homens denodados : Lima e Pinheiro Machado*” (Pereira, *Esboço Histórico*).

A 6 de novembro, enquanto a Divisão do Norte transpunha o Pelotas, Gumercindo e Salgado separavam-se definitivamente, marchando o primeiro para o norte, rumo ao vale do Itajaí, e o segundo para Tubarão, através da Serra do Oratório.

Era o fim da cooperação entre os dois generais, cujas personalidades e diferenças de formação já não conseguiam manter a unidade da expedição.

A nenhum deles aproveitou a separação, contrária aos princípios de

guerra e comprometedora do futuro da revolução, como logo ficaria provado.

A travessia de 36 léguas de sertão pelo 1º Corpo de Exército (Gumerindo), sempre seguido pelo seu tenaz adversário, sob as mais adversas condições de tempo e de terreno, submeteria as duas tropas a duros sacrifícios. Faltos de quase tudo, por ser região praticamente despovoada e desprovida de recursos, atingiu-se Blumenau a 29 de novembro, também alcançada pelos governistas uma semana mais tarde.

A permanência de ambos no vale do Itajaí, além de alguns porfiados combates, serviu para Gumerindo entender-se com a Marinha, revoltada contra Floriano Peixoto e senhora do litoral catarinense, a respeito das futuras operações.

Quanto a Lima e Pinheiro Machado, defrontaram-se com o dilema de disputar a região ao inimigo, longe de suas bases e sem esperança de socorros, tentar ligação com as forças florianistas no Paraná ou retornar ao Rio Grande.

Em conselho de oficiais, o problema foi claramente exposto, dividindo-se as opiniões. Para acautelar responsabilidades, pediu-se, por escrito, a sugestão de cada um.

Fabício Pilar, oficial do Exército comissionado no comando do 1º RC da Brigada Militar, diz que esta foi a primeira vez que os dois generais pediram a opinião de seus comandantes (Pilar, *Memórias*).

Novas circunstâncias, entretanto, pesavam na decisão de retornar ao Rio Grande, como muito bem expôs o Coronel Menna Barreto, comandante da 2ª Brigada: a retirada de Artur Oscar para Torres, por ordem do Ministro da Guerra; a notícia do desastre do Rio Negro; a falta de notícias da esquadra que Floriano organizava; a escassez de munições e de gado para a alimentação da tropa e o risco de envolvimento por uma expedição que, partindo do litoral, lhes atalhasse o passo (Pilar, *idem*).

Era, aliás, o que seria de esperar da parte dos revolucionários, se Salgado e o governo do Desterro estivessem em harmonia e obrassem em combinação com Gumerindo, o que não sucedia.

Como no Inhanduí, perdia-se a oportunidade de eliminar como força combatente a mais pugnaz das divisões castilhistas.

Assim, a 28 de dezembro, iniciava-se a retirada para Lages, com precipitação, em condições quase dramáticas. Segundo Pilar, “*em tudo transparecia a desordem e o medo!*” (Pilar, *ibid.*)

As chuvas constantes transformaram a picada, já de si difícil, em imenso lamaçal, exaurindo homens e animais, que, mal alimentados, ainda tinham a embarçar-lhes a marcha o transporte da munição e a tração das peças de

artilharia e das metralhadoras. Para maior desgraça, todas essas agruras ainda tinham de ser compartilhadas pelas mulheres e crianças que acompanhavam a tropa, pois continuava-se a fazer a guerra como nos tempos do Paraguai.

Dia houve em que 4 reses foram repartidas para alimentar 1.200 homens, quando a etapa de campanha correspondia a 1 boi para 65 a 70 praças. Em todo o caso, uma fatura, comparada com maneadores e correias amolecidos em água quente...

Inutilizados os animais de tiro, canhões e metralhadoras foram transportados a pulso !

Essa medida dramática, cruel e desumana que fosse, mostraria a sua inestimável valia em futuro muito próximo.

A 13 de janeiro de 1894 chegavam a Lages os primeiros corpos da divisão, transpondo-se o Pelotas, no Passo de Santa Vitória, em princípios de fevereiro.

Retornemos, entretanto, ao Vale do Itajaí.

A campanha de Gumercindo, a partir desse ponto, com os sucessos em Tijucas e na Lapa e a entrada em Curitiba, fogem ao escopo de nosso trabalho, alongando-o demasiadamente, mas interessa o seu retorno ao Rio Grande e as razões que o levaram a assim proceder.

Wenceslau Escobar, historiador federalista, sugere que a derrota da esquadra de Saldanha, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1894, teria levado Gumercindo a instar com Custódio de Melo sobre a necessidade da tomada da cidade do Rio Grande, da qual dependeria a vitória da revolução. Por trás de Gumercindo, segundo Wenceslau, estaria aquele a quem chama de "o general" do General Gumercindo, o Dr. Manoel Lavrador, seu chefe de Estado Maior (Escobar, *Apontamentos*).

Na verdade, Saldanha foi praticamente abandonado à própria sorte e seu plano para que a esquadra levasse o Corpo de Exército de Gumercindo para o Rio, atacando Floriano em sua base, nunca foi tentado.

Mal planejado e pior executado, o ataque à cidade do Rio Grande teve trágicas conseqüências, com a entrega da esquadra ao governo argentino e o desaparecimento como força combatente das colunas de Salgado e Laurentino Pinto.

Como se isso não bastasse, o encouraçado *Aquidabã*, unidade mais poderosa da esquadra, que ficara guarnecendo o Desterro, era torpedeado na Barra Norte na madrugada de 16 de abril.

Restava, assim, uma única alternativa a Gumercindo, o regresso ao Rio Grande do Sul.

A marcha, iniciada em meados de abril, fez-se em três colunas. Uma, sob o comando do Coronel José Serafim de Castilhos (Juca Tigre), marcharia de Ponta Grossa para Guarapuava e Palmas até o rio Pelotas. Outra, chefiada por Aparício Saraiva, cruzaria o rio Negro e demandaria Curitiba e Campos Novos, dali rumando para o Pelotas, que seria o ponto de reunião. Pelo centro, iria a coluna de Gumercindo e do Coronel Timóteo Paim, que, embarcada, desceria o rio Iguaçu até Porto União e, deste ponto, atravessaria os campos de Palmas, buscando a junção no Pelotas.

Se a decisão de dividir o Corpo de Exército era orientada pela necessidade de abastecimento, mostrou-se, na prática, um desastre ocasionado pelo fracionamento. Mais uma vez, não eram observados os princípios de guerra.

Em maio, Juca Tigre, perseguido pela coluna do Coronel Braz Abrantes, sem esperança de socorro, teve de internar-se no sertão do Iguaçu, abandonando pelo caminho canhões e metralhadoras, até ser desarmado na fronteira argentina, por onde emigrou.

Restavam, assim, uns 3.500 homens das outras colunas.

Nelas, além dos rio-grandenses e uruguaios sobreviventes da força primitiva, estavam incorporados novos elementos, como praças das unidades governistas derrotadas no Paraná e imigrantes alemães, poloneses e italianos que haviam aderido à revolução, formando o grosso da infantaria.

Esta é, ainda, faceta pouco conhecida, merecedora de algumas considerações.

Pelas memórias legadas por Francisco Grabowski, tem-se uma idéia das motivações que levaram os polacos, liderados pelo Coronel Antônio Zdizslaw Bodziak, a participar da luta, arregimentados no “Batalhão Gumercindo Saraiva”.

Seu tradutor e anotador, Prof. Rui C. Wachowicz, comenta que, além da natural inclinação da maioria dos imigrantes para a oposição, as desilusões com as promessas que lhes fizeram na Europa, as doenças, a exploração e o roubo de que eram vítimas nos negócios e nos pagamentos por serviços na construção de estradas e o recrutamento forçado para a Guarda Nacional influenciaram poderosamente aquela atitude. O mesmo aconteceria com os poloneses das colônias de Santa Catarina (Grabowski, *Memórias*).

Quanto aos italianos, haveria entre eles anarquistas da Colônia Cecília, organizados no “Batalhão Garibaldi”, sob o comando do jornalista Francisco Colombo Leoni, segundo José Cândido da Silva Muricy.

Muricy, oficial do Exército, duas vezes prisioneiro dos maragatos e

outras tantas por eles libertado, deixou o seguinte comentário sobre os italianos : “... (Leoni) *recrutou para o seu batalhão toda a corja de comunistas que, reunidos, formavam a célebre Colônia Santa Cecília e que infestavam, como bandidos e salteadores, toda a região, vivendo exclusivamente à custa das outras colônias que dilapidavam. O General Pinheiro Machado, em cujas mãos foram cair, contou-me que não escapou um só desses homens, nenhum voltando à colônia que, assim, desapareceu...*” (Muricy, *A Revolução de 93*).

O trajeto, inçado de dificuldades, tais como as sofridas pela Divisão do Norte, ainda seria agravado pela hostilização das forças governistas, alertadas sobre os propósitos dos retirantes.

Além de guarnecer os principais passos do Pelotas e do Uruguai, visando a impedir a passagem dos revolucionários, foram lançadas forças na direção de Palmas, para, reunidas à guarnição da Colônia Militar de Xanxerê, picar-lhes a retaguarda.

Nessa região, incorporaram-se a Gumercindo o Capitão-de-Fragata Alexandrino Alencar, comandante do *Aquidabã*, com alguns companheiros.

Reunidas na picada do rio do Peixe, as duas colunas, já desfalcadas por muitas deserções, rumaram para o Passo do Barracão, por onde pretendiam entrar em território gaúcho.

Encontrando-o guarnecido, foi necessário buscar outra passagem através de terreno difícil, abandonando-se em caminho artilharia, metralhadoras e até cunhetes de munição, cuja falta seria fatal.

Ângelo Dourado observaria a propósito : “ *Perder a artilharia que tanto nos custou a obter, quando, para sermos senhores do Rio Grande, só nos faltou uma boca de fogo, é doloroso, acabrunhante...*” (Dourado, *Voluntários do Martírio*).

Enquanto isso, vejamos o que se passava na outra margem do Pelotas.

Ocupada em escaramuças contra caudilhos revolucionários da região, nem por isso a Divisão do Norte deixava de apresentar fissuras em sua organização, a mais grave das quais o pedido de demissão apresentado pelo Coronel Menna Barreto, comandante da 2ª Brigada, por sentir-se ofendido em seus brios por Lima e Pinheiro Machado, que, à socapa, intrigavam e diminuía-lhe os méritos de soldado (Pilar, *op. cit.*).

Com sua tropa, Menna Barreto foi incorporar-se à força do Coronel Tomaz Flores e, com este, seguiu para Porto Alegre conferenciar com Castilhos e o Ministro da Guerra.

Mandada recolher para a capital a Brigada Flores, ao mesmo destino

seguiu a Brigada Menna Barreto, por “*não querer continuar a servir sob o comando de paisanos pretensiosos como o Senador Pinheiro*” (Pilar, *op. cit.*).

Com o fracasso do ataque à cidade do Rio Grande, podia o governo liberar outra grande unidade, mandando retornar do litoral a Divisão do Centro, do General Artur Oscar, à qual foi incorporada a força de Menna Barreto.

Diga-se de passagem, que essa Divisão, durante sua estada em Torres, onde sofreu os horrores da fome e o flagelo de epidemias, submeteu alguns soldados a brutais castigos corporais, que, teoricamente abolidos desde 1874, continuavam a ser praticados no Exército. (Cabeda, *A Brigada Portugal*).

Reorganizada, recebeu a missão de guardar a região de Vacaria e Lagoa Vermelha, a fim de impedir a passagem do exército de Gumerindo.

Pela mesma época, chegava à capital o Senador Pinheiro Machado, em busca de reforços para a Divisão do Norte, levando duas peças de artilharia e a Brigada do Coronel Santos Filho, que defendia a Estrada de Ferro Porto Alegre - Uruguiana.

Como outra ironia da história, Santos Filho fora derrotado e aprisionado por Prestes Guimarães no Combate da Jararaca (24-03-1893), fugindo, segundo este, ou sendo libertado, segundo Joca Tavares, para ter, mais tarde, papel importante na Batalha de Passo Fundo...

Enquanto Menna Barreto e Artur Oscar destacavam elementos para guarnecer a costa e os passos do Pelotas e percorriam a região até o Campo do Meio, lançando descobertas pela costa da serra, a chegada de Prestes Guimarães, vindo da Argentina, trazia novo alento aos revolucionários da região de Passo Fundo, Soledade, Palmeira e Alto Uruguai.

Pelo seu prestígio, liderança e tirocínio, seria o grande aliado de Gumerindo, compensando as defecções que vinha sofrendo. De sua chegada deu-lhe conta, em arriscada e solitária missão, o Major Leonel Rocha, que viria a ser destacado general em 1923.

Em sua interessante narrativa, Prestes Guimarães chama Passo Fundo de “*cidade maragata*”, por isso mesmo alvo de requisições e pilhagens (Guimarães, *A Revolução Federalista*).

Muito ativo e conhecedor do terreno, trazendo a experiência de guerra adquirida na fronteira sul, onde comandou a divisão mais tarde chefiada por Salgado, tratou de organizar as forças desse município e de Soledade, reunindo cavallhada e cargueiros e mandando fabricar lanças nas ferrarias da região.

Por essa época, destacou-se da Divisão do Norte a 5ª Brigada, sob o

comando do Coronel Firmino de Paula, que surpreendeu e destruiu no Capão do Boi Preto os revolucionários de Ubaldino Machado. Segundo as palavras de seu comandante, constantes da Ordem do Dia, “*foi um exemplo e uma lição; está vingada a hecatombe do Rio Negro!*” (Coutinho, *Marcha da Divisão do Norte*). Justificava, assim, as degolas que o tornaram tristemente célebre.

Organizada a sua força, forte de 1.500 homens, Prestes Guimarães deixou o município de Soledade, rumando para Passo Fundo em princípios de junho.

No dia 6 desse mês, retornando de incursão a Santa Catarina, aproximou-se a Divisão do Norte do passo do rio Jacuizinho, onde acampava a vanguarda de Prestes, que retirou para junto do grosso da força, a uma légua de distância. Simulando retirada geral, artilharia bastante comum em nossas revoluções, e fazendo judicioso emprego do terreno, Prestes fortificou-se nas elevações além do arroio Três Passos.

Caindo no engodo, o General Lima destacou as Brigadas Tupy Caldas (1ª) e Caminha (3ª) para, em marcha acelerada, carregar sobre o inimigo. Avançando bastante separadas da Divisão, vieram as duas cair no terreno escolhido pelo adversário.

A cavalaria de Prestes praticamente destruiu o 30º Batalhão de Infantaria de linha, além das baixas ocasionadas nas outras unidades.

Tão ou mais importante foi o butim de centena e meia de Comblains e milhares de tiros, muito bem-vindos para quem tinha nas lanças o principal armamento.

A Divisão do Norte retirou, então, para Carazinho, onde foi dissolvida a 3ª Brigada, passando à disposição do Ministro da Guerra seus oficiais superiores... (Coutinho, *op. cit.*).

Foi com a bela vitória de Três Passos que Prestes Guimarães e seus companheiros Elisiário, Veríssimo, Borges, Bueno, Chico dos Santos, Batista e tantos outros iriam acolher Gumercindo e Aparício.

Estes, depois de imensas dificuldades opostas pelo terreno escabroso, pelas chuvas e pelo assédio das brigadas da Divisão do Norte, que não lhes davam descanso, e pela dieta forçada, reduzida a pinhão, palmito e algum milho de pobre roça sertaneja, desfazendo-se do trambolho da artilharia, que muita falta fazia brevemente, forçaram o Pelotas em ponto menos vigiado, a jusante do Barracão.

O que foi essa marcha de tons dramáticos está descrito nos *Voluntários do Martírio*, de autoria do médico da expedição, Dr. Ângelo Dourado, que a

acompanhava desde a fronteira uruguaia.

Internada nas matas da margem esquerda, tiroteando os destacamentos de Menna Barreto e de Artur Oscar, sempre com a fome por companhia, abrindo caminho a machado, a expedição cruzou o Forquilha, o Ligeiro e o Pirassucê, saindo a 22 de junho entre o Mato Castelhana e Passo Fundo, “*exausto, abatido, quase nu e estropiado*”, no dizer de Prestes Guimarães.

Socorrido pelo Corpo de Veríssimo da Veiga, que, com os bugres de *Papai Pretim* (Prestes Guimarães), ainda recuperou uma metralhadora e munição deixados pelo mato, Gumercindo, consciente do perigo representado por aqueles generais, cujas descobertas andavam nas cercanias, marchou em ordem de batalha, buscando junção com Prestes, realizada a 24.

Nesse mesmo dia, Artur Oscar comunicava ao Ministro da Guerra que, estando desprovido de cavalaria e munição de boca, retirava para Lagoa Vermelha, onde aguardaria ordens, pois na região havia forças suficientes para enfrentar os revolucionários.

Pilar registrou sua inconformidade com essa resolução, pois era de opinião que se ligasse com o General Lima para obstar a junção de Gumercindo com Prestes. Segundo suas *Memórias*, teve contra si “*todas as cabeças pensantes e até as mais bem formadas da divisão...*”

O ânimo guerreiro dessa divisão pode ser avaliado pelas deserções de 200 praças e o regresso a Porto Alegre de duas vintenas de oficiais, que deram parte de doentes! (Pilar, op. cit.)

Ao chegarem a Lagoa Vermelha, “*todos vinham contentes, tocando músicas e com ar triunfante; ninguém se atrasou na marcha, só quem escreve estas linhas não vinha satisfeito*”, registrou Pilar.

Decididamente, as divergências entre as Divisões do Norte e a do Centro impediriam a colaboração entre elas, quando mais se fazia necessária, às vésperas do grande combate.

Disso, entretanto, não tinha conhecimento Gumercindo, que agiria na ignorância do que se passava no lado contrário.

A estratégia do governo era muito clara. Debelada a Revolta da Armada, fracassada a tentativa de tomar o porto e a cidade do Rio Grande, dispersos ou internados os seus sobreviventes, acoados os federalistas que operavam na fronteira, baldos de recursos que a diplomacia de Floriano obrava por dificultar o trânsito através das repúblicas platinas, a ênfase das operações voltava-se para impedir que Gumercindo marchasse para o sul, onde sua presença alevantaria ânimos e aqueceria o espírito revolucionário.

Daí, que recursos e tropas, liberados de outros *fronts* fossem

despachados para o norte do Estado, ocupando possíveis rotas de marcha.

Com a atitude tomada pelo comando do Divisão do Centro, todo o embate recairia sobre os ombros da Divisão do Norte, quando a tática elementar aconselharia apertar o inimigo entre as duas, o que Gumercindo temia.

No dia 26 de junho, os federalistas atravessaram Passo Fundo, em plena estação invernososa, com os campos cobertos de geada.

Grabowski, o infante polaco memorialista, assim descreveu a cidade :
“ *Estava localizada numa elevação, possuindo casas baixas e apenas uma única rua, porém larga. Muitas casas estavam abandonadas, com janelas arrancadas. Havia muitas e doces laranjas, as quais não parávamos de comer...*” (Grabowski, op.cit.)

Angelo Dourado, por sua vez, retratando o estado do comércio local, disse que “ *na cidade nada se achou para comprar; fósforos, mesmo, encontrei um pacote com dificuldade, uma família, porém, deu-me alguns biscoitos e queijo* ” (Dourado, op. cit.).

Era a guerra civil com todas as suas seqüelas.

Próximo da cidade encontra-se a capela de São Miguel, que “ *a coluna serrana de Prestes, de mil e tantos homens, passando por ali, quase toda foi beijar aquele santo* ” (Dourado, ia.).

Bivacou-se no Pinheiro Torto, a uma légua da cidade.

No dia seguinte, 27 de junho, ao retomar a marcha, tomou-se contato com as avançadas do inimigo, que recuaram para o Pulador, a duas léguas da cidade.

Era o campo de batalha escolhido pelo General Lima, onde banhados e valos impediriam o desdobramento e as cargas da cavalaria, a arma de choque dos revolucionários.

Para Lima, já era meia vitória, pois impunha a sua vontade sobre o outro. Caberia a este, ponderando os fatores, aceitá-la ou não.

O que teria levado o atilado e experiente guerrilheiro a aceitar o combate em terreno tão desvantajoso, quando contava com o conselho experiente de Prestes Guimarães, conhecedor da região ?

Os relatos e memórias existentes são concordes em falar do reccio de Gumercindo de ser atacado pela retaguarda, supondo a presença de Menna Barreto e de Artur Oscar a poucas léguas dali, quando, na realidade, já retrocediam para Lagoa Vermelha.

Foi uma lamentável falha de informações, que constituem princípio de guerra fundamental.

Segundo Dourado, a superioridade numérica era aparente, pois os efetivos estavam incompletos. Seriam uns 1.500 homens, dos quais a metade lanceiros, pouca munição e nenhuma artilharia, abandonada na travessia do sertão, conforme já observado.

Como se vê, quebravam-se alguns princípios táticos elementares, talvez na suposição de poder bater o inimigo separadamente.

Quem sabe pudesse ser repetida a vitória do Cerro do Ouro ?

Lima tinha por si superioridade de meios (artilharia, metralhadoras e munições) e de terreno e saberia disso tirar partido.

Vejamos como se desenrolou o combate, baseados nos relatos publicados.

Inicialmente, no intuito de mascarar o seu dispositivo, Gumercindo mandou atear fogo ao campo, obrigando Lima a recuar para posição adrede escolhida, após responder com o “contra-fogo” na mesma intenção.

A Divisão do Norte formou três grandes quadrados com as Brigadas Santos Filho (2ª) e uma secção de artilharia, à direita; Firmino de Paula (5ª) e uma metralhadora, à esquerda; Tupy Caldas (1ª), 7º Corpo civil e outra secção de artilharia, ao centro. Em escalão, à direita, a Brigada Pithan (7ª). À frente, linha de atiradores, ocultando os quadrados. A Brigada Salvador Ayres (4ª), que atraía o inimigo, veio postar-se à direita da 7ª Brigada.

Note-se que ainda usávamos a formação tática em quadrado, já ultrapassada pela evolução do armamento, mas ainda utilizada nas campanhas coloniais das potências européias e, no nosso caso, pelo largo emprego das cargas de lanceiros e por menor dotação de meios modernos.

Contra esse dispositivo Gumercindo lançou sua infantaria de poloneses, italianos, alemães e brasileiros, procurando forçar os quadrados a se desdobrarem, possibilitando a ação da cavalaria de Prestes Guimarães, antes da chegada da Divisão do Centro, esperada para qualquer momento...

Não foi sem razão, pois, que Pilar, em arroubo literário, registrou : “*quantas vezes nos Valinhos não se bradou por Oscar e Adolfo [Menna Barreto], como em Waterloo se bradava por Grouchy ?*” (Pilar, op. cit.).

Realmente, tivessem eles superado velhas quízílias e Gumercindo seria certamente esmagado, como temia.

Depois de 6 horas de violento combate, em que ambos os contendores rivalizaram em arrojo e valentia, os quadrados não foram rompidos.

A muralha de ferro e fogo, protegida por banhados e profundos valos, quebrou o ímpeto de infantes e cavalarianos.

Segundo Grabowski (op. cit.), metade dos poloneses ficou no campo e

as baixas só não foram maiores por não ter havido perseguição. Lima alegou não dispor de cavalaria para tanto.

O general Raymundo Negrão Torres, no prefácio à 2ª edição das citadas memórias, chama a atenção para outra falha de Gumercindo, apontada pelo Coronel Bodziak, comandante dos poloneses : o mau emprego das reservas, que não se posicionaram de maneira a acolher e apoiar os infantes em retirada, cuja validade tática ainda é atual.

Analisando-se o sucedido no Pulador, verifica-se que o general Lima venceu por ter melhor observado os princípios de guerra.

Se não contou com o concurso da Divisão do Centro (princípio da cooperação), de cuja proximidade Gumercindo estava consciente e assim operou, soube aplicar judiciosamente os princípios do objetivo, da massa, da economia de forças, da manobra (movimento) e da surpresa (apud Lanza, *Napoleão*).

Efetuada a retirada para o Pinheiro Torto, no dia seguinte (28/06) partia o exército revolucionário para Soledade, enquanto a Divisão do Norte seguiria rumo a Cruz Alta.

Após marchas e contramarchas, apagava-se a estrela do grande caudilho no Carovi, a 10 de agosto de 1894.

Para a revolução, foi uma tragédia. Perdia-se tropa veterana, cujos restos Aparício e Prestes conseguiriam levar para a Argentina e, principalmente, perdia-se o comandante mais prestigioso e que mais longe levava a bandeira federalista.

Para o governo, era a eliminação de séria ameaça e a quase circunscrição da rebeldia à linha fronteira, para onde poderiam afluir todas as unidades e recursos recém liberados.

A pá de cal seria lançada em Campo Osório, em 24 de junho de 1895.

Daí para diante, a luta passaria para a mesa de negociações com Prudente de Moraes, sucessor de Floriano.

A vitória governista foi a vitória do mais forte, do que reuniu maiores recursos materiais e, antes de tudo, a vitória da unidade de comando, o que os federalistas nunca conseguiram atingir.

O Exército Brasileiro, embora vitorioso, revelou o quanto estava perigosamente defasado em termos operacionais, de doutrina e de organização, que Canudos iria dramatizar dois anos mais tarde.

No Rio Grande, consolidou-se o modelo político castilhisto, autoritário e excludente, que vigoraria até fins da década de 20 do século seguinte, mas cujas influências far-se-iam sentir até bem mais tarde.

Sobre Gumercindo Saraiva, dois depoimentos finais de homens que o acompanharam e que alcançariam o generalato na Marinha e no Exército : Alexandrino de Alencar diz que *“nas campinas do Rio Grande e do Estado Oriental é extraordinário à frente de uma vanguarda, mas como comandante de um exército das três armas deixa muito a desejar. Perturba-se na condução de uma operação que requeira o emprego coordenado de suas forças. Falta-lhe a visão de conjunto para atuar durante a luta com oportunidade. Somente por essa razão não derrotou o general Lima no combate de Passo Fundo.”* (Alencar, Alexandrino).

Isidoro Dias Lopes considerou nulos os seus conhecimentos táticos e estratégicos, reconhecendo-lhe, entretanto, a coragem, a astúcia e aptidão de guerrilheiro (Cabeda, *Combate*).

Mas, será que ambos teriam feito melhor naquelas circunstâncias ?

Alexandrino, quando emitiu essa opinião, era o comandante amargurado pela perda do *Aquidabã* e pessimista quanto ao futuro, além de não ser homem das coxilhas. Isidoro, entrevistado na velhice, foi o líder militar dos *“tenentes”* na década de 1920 e, embora comandasse militares profissionais, também não foi vitorioso.

Quanto a Gumercindo, não possuía qualquer formação militar regular. Era um intuitivo, uma vocação não burilada de soldado, que enfrentou as melhores tropas que a República pode à altura reunir, comandadas, supõe-se, pelos seus mais ilustres cabos de guerra.

Com todas as deficiências que lhe apontaram, levou seus lanceiros à fronteira de São Paulo, cruzando territórios que desconhecia, para, depois, retornar ao Rio Grande e transformar-se em legenda da Revolução Federalista.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Carlos Ramos de - Alexandrino, o Grande Marinheiro; Rio, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.

CABEDA, Coralio B. P. - Combate do Cerro do Ouro; in Revista do IHGRGS nº 129, Porto Alegre, 1993.

CABEDA, Coralio B. P. - A Brigada Portugal e a Divisão do Centro em Operações no Litoral (1893-1894); in Revista do IHGRGS nº 135, Porto Alegre, 2000.

CARVALHO, Antônio Augusto de - Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul. O General Salgado; Montevideo, El Siglo Ilustrado, 1895.

- CARVALHO, Pedro - Campanha do Coronel Santos Filho; Porto Alegre, Of. typ. do Correio do Povo, 1897.
- COUTINHO, Albino José Ferreira - Marcha da Divisão do Norte; Porto Alegre, Of. typ. do Correio do Povo, 1896.
- DOURADO, Angelo - Voluntários do Martírio : narrativa da Revolução de 1893; 2ª edição, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1979.
- ESCOBAR, Wenceslau - Apontamentos para a História da Revolução de 1893; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1920.
- GRABOWSKI, Francisco - Memórias da Revolução Brasileira de 1893-1894; 2ª edição, s.l., s.n., s.d.
- GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes - A Revolução Federalista em Cima da Serra 1892-1895; Porto Alegre, Martins Livreiro, 1987.
- LANZA, Cel Conrad H. - Napoleão e a Guerra Moderna; Rio, Biblioteca do Exército, 1955.
- MURICY, Gen José Cândido da Silva - A Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias); 2ª edição, Rio, Biblioteca Militar, 1946.
- PEREIRA, Major Miguel José - Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul; 2ª edição, Porto Alegre, Of. graf. da Brigada Militar, 1950, 1º vol.
- PILAR, Fabrício Batista de Oliveira - Memórias da Revolução de 1893; Porto Alegre, Presença, s.d.
- TAVARES, João Nunes da Silva - Diário da Revolução de 1893 a 1895; manuscrito, inédito.

O ESTADO DO ACRE: BREVE ABORDAGEM DIPLOMÁTICA E MILITAR

**Davis Ribeiro de Sena
(Do IGHMB)**

Taumaturgo de Azevedo foi o primeiro a enfrentar as marchas e contramarchas movidas por interesses externos não muito claros que encobriam atitudes ocultas que contrariavam as realidades históricas e geográficas favoráveis ao Brasil. Plácido de Castro colocou em pratos limpos a intrincada dicotomia diplomática - empregando a força das armas, quando inevitável, nos momentos adequados - naquele instante de afirmação nacional. O Barão do Rio Branco jamais considerou a palavra "conquista", no entanto perseverou e definiu o Acre como solo incontestável do Brasil - legalmente e por meio de negociações bilaterais - concretizando o objetivo da grande maioria de seus habitantes, que optaram livre e irreversivelmente pela nacionalidade brasileira.

EM BUSCA DO EL DORADO

Tudo começou pelo Natal do ano da graça de 1539, quando El Governador Capitan General y Adelantado del Pirú Dom Francisco Pizarro determinou ao seu irmão Gonzalo empreender uma formidável bandeira composta por 180 fidalgos, inúmeros cavalos e cães de caça, cordas, ferramentas e pregos para a construção de embarcações, lhamas, ovelhas e porcos, 340 peões e 4000 indígenas, instrumentos agrícolas e os indefectíveis arcabuzes e munições. Iam em busca do El Dorado e do País da Canela, segundo Cláudio de Araújo Lima.

"Nada os detém na colossal investida, nem a fome cruel que enfraquece e desespera, fazendo-os alimentar-se de tudo que lhes caia nas mãos, inclusive pedaços de carne humana, devoradas às escondidas". Protegidos por uma tribo de índios pacíficos, às margens do rio Coca construíram um bergantim a duras penas, guarnecido por 50 aventureiros, 2 negros, 1 frade para cuidar

das almas e outro para relatar a expedição (Gaspar de Carbajal) e tendo no comando El Magnífico Señor Capitan General Francisco de Orellana, "partiu rio abaixo ao sabor da correnteza que leva à embocadura do rio Marañón" - ainda nas palavras do notável escritor citado - vencendo a torrente, as febres tropicais e os motins, além dos combates esporádicos com silvícolas invisíveis.

De repente, à foz do rio Nhamundá depararam-se com o terrível desafio que os assombrou: "mujeres guerreras que luchavan como diez hombres, muy blancas, altas y membrudas, que andan furiosas con los cabellos muy largos y entranzados, desnudas, tapando sus verguenzas", assim frei Gaspar descreveu as fantásticas amazonas, já cego de um olho, arrancado por uma flecha, no tufão da refrega deflagrada em 22 de junho de 1541. Sua Majestade Católica, no trono de Valladolid - neto de Fernando VII de Castela, que herdara aquele continente a descobrir graciosamente das mãos amigas de um Papa espanhol - lia extasiado a incrível odisséia, sem imaginar que as terras descritas entusiasticamente pelo religioso seriam questionadas com denodo pelo êmulo mais frágil economicamente, porém estóico em suas atitudes, a realeza lusitana. Um ano mais tarde, o mar dulce do conquistador Vicente Iañes Pizón foi alcançado, porém quase 100 anos se passaram salpicados de excursões castelhanas, até que em 26 de outubro de 1637, o bandeirante luso Pedro Teixeira dispôs-se a enfrentar a correnteza em sentido contrário, rumo ao poente, conduzindo 47 pirogas a 20 remos cada, transportando 2500 criaturas, entre brancos e índios, mulheres e crianças, escribas, militares e capelães, "aguas arriba del rio de las Amazonas", até alcançar a Real Audiencia de Quito.

Propiciou esta expedição - que traria muitos problemas diplomáticos à poderosa Espanha - a circunstância de que a fronteira entre os dois países tinha sido riscada do mapa, eis que o pequenino reino "à beira mar plantado" estava jungido à coroa de Madri, sob Felipe IV. Na embocadura do rio Napo, o destemido navegante português acampou por alguns dias, rendeu homenagens ao soberano castelhano e fincou um pequeno marco que, mais tarde, se constituiria no mais palpável argumento favorável a Portugal, por ocasião da restauração e da partilha, estendendo os limites de sua colônia americana ao sopé dos Andes, bem perto do oceano Pacífico.

Mas não ficou por aí a contínua e crescente disputa entre as duas nações ibéricas desde que Sua Majestade Fidelíssima recuperara a soberania concedida por Sua Majestade Católica (1668). O meridiano utópico de Alexandre VI (1493) tinha sido ignorado ao longo do tempo e acordos e mais acordos foram assinados e desobedecidos sem-cerimônia: Tratado de Madri

(1750), Tratado do Pardo (1761) e Tratado de Santo Ildefonso (1777) foram os principais, um desfazendo o outro e, finalmente, o de Badajoz (1801) parecia que resolveria as seculares pendengas.

Ledo engano: na maior floresta do mundo, desconhecida e cobiçada, entrechocavam-se as duas correntes colonizadoras agora robustecida a disputa por dois novos fatores complicadores representados pela tentativa de interferência dos emergentes Estados Unidos da América, como potência mundial e o surgimento de uma estranha seiva extraída do caule de uma das árvores mais encontradas nos confins da selva quase impenetrável - de valor econômico nada desprezível, apesar de seu preço vil - já do conhecimento dos nativos, que a aproveitavam até na iluminação de suas choupanas.

Vivíamos os primórdios do século XIX, entretanto as ambiciosas metrópoles transferiram o legado da profunda controvérsia pelas terras no descobertas - como as registravam os próprios mapas bolivianos - a dois de seus herdeiros sulamericanos: os jovens Império do Brasil e República da Bolívia, participantes na primeira linha do conflito pela extração do chamado látex, matéria prima da borracha, um dos pilares modernos em que se assentaria o progresso industrial da humanidade. Inicialmente na indumentária, e a seguir como um dos componentes básicos para o automóvel a motor, que substituiria as obsoletas carruagens hipomóveis, configurando um dos mais significativos passos dados pelos povos na direção do desenvolvimento e do bem estar social.

E voltaram os tratados... primeiramente o de Ayacucho - firmado em La Paz, em 27 de março de 1867 - lesivo aos interesses brasileiros, pois considerava bolivianas as milhares de léguas quadradas que integrariam o futuro Território do Acre e contrariava o reconhecido direito de posse pelo princípio do *uti possidetis* - admitido tradicionalmente por Portugal e Espanha - concretizado pela expedição fluvial do caboclo amazonense Manoel Urbano da Encarnação (1861), iniciando o deslocamento de famílias inteiras oriundas do saliente nordestino, em busca da fortuna ilusória da seringueira acreana, enquanto procuravam sobreviver à terrível seca acontecida em 1877.

"A perda do Acre será, para o Tesouro amazonense, a supressão de vultosas rendas provenientes dos impostos sobre a borracha, bem como dos polpidos impostos que derivam do avolumado movimento da praça de Manaus, onde negociam as firmas abastecedoras dos seringais. Será, enfim, o encerramento de uma fase de áureas larguezas e de alto estalão de vida mundana" (Cláudio de Araújo Lima).

A fronteira não foi demarcada no terreno, apesar das insistências da Bolívia buscando definir os limites entre os rios Madeira / Javari e suas fontes - agora endereçadas aos governantes da República dos Estados Unidos do Brasil - finalmente atendidas em 19 de fevereiro de 1895. Em pouco menos de 02 anos de incessantes reuniões a representação brasileira liderada pelo eminente coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo - muito firme na defesa dos seus pontos de vista - denunciou os dados geodésicos obtidos pelos bolivianos, suspendendo os trabalhos bilaterais de demarcação física do linde internacional.

Enfim, as negociações recomeçaram por intermédio do capitão-tenente Augusto da Cunha Gomes, integrante do 2º escalão da Comissão Taumaturgo, no final do mês de junho de 1897 e pelo protocolo de 23 de setembro de 1898 o Brasil reconhecia que o território do Aquiri - alvo das discussões - era agora definido pela "Linha Cunha Gomes", considerando-o boliviano, ao tempo em que autorizava a instalação de uma alfândega daquele país, permitindo que seu enviado plenipotenciário José Paravicini fundasse o povoado de Puerto Alonso - em alusão ao presidente boliviano - para indignação dos brasileiros acreanos, que logo contestariam veementemente a situação imposta pelo presidente Campos Sales. Esse ministro estrangeiro rapidamente legislou sobre a navegação dos rios Purus, Iaco e Acre, internacionalizando-a, isto é abrindo a exploração da borracha à bandeira estadunidense, além de estabelecer taxas aduaneiras e impostos de comercialização interna, o que deu início à desobediência civil, que se alastrou nos corações e mentes dos habitantes locais, brasileiros em grande maioria. Daí para a rebelião popular explícita chefiada pelo amazonense José Carvalho e deflagrada em 30 de abril de 1899 foi um simples passo, com lançamento de manifesto e tudo, forçando o governante boliviano a retirar-se para Manaus, abandonando o Acre à própria sorte.

Vale destacar a atuação oportuna da Comissão Mista Perúvio-Brasileira, cuja expedição partiu de Tabatinga em 17 de janeiro de 1874 (82 homens), visando a determinar as cabeceiras do rio Javari, chefiada pelo capitão-de-fragata Luiz von Hoonholtz, futuro barão de Tefé, pelo lado brasileiro, e concluída em 14 Mar do mesmo ano, trazendo apenas 55 remanescentes. Se por um lado não obteve dados geográficos definitivos sobre a principal nascente daquele rio lindeiro entre os dois países, por outro acalmou os ânimos, convencendo o presidente peruano da lisura do procedimento diplomático do Império, nos difíceis debates elucidativos da questão acreana. bem como evitando uma possível aliança entre os dois países de língua espanhola, o que seria fatal ao interesse brasileiro.

UM ESTRANHO NO NINHO

Corria o ano de 1899, quando surgiu do nada em Manaus, um personagem exuberante que parecia ter saído de repente das páginas de um criativo livro de ficção, ou do celulóide do mais mirabolante filme de Hollywood. Ousadia e desfaçatez não faltaram ao aventureiro espanhol, possuidor de um nome "pomposo e sonoro": Dr. Luiz Galvez Rodriguez de Arias. Nascido em Cadiz, filho de um fidalgo almirante, apreciador das mesas de bacará e de finas bebidas importadas, muito bem humorado, envergando trajes elegantes e aristocrático monóculo, o comportamento perdulário de Dom Galvez, nas noitadas galantes do City Club, denunciava que possuía rendas portentosas, além dos parcos salários recebidos de empregos comuns que exercia como funcionário público e repórter freelancer de um jornal local. Entretanto, assim como aparecera, sumiu inesperadamente o elegante e boêmio doutor formado em ciências jurídicas pelas Universidades de Sevilha e de Madri, que chegara a exercer cargo diplomático junto aos governos italiano e da Sérvia e trabalhara na embaixada de seu país em Buenos Aires. Finalmente, desembarcara em Belém do Pará munido de passaporte legal, bem como de uma carta de apresentação do ministro espanhol acreditado na capital imperial, dirigida ao cônsul boliviano que exercia o domínio político em Puerto Alonso, ao sul da linha Cunha Gomes, como vimos.

Poliglota, foi ele quem verteu do idioma espanhol para o inglês - comprometendo sua veracidade - o documento de ampla ressonância nas relações continentais latino-americanas, que assim veio a público:

1.º Os Estados Unidos da América do Norte gestinarão por via diplomática da República do Brasil o reconhecimento dos direitos da República da Bolívia nos territórios do Acre, Perus e Iaco, hoje ocupados de acordo com os limites estabelecidos pelo tratado de 1867.

2.º Os Estados Unidos da América do Norte se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário e apetrechos bélicos de que esta necessite em caso de guerra contra o Brasil.

3.º *Os Estados Unidos da América do Norte exigirão que o Brasil nomeie dentro do corrente ano uma comissão que, de acordo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definidas entre o Purus e o Javari.*

4.º *O Brasil deverá conceder a livre navegação dos afluentes do Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como livre trânsito pela alfândega do Pará e Manaus às mercadorias destinadas a portos bolivianos.*

5.º *Em recompensa aos seus bons ofícios, a Bolívia concederá aos Estados Unidos da América do Norte o abatimento de 50 por cento dos direitos da borracha que sair com destino para qualquer parte da dita nação e este abatimento durará pelo prazo de dez anos.*

6.º *No caso de ter que apelar para a guerra, a Bolívia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe da Bolívia a Boca do Acre, e entregará o território restante, isto é, a zona compreendida entre Boca do Acre e a atual ocupação aos Estados Unidos da América do Norte, em livre posse.*

7.º *Os gastos que ocasionar uma guerra serão pagos pelos Estados Unidos da América do Norte, recebendo em hipoteca a renda das alfândegas bolivianas.*

José Paravicini, Ministro da República da Bolívia
e Enviado Plenipotenciário.

Luiz Trucco, Cônsul geral da Bolívia no Pará.

Visto: Kennedy, Cônsul dos U.S.A

Seja como for, estava ancorada no porto de Belém a canhoneira norte-americana "Wilmington" que, segundo boatos espalhados na Amazônia, fazia parte de uma secreta Esquadra do Atlântico, sob o comando do almirante Howison. Em 09 de maio de 1899, zarpou a belonave com destino aos Estados Unidos da América e seu comandante capitão Chapman Todd era o portador da mensagem acima transcrita ao presidente Mac Kinley, daquele p

No dia seguinte, Dom Galvez não compareceu mais aos seus empregos e limitou suas atividades a conversações com os governadores dos estados do Pará e do Amazonas (Paes de Carvalho e Ramalho Júnior, respectivamente) além de Serzedelo Corrêa, do Itamarati, tratando do arrendamento das terras litigiosas - fornecedoras da maior quantidade e da melhor qualidade do látex - a um sindicato de capitalistas internacionais, também indicado pelo incrível oportunista.

Até que, a bordo do navio-gaiola "Cidade do Pará", patrocinado pelo governador coronel Ramalho Júnior, foi organizado em 14 de julho de 1899, sob a forma republicana, em homenagem ao 110º aniversário de um momento decisivo da história da humanidade, o Estado Independente do Acre e o Dr. Luiz Galvez Rodriguez de Arias assumiu a Presidência, mesmo que, cavalheirescamente, tenha dito que o dirigente máximo do Estado recém-criado deveria ser de nacionalidade brasileira. Respalçado em consagradora aclamação popular - os acreanos, patrões e trabalhadores, entendiam que o essencial era livrarem-se do controle alfandegário da Bolívia - e nas armas e munições, provisões e dinheiro postos à sua disposição, em quantidade jamais vista, por seringalistas e pelo governador do Estado do Amazonas, o ditador temerário começou a administrar: organizou uma milícia que se mostrou aguerrida, baixou decretos importantes - como o que criou o estandarte acreano, que perdura até nossos dias - correspondeu-se com as principais nações do globo, nomeou ministros de estado, pronunciou discursos inflamados, designou representantes diplomáticos no exterior e, principalmente, convenceu-se de que sua buena dicha o conduziria às páginas da História como o moderno conquistador ibérico das riquezas do El Dorado, superando seus antepassados desbravadores.

* * *

Seu império individual durou apenas 5 meses. Logo foi destronado por um de seus acólitos, tão ambicioso quanto ele e, em 8 de dezembro do penúltimo ano do século XIX, apreciava o belo céu do fugaz Estado Independente do Acre da janela da prisão onde fora recolhido por Antônio de Souza Braga, que ocupara seu lugar.

Continuemos. Dionísio Cerqueira - que demitira Taumaturgo de Azevedo - entregou a pasta das Relações Exteriores a Olinto de Magalhães, burocrata graduado daquele ministério, que decidiu obedecer letra por letra antigo Tratado de Ayacucho, submergido pela voragem dos acontecimentos,

já que no quinquênio anterior à invasão nordestina a exportação da hevea brasiliense mal chegava às 10 mil toneladas (12 mil contos de réis), porém no último período de 5 anos (1893 /7) ficou acima das 50 mil, atingindo o valor de 300 mil contos de réis. Enquanto isso, o governador do Estado do Amazonas persistia em obter o apoio do Governo Campo Sales para fazer os vizinhos andinos desistirem de suas pretensões sobre o Acre. Para isso, contava com as participações entusiásticas de cidadãos brasileiros de prestígio como Lopes Gonçalves, Lauro Sodré, Serzedelo Correia, Rui Barbosa, Lauro Müller, Paula Freitas, Bernardo de Mendonça, Lúcio de Azevedo, Antenor Nascentes, Paulo de Frontin e tantas outras personalidades que argumentavam com brilhantismo em torno dos direitos nacionais naquele contencioso no Parlamento, nos jornais, nas sociedades culturais, nos Clubes Militar e Naval, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; nas ruas, nas praças, por toda parte vozes patriotas e valentes solidarizavam-se com os acreanos - que se batiam para permanecer brasileiros - defendendo um patrimônio legado por Portugal, nas vésperas de ser dilapidado em razão de injunções políticas.

A luta continuava e em 30 de outubro de 1899 foi confiada ao notável astrônomo Luiz Cruls uma segunda exploração às nascentes do rio Javari -da qual participavam o capitão-de-fragata Acioli Lobato e o capitão Tasso Fragoso - ao passo que o governo boliviano expedia uma coluna militar terrestre que marchou de La Paz em direção à fronteira brasileira (14 Jul 900) ao mando do próprio ministro da Guerra coronel Ismael Montes, acompanhada pelo vice-presidente da República Lúcio Perez Velasco, a mais poderosa até então, composta por unidades militares de elite das guarnições daquela capital e das cidades de Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra. Tal fato não evitou que ambos fossem aprisionados nos seringais brasileiros e mantidos sob custódia de 19 até 23 de outubro de 1900. Os confrontos violentos continuavam sem perspectivas de esmorecimento, enquanto não fosse dada uma solução diplomática que atendesse aos anseios das populações locais.

Posteriormente, tendo à frente o engenheiro civil Orlando Correia Lopes, foi organizada em Manaus a Expedição Floriano Peixoto - forte de 132 homens - que passou para a História com o nome de Expedição dos Poetas, mercê dos inúmeros intelectuais que a compunham, nenhum deles possuidor de experiência militar, embarcando no velho gaiola "Solimões" e enquilhando para Caquetá. Se não dispunham de qualquer qualificação guerreira, possuíam muita disposição: em 24 Dez do mesmo ano investiram Porto Acre, tirotearam durante 03 horas com os defensores entrincheirados e foram repelidos, em refrega de expressivas baixas: 12 atacantes e

defensores. Mais uma vez o Acre virou boliviano, fundamentado pelo direito gerado em Ayacucho e agora pela imposição das armas. Vale esclarecer que o último reduto cauchero capitulou em 24 de janeiro de 1903 e que somente em 17 Mar daquele ano a vanguarda do Corpo de Ocupação do general-de-divisão Antônio Olímpio da Silveira penetrou no território acreano. As últimas escaramuças ocorreram entre 18/26 Abr 903. O Exército Brasileiro não participou da refrega e sua intervenção visou apenas fazê-la cessar.

Ao exercer com desembaraço o papel de revolucionário de opereta, o afoito agente do governador amazonense trouxe à tona política - por intermédio de charges e caricaturas publicadas nos jornais e revistas do Distrito Federal e de São Paulo, peças musicais jocosas encenadas nos teatros, mas também por artigos e crônicas responsáveis nos periódicos - e despertou a atenção nacional, pela primeira vez, para a situação dramática que um punhado de brasileiros decididos enfrentavam nos rincões da floresta amazônica, disputando a ferro e fogo a posse ainda indefinida da rica goma elástica nativa, herança de um processo histórico longo e convulsionado, imposto pelas potências colonizadoras de além-mar.

Em 9 Mar 900, o aventureiro atraído, portando seu indefectível monóculo e já com a saúde abalada pelo impaludismo, foi deposto pelo Governo Federal por intermédio da ação da flotilha fluvial - avisos "Tocantins" e "Jutaí" e vapor "Cidade de Manaus" - comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra José Ramos da Fonseca e confinado na cidade do Recife, capital pernambucana. O Estado Independente do Acre foi extinto e seu território entregue à República da Bolívia, que logo procurou ocupar fisicamente a área litigiosa, aproveitando a calma política momentânea e insinuando-se nas boas graças da população.

"Felix Aramayo, ministro da Bolívia em Londres, não teve grandes dificuldades na obtenção do contrato de arrendamento, assinando-o a 11 de julho de 1901 com Frederick Wallingford Widtridge, incorporador dos capitais que têm origem inglesa e americana. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, de fato, é que estavam os maiores interessados na borracha do Acre.

Na Presidência da The Bolivian Syndicate of New York City in North America, como ficou denominada a companhia, foi colocado um filho do coronel Theodor Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos,

naturalmente o país de governo forte que não teria dúvida em defender os interesses de seus nacionais" (Luiz Felipe de Castilhos Goycochea).

A seguir, o Parlamento boliviano (21 Dez 901) ratificou o contrato pelo qual a soberania daquele país sobre o chamado território de colônias - Acre para os brasileiros - fora negociada ao Bolivian Syndicate, acima mencionado.

* * *

Acometido de acessos febris, Luiz Galvez tremia no leito e delirava em suas denúncias desacreditadas. A doença agravava-se, mas ele obteve empréstimos financeiros de várias origens que lhe permitiram fazer doações a igrejas e orfanatos, distribuir esmolas generosamente e comprar uma passagem de ida para a Europa. Todavia, seu fulgurante alto astral, antes infalível, abandonara-o para sempre.

A ESTRELA DO CAUDILHO

Nascido em 12 de dezembro de 1873 na vila de São Gabriel, encrustada no pampa riograndense e hoje desvanecida por ser a "Terra dos Marechais", José Plácido de Castro recebeu o prenome do avô - paulista, condecorado integrante da "Legião das Tropas Ligeiras de São Paulo", que expedicionara à República Oriental do Uruguai, nas campanhas cisplatinas - segundo filho varão do capitão de cavalaria Prudente da Fonseca Castro, combatente na guerra da Tríplice Aliança (1864 / 70), recentemente finda. Orgulhava-se de sua linhagem militar, iniciada com o bisavô, brioso soldado de Sua Majestade, que contribuiu para a conquista do território das Missões, em 1801. Nunca deixou de ser monarquista, condição que o transformou num entusiasmado maragato, pelejando com os pica-paus, de arma na mão, por ocasião da Guerra Civil Brasileira (1892 / 5). Mas essa é outra história...

Ao 7 anos de idade (1881), o segundo José Plácido manuseou a cartilha e a tabuada na escola de sua cidadezinha, iniciando seus estudos. No entanto, a morte prematura do pai 4 anos depois levou-o a trabalhar atrás do balcão de um bolicho gabrielense, mas foi logo encaminhado aos bancos secundário para ocupar seu primeiro emprego humilde de ajudante de ourives e finalmente, auxiliar de cartório, na vizinha localidade de São Francisco

Assis. De emprego a emprego, em 27 de dezembro de 1889, o neto do major José Plácido de Castro assentou praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, o lendário "Boi de Botas", aquartelado em sua terra natal, transferindo-se poucos meses após para a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo. Em 1892, graduado 2º sargento, retornou à sua unidade de origem.

Matriculado no ano seguinte na Escola Militar de Porto Alegre, o jovem voluntário revelou-se bom aluno. Aparentemente um simples desfile militar, a proclamação da República deixara marcas profundas de desunião, representada por conspirações e resistências políticas e/ou armadas em diversos setores da sociedade brasileira. No Estado do Rio Grande do Sul, detonou uma revolução sangrenta que questionava a autoridade do marechal Floriano Peixoto, vice-presidente no exercício da Presidência da República, em razão da renúncia do titular marechal Deodoro da Fonseca. O movimento revoltoso se alastrou a outros estados da Federação, aliado a setor expressivo da Marinha de Guerra (Nota do autor: em livro intitulado "O Grande Desafio Brasileiro - 1892 / 5", o autor estudou este doloroso episódio da História do Brasil, cuja integridade territorial esteve ameaçada). Pois bem.

O aluno Plácido de Castro fazia parte da minoria federalista que compunha o corpo discente e a grande maioria de republicanos, por intermédio de arrebatado manifesto, solicitou o fechamento daquela escola de formação - imediatamente atendido pelo ministro da Guerra - para que cadetes, oficiais e praças pudessem reforçar as fileiras legais no conflito fratricida então deflagrado. O vibrante documento não recebeu sua assinatura, levando-o à detenção no 13º Batalhão de Infantaria (Porto Alegre), daí conduzido ao Corpo de Transporte (Bagé) e destacado semanas depois para a guarnição de Rio Negro, proibido de portar arma de fogo. Reabilitado, ao fazer uma ronda nas linhas avançadas do dispositivo, abandonou as forças legalistas e dirigiu-se aos federalistas, na linha de contato, comparecendo à presença do general Joca Tavares, que aceitou de bom grado sua adesão.

Mostrou ser um soldado disciplinado e valente, concluindo sua experiência revolucionária ostentando os galões de major aos 21 anos de idade e assim se apresentou ao comandante do 6º Distrito Militar - e emissário presidencial para assinar a paz definitiva - general Galvão de Queiroz, conseqüência da derrota maragata (federalista), em 1895. Extintas as forças rebeldes, recolheu-se a São Gabriel pelo curto período de 1 ano e, anistiado, foi convocado pelo Exército para servir no Colégio Militar do Rio de Janeiro, como inspetor de alunos. Não foi feliz em suas tarefas, sendo exonerado após incidente constrangedor com o catedrático barão Homem de Melo

(1898), para ser admitido na Companhia Docas de Santos (São Paulo), a chamado de um amigo. Nesse momento, juntou-se a dois companheiros para viajar a Manaus, capital amazonense, "onde se amcalhava fortuna em pouco tempo". Seria o início da grande aventura de sua vida.

Há registro de que em 28 Fev 899, o moço audacioso abandonara o emprego santista e em Mai 900 encontrava-se na Amazônia, de onde se deslocaria ao Ceará, em busca de tratamento médico, regressando no começo de 1902 para encabeçar o movimento armado dos migrantes brasileiros no Acre. Depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, rumou para a capital federal e visitou São Gabriel, Porto Alegre, Montevideú e Buenos Aires, já proprietário de amplos seringais. Bem-sucedido comerciante, sem deixar a política, exerceu o cargo de prefeito do Departamento do Alto Acre (Jul 906 / Mar 907), segundo seu irmão e biógrafo Genesco de Castro.

* * *

A passagem como bedel pelo Colégio Militar não fora em vão: assimilara conhecimentos rudimentares de geografia, de história e de matemática, que muito valeram na nova profissão de agrimensor que adotara e com a qual chegara ao Acre, incentivado pelos engenheiros civis Orlando Lopes e Gentil Norberto, que mostravam espírito combativo em suas atitudes.

Acometido de beribéri, presenciara os verdadeiros desastinos de Dom Galvez e as lutas acirradas de caucheros contra seringueiros e mateiros, provavelmente desde 1899, mas foi a partir de 2 de julho de 1902, data de sua aclamação como comandante-em-chefe de forças militares ainda inexistentes - talvez por ser o único brasileiro com experiência de guerra - que assumiu a direção do destino político do Estado Independente do Acre, por ele fundado em 7 Ago, à frente de 33 homens, após destituir o governante boliviano de Xapuri, no dia anterior. Naquele ano, amargou seguidos reveses no enfrentamento direto com os adversários, entretanto, em 7 Dez, derrotou-os no combate de Costa Rica, precursor do cerco que estabeleceria em torno de Porto Acre, a partir de 15 de janeiro de 1903, já liderando expressivo efetivo de 800 brasileiros e forçando a escapada da diretoria do Bolivian Syndicate para Belém - de onde nunca mais voltaria - que recebera indenização de 110 mil libras esterlinas, pagas pelo Tesouro Nacional.

A vitória se concretizou com o despacho do chanceler Rio Branco - alma de soldado e monarquista assumido - 3 dias depois, ao embaixador brasileiro em La Paz, comunicando que declarara litigiosa a área existir

acima do paralelo 10° 20', que seria ocupada por forças expedicionárias do Exército. As tropas estrangeiras citadas se renderam sem luta (24 Jan) e 4 dias depois o coronel José Plácido de Castro foi empossado como governador do Acre Meridional pelo Governo Federal, atritando-se com o general Olímpio da Silveira, governador do Acre Setentrional. Brasil e Bolívia concertaram um *modus vivendi* temporário, preparatório do iminente Tratado de Limites de Petrópolis (17 de novembro de 1903), firmado por José Maria da Silva Paranhos - do alto de sua lucidez - e Claudio Pinilla, que resolveu definitivamente aquela ferrenha disputa territorial.

Foi emboscado em 9 de agosto de 1908, falecendo 2 dias depois, vítima de um crime de natureza essencialmente política. Os criminosos foram identificados, mas o Poder Judiciário jamais se pronunciou a respeito da covarde tocaia, malgrado o atentado fosse praticado na presença de um promotor público e de um advogado militante. Literalmente caiu do cavalo, alvejado por 2 tiros traiçoeiros, um dos quais atingiu-lhe mortalmente a coluna vertebral, em sombrio recanto de um seringal. Ocultos pela volta da picada, os 14 assassinos dispararam uma chuva de balas, para se certificarem do êxito da ignomínia, abrigados pelo momentâneo anonimato da madrugada. Os restos do último caudilho jazem numa tumba evocativa no campo santo da cidade de Porto Alegre.

O BARÃO QUE FEZ HISTÓRIA

No instante em que o conselheiro Rodrigues Alves assumiu o governo do país, em 15 de Novembro de 1902, sucedendo a Campos Sales, o ambiente nacional estava em ebulição. No Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Ceará, no Amazonas e no Pará, havia movimento entusiástico do povo pelos feitos de Plácido de Castro. Organizavam-se batalhões patrióticos para marcharem em auxílio dos acreanos. Os jornais estampavam, cada dia, artigos vibrantes, procurando fazer com que o governo atentasse para o drama que se desenrolava nas florestas da Amazônia. Os oradores populares, em longos comícios, alinhavam protestos contra a inação confortável dos governantes. Ninguém, em verdade, se conformava com a atitude assumida e mantida pela União. Era esta a temperatura emocional encontrada pelo barão do Rio Branco, ao ser investido ministro das Relações Exteriores, no dia 2 de Dezembro daquele ano.

As manifestações que lhe tributaram desde sua chegada da Europa, na véspera, fizeram-no compreender que elas não se tratavam apenas de homenagem ao advogado vitorioso nos contenciosos das Missões e do Amapá, mas ao homem forte em quem se depositava a esperança de que também iria resolver em definitivo a infindável questão pela posse do Acre.

Não terá sido enganosa essa compreensão. José Maria da Silva Paranhos, antigo professor de História e de Corografia do Brasil era, antes de tudo, um espírito positivo de lutador honesto e leal de atitudes, enérgico quando necessário, dedicado ao trabalho, porém apreciador dos momentos alegres da vida.

"O consulado em Liverpool, as comissões na Rússia, na França e nos Estados Unidos, as legações na Suíça e na Alemanha, não haviam deformado aquele simpático e desabusado Juca Paranhos das serestas e brindes no Alcazar do antigo Rio de Janeiro de meados do século passado. O fardão vistoso de diplomata não conseguira afeiçoar aquela alma de mosqueteiro diserto e generoso nos moldes convencionais da diplomacia de simples boas maneiras. O cosmopolitismo de Paris, Berlim e Nova York não tinham desnacionalizado o inexecedível biógrafo do general barão de Cerro Largo, o estudioso da batalha do Passo do Rosário, o erudito das "Efemérides Brasileiras". Tudo leva a pensar, aliás, que Rio Branco foi soldado furtado às fileiras. Não sei se alguma vez ele terá confessado isso; sei, porém, como toda gente, que o 2.º Rio Branco agiu sempre sob a inspiração de um espírito eril, espírito dominador, espírito militar" (Goycochea).

O fato é que, desde a investidura no cargo, se inteirou dos problemas visando a resolvê-los, arrematando o que Plácido de Castro já havia feito pelas armas, equiparando sua ação à do campeão. Claudio Pinilla, o astuto diplomata boliviano acreditado junto ao Governo do Rio de Janeiro, percebeu, de pronto, logo no primeiro contato com o novo chanceler brasileiro, que a situação se modificara radicalmente, ditando os novos rumos diplomáticos a serem seguidos.

A presença de Rio Branco no Itamarati, de fato, transmudara o ambiente que não é mais propício a negações, a tergiversações, ameaças veladas, ironias mal dissimuladas. As palavras passaram a ser ouvidas com respeito e tomadas na acepção insofismável, clara, incisiva. As palavras e os atos. É que Rio Branco não usava perifrases; votava horror ao circunlóquio, indo diretamente ao ponto nevrálgico de cada assunto que tivesse de solucionar.

Aquele telegrama à Legação Brasileira em La Paz, expedido de Petrópolis em 18 de Janeiro de 1903, basta para retratar sua personalidade. No documento, destacou todas as atividades recentes: analisou a partida de Pando para o Acre com a intenção de esmagar os brasileiros, únicos habitantes da região; deu a justa inteligência ao malfadado Tratado de 1867, condenando a interpretação anterior; cogitou do contrato que a Bolívia havia assinado com o Bolivian Syndicate; e finalmente declarou litigioso o território compreendido entre o paralelo de 10° 20' e a linha Cunha Gomes.

O presidente Juan Manoel Pando, apesar disso, talvez não acreditando em informações recebidas, permitiu que seu ministro da Guerra, 3 dias depois de recebido o telegrama de Rio Branco (21 Jan), partisse com tropas em direção ao Acre e ele próprio, 05 dias após, também se pôs a caminho para aquela região, igualmente acompanhado de força armada, não obstante a péssima situação da política interna boliviana. Visava a vingar as derrotas de que tivera notícia e possivelmente salvar a guarnição de Porto Acre - que pensava ainda em mãos bolivianas - além de tornar efetiva a entrega do território ao Sindicato yankee, para o recebimento da primeira prestação ajustada: 800.000 libras inglesas.

"O transe - é de se convir - foi angustioso para o primeiro magistrado da nação andina. Para se poder ausentar da capital, tivera que desterrar o vice-presidente da República Anibal Capriles e em cada dia de marcha chegavam-lhe notícias alarmantes de La Paz, cuja situação piorava sempre. Em 5 Fev, estando em Mapiri, de tal gravidade foram as notícias recebidas que resolveu regressar imediatamente, fazendo-se acompanhar pelo 5.º Batalhão de Infantaria. Chegando, porém, a Palechuco, mudou de opinião e voltou sobre os próprios passos, pelo caminho de Tumupasa, com metade do dito corpo. A outra metade mandou que seguisse para La Paz. Mais para diante, ordenou o regresso do ministro Ismael Montes" (ainda Goycochea).

Foi em caminho, já nas vertentes das Cordilheiras, que soube da capitulação de Porto Acre e da invasão da Bolívia por Plácido de Castro que, segundo as versões que lhe chegaram, já teria ocupado Gironde e Bela Flor, dispondo-se a marchar sobre Puerto Rico.

Enquanto o presidente da Bolívia marchava para o Acre, o Barão, concretizando suas palavras, aconselhava o presidente Rodrigues Alves a mandar efetivar a ocupação do Acre Setentrional, isto é, parte do território ao norte do paralelo de 10° 20'. O general-de-divisão Antônio Olímpio da Silveira - veterano do Paraguai e coronel comandante da artilharia na campanha de Canudos (1896/7) - recebeu a incumbência e seguiu sem perda de tempo no cumprimento da missão. Em 17 Mar, sua vanguarda, sob o comando do major Gomes de Castro, penetrava no Acre, acampando em Empresa e em 3 Abr era o próprio comandante-em-chefe desse Corpo - também nomeado governador do Acre Setentrional - que chegava a Porto Acre. Sua força de ocupação era composta por duas Brigadas de Infantaria (15°, 27°, 36° e 40° Batalhões de Infantaria) apoiadas pelo 4° Grupo de Artilharia de Campanha e reforçadas por uma Companhia da Polícia do Amazonas. Ao todo, 2891 homens - se os quadros da tropa do Exército estivessem completos - aos quais se acrescentariam 191 praças policiais.

O armamento era moderno, empregado no assédio ao arraial de Canudos, no final do século XIX: fuzis "Mauser" (1894) e "Mannlicher" (1888), metralhadoras "Nordenfelt" (1891), canhões "Krupp 75" (1890), de procedência européia, além de rações de campanha enlatadas, fardamento, equipamento e material de acampamento de recente distribuição. O comandante-em-chefe, talvez por suas convicções florianistas, entrou em rota de colisão com o governador do Acre Meridional e desarmou os combatentes acreanos, recolhendo todo material bélico e logístico, logo repostos por seu substituto, nomeado pelo ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, que o demitira. Uma divisão naval, sob o comando do almirante Alexandrino de Alencar, igualmente enviada ao extremo norte, só mais tarde chegaria a Belém do Pará.

A ocupação militar do Acre Setentrional deu novas características ao teatro-de-operações e constituiria fator diplomático decisivo para posteriores resoluções, fruto da sensibilidade e do talento de José Maria da Silva Paranhos. Ao término da luta ali travada, contabilizaram-se elevadas perdas de preciosas vidas humanas de ambos os lados em presença, o prejuízo econômico foi acentuado e o confronto político e diplomático quase conduziu as duas repúblicas fraternas à insensatez da guerra.

A QUESTÃO ACREANA (CRONOLOGIA)

1834

Falha a primeira tentativa boliviana junto ao Governo brasileiro, por intermédio do general Mariano Armaza, para resolver a questão de limites entre a Bolívia e o Brasil.

1841

Não obtém êxito a tentativa brasileira junto ao Governo boliviano, chefiada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, com o mesmo fim.

1852

Manoel Urbano da Encarnação, brasileiro, descobre o rio Aquiri ou Acre , penetrando-o até muito além de sua foz no Purus.

1857

João Rodrigues Cametá, também brasileiro, sobe o rio Acre, mais uma vez.

1861

João da Cunha Corrêa, outro brasileiro, penetra novamente o mesmo rio.

1863

Frustra-se a missão confiada a Rego Monteiro para tratar dos limites do Brasil com a Bolívia.

1865

Continuam as explorações brasileiras no rio Acre e seus tributários.

1866

10 de outubro. É massacrada no Javari a sub-comissão brasíleo-peruana, dirigida pelo capitão-tenente João Soares Pinto e Manoel Rouac Paz Soldan, encarregada de explorar esse rio, determinando a posição de sua nascente principal.

1867

27 de março. É assinado em La Paz o acordo de limites entre Brasil e Bolívia, conhecido como Tratado de Ayacucho, concertado pelos ministros brasileiro Lopes Neto e boliviano Mariano Munõz.

1874

17 de janeiro. Parte de Tabatinga, às margens do rio Solimões, a comissão brasíleo-peruana visando a explorar e determinar a fonte principal do rio Javari. Chefiam-na, respectivamente, o capitão-de-fragata Antônio Luiz Von Hoonholtz, futuro barão de Tefé e o capitão-de-fragata peruano Guilherme Blake.

14 de março. A comissão exploradora do Javari estabelece que a nascente principal desse rio estaria a 7° 01' 17,5" de latitude sul e 74° 8' 27,7" de longitude oeste do meridiano de Greenwich.

1877

3 de abril. Chegam ao Acre os primeiros povoadores, todos cearenses, que se estabelecem em terras próximas à foz do rio Purus.

1886

28 de julho. O ministro boliviano Francisco Vellarde, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em presença do imperador Pedro II, declara que o rio Aquiri ou Acre não havia sido descoberto, mas que o seria em breve...

1895

19 de fevereiro. Foi assinado no Rio de Janeiro pelos ministros do Exterior do Brasil, Carlos de Carvalho, e da Bolívia, Frederico Diez de Medina, o protocolo para a demarcação da fronteira entre os dois países, aceitando ambos a posição da nascente do Javari estabelecida por Tefé e Blake, em 1874.

29 de setembro. Os comissários brasileiro e boliviano, tenente-coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo e coronel Juan Manoel Pando, encontram-se em Caquetá, no Estado do Amazonas, e encetam os trabalhos de demarcação da fronteira.

1897

6 de março. Taumaturgo de Azevedo em ofício datado de Manaus endereçado ao ministro do Exterior, general Dionísio de Cerqueira anuncia a exploração do Javari, declarando que sua fonte seria muito mais ao sul.

1898

11 de janeiro. O capitão-tenente Augusto da Cunha Gomes entrega ao ministro do Exterior o relatório da reexploração do Javari, incluindo nesse trabalho que a nascente principal do rio estaria a 7° 11' 48,10" de latitude sul e 73° 47' 44,5" de longitude oeste.

23 de setembro. A Bolívia obtém do Governo brasileiro permissão para instalar alfândega no Acre.

19 de Dezembro. O ministro boliviano no Rio de Janeiro, José Paravicini, chega a Manaus para combinar com o governador do Amazonas a instalação de uma alfândega mista no Acre.

1899

2 de janeiro. O ministro boliviano Paravicini, em pessoa, funda, com solenidade, Puerto Alonso, 4 1/2 milhas além do local por onde passaria a linha divisória com o Brasil, que não havia ainda sido demarcada, ali instalando a alfândega.

4 de janeiro. É dessa data o decreto baixado pelo ministro Paravicini dispondo sobre a navegação no Acre e em outros rios.

30 de abril. O advogado e jornalista cearense José Carvalho, à frente de um grupo de acreanos, depõe o delegado boliviano deixado pelo ministro Paravicini.

14 de julho. Luiz Galvez, em Puerto Alonso, proclama a independência do Acre, declarando-o Estado soberano, do qual se faz presidente. O Acre estava acéfalo desde a deposição e partida do representante boliviano.

.. de outubro. Parte de La Paz uma expedição chefiada por Andrés Muñoz para ocupar o Acre.

30 de outubro. É assinado no Rio de Janeiro pelo chanceler Olinto de Magalhães e pelo ministro boliviano Salinas Vegas um novo protocolo para a demarcação da fronteira.

8 de dezembro. Antônio de Souza Braga, seringalista acreano, depõe Luiz Galvez do governo que exercia sobre o Acre e se instala, ele próprio, no poder.

20 de dezembro. Morre, em Manaus, Pedro Kramer, quando se dirigia ao Acre para assumir o cargo de delegado da Bolívia, para o qual havia sido nomeado pelo ministro plenipotenciário junto ao Governo brasileiro. É substituído por Ladisláo Ibarra, que viaja imediatamente de Manaus para Puerto Alonso.

1900

.. de janeiro. Antônio de Souza Braga impede à mão armada que Ladisláo Ibarra assuma o governo, expulsando-o do Acre.

2 de fevereiro. Novamente Luiz Galvez assume o Governo, devolvido espontaneamente por Souza Braga.

9 de fevereiro. Chega a Porto Acre (ex-Puerto Alonso), o navio de guerra "Jutai", sob o comando do capitão-tenente Raimundo Ferreira, credenciado

também como vice-consul do Brasil na localidade. Por não encontrar Governo boliviano, regressa a Manaus, 2 dias depois.

.. de março. Ancora em Porto Acre uma esquadilha de belonaves brasileira, composta pelos "Tocantins" e "Jutaí", sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra José Ramos de Azevedo. Acompanha a flotilha um navio de propriedade do Estado do Amazonas, no qual viaja o secretário de Finanças desse estado, Lopo Neto. Leva ao comandante Ramos de Azevedo a ordem de depor Luiz Galvez do Governo do Acre, o que é feito.

14 de julho. Parte de La Paz o vice-presidente da Bolívia Perez Velasco, nomeado delegado extraordinário no Acre. Acompanha-o o ministro da Guerra, coronel Ismael Montes, que vem à frente do Batalhão Independência.

.. de setembro. A Expedição Muñoz chega ao Acre, investindo-se Andrés Muñoz no poder.

19 de outubro. O vice-presidente Velasco e o ministro Montes atingem por terra a aldeia Empresa, na margem do rio Acre, acompanhados de uma escolta. O Batalhão Independência ficara em Riberalta. Seguem em canoas, nesse mesmo dia, rumo a Porto Acre. Entre as duas localidades são aprisionados por Gentil Norberto e Pedro de Souza Braga.

23 de outubro. Os revolucionários brasileiros libertam o vice-presidente Velasco e o ministro Montes. O primeiro continua a viagem para Porto Acre; o segundo segue para Riberalta, em busca do Batalhão Independência.

6 de dezembro. Combate no Cajueiro entre brasileiros e bolivianos.

12 de dezembro. Os revoltosos ao mando de Antônio de Souza Braga atacam em Empresa o Batalhão Independência.

24 de dezembro. Porto Acre é atacado pela Expedição dos Poetas, vinda de Manaus, no vapor "Solimões". Depois de algumas horas de tiroteio, aquela tropa se retira do campo de luta em direção a Caquetá.

25 de dezembro. A Expedição dos Poetas é atacada e destroçada em Caquetá pelo brasileiro Manoel Felício, à frente de um grupo de mateiros, pretextando que precisava das armas para atacar os bolivianos.

1901

.. de fevereiro. O Batalhão Independência regressa à Bolívia. O vice-presidente Perez Velasco e o ministro Ismael Montes também abandonam o Acre, seguindo para Manaus juntamente com Andrés Muñoz. No Governo, fica o tenente-coronel Pedro Salazar.

11 de junho. É assinado em Londres o convênio de arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate, conhecido como Contrato Aramayo.

17 de setembro. Chega ao Acre e assume o Governo o coronel Manoel Canseco.

Final de 1901. A Comissão Mista Brasíleo-Boliviana, organizada para explorar o rio Javari e localizar sua nascente, chefiada por Luiz Cruls e Ballivan, executa essa missão, verificando que a cabeceira do curso de água em questão está a 7° 6' 55" de latitude sul e 73° 47' 30,6" de longitude oeste, posição que seria confirmada em 1926 pelo almirante Ferreira da Silva.

1902

3 de abril. Desembarca em Porto Acre, assumindo imediatamente o Governo, o cidadão boliviano Lino Romero, designado especialmente para fazer entrega da região aos delegados do Bolivian Syndicate.

23 de junho. Plácido de Castro, que está demarcando o seringal "Vitória", acima de Xapurí, toma conhecimento pelos jornais do arrendamento do Acre.

25 de junho. A seguir, enceta sua viagem de propaganda revolucionária rio abaixo.

29 de junho. O chefe rebelado chega a Bagaço e segue para Bom Destino.

30 de junho. Plácido de Castro atinge Bom Destino e segue por terra para Caquetá, no território brasileiro.

2 de junho. Reunião em Caquetá dos próceres revolucionários, ficando combinada a luta contra os estrangeiros. Plácido de Castro é aclamado comandante-em-chefe das forças a serem organizadas.

6 de agosto. O caudilho, encabeçando uma partida de 33 homens, depõe as autoridades bolivianas de Xapuri.

7 de agosto. Plácido de Castro proclama a soberania política do Acre e institui o novo país com o nome de Estado Independente do Acre.

25 de agosto. Os revolucionários comandados pelo coronel José Galdino infligem grande derrota aos bolivianos liderados pelo capitão Gonçalves Moreno, em Santa Cruz.

18 de setembro. Os acreanos, sob a direção de Plácido de Castro, numerando 63 homens, são derrotados por um batalhão boliviano (180 homens), comandado pelo tenente-coronel Rozendo Rojas, num ponto próximo a Volta da Empresa.

21 de setembro. O tenente-coronel Hermógenes Ibanez derrota uma partida revolucionária em Telheiro.

24 de setembro. O major Ladisláo Ferreira da Silva, à frente de 96 homens, repele em Bom Destino, um ataque de 120 bolivianos comandados pelo coronel Manoel Canseco.

3 de outubro. Plácido de Castro é aclamado general pelas forças revolucionárias. Recusa, porém, a honraria, mas aceita de bom grado o tratamento de coronel. No mesmo dia, constituindo várias colunas, estabelece o cerco de Empresa, onde se havia entrincheirado o tenente-coronel Rozendo Rojas.

7 de outubro. O vapor "Independência", armado em guerra pelos bolivianos, rende-se aos brasileiros.

16 de outubro. Capitula também a guarnição de Empresa, depois de 11 dias de luta. Os 160 prisioneiros são expulsos do Acre.

10 de novembro. Nicolas Suarez, com 80 homens, vence uma coluna revolucionária em Igarapé da Baía, matando 48 deles.

12 de novembro. O mesmo Nicolas Suarez bate Manoel Alves em Montevideú.

18 de novembro. O comandante Plácido de Castro derrota as forças do tenente Julio Galioso, em Santa Rosa, no rio Abunã.

2 de dezembro. O barão do Rio Branco assume a pasta do Exterior.

7 de dezembro. Os brasileiros conduzidos pelo coronel Plácido de Castro derrotam os bolivianos do capitão Frederico Roman, entrincheirados em Costa Rica, no rio Tahuamanu.

1903

15 de janeiro. Plácido de Castro à frente de 800 homens estabelece o sítio de Porto Acre, sede da Delegacion Nacional, defendido por vários corpos de tropa e civis armados bolivianos.

18 de janeiro. A comitiva do Bolivian Syndicate - que vinha assumir o governo da região - ciente dos sucessos no Acre, regressa apressadamente da cachoeira do Purus, onde estava, para Belém do Pará, de onde se retira do país. Telegrama do barão do Rio Branco ao embaixador brasileiro em La Paz comunica que seu Governo havia tornado litigioso o território acima do paralelo de 10° 20', devendo ocupá-lo com forças do Exército.

21 de janeiro. O presidente da República da Bolívia, capitán general Juan Manoel Pando, juntamente com o ministro da Guerra, coronel Ismael Montes, à frente de uma coluna militar, deixa La Paz rumo ao Acre.

24 de janeiro. As tropas bolivianas sitiadas em Porto Acre rendem-se ao caudilho Plácido de Castro. As perdas em combate de 9 dias foram as seguintes: 200 bolivianos mortos, 200 feridos e 400 prisioneiros; 18 mortos e 45 feridos, pelo lado brasileiro.

28 de janeiro. Plácido de Castro é aclamado governador do Estado Independente do Acre.

17 de março. O major Gomes de Castro penetra no Acre à frente da vanguarda do Corpo Expedicionário Brasileiro.

21 de março. É assinado em La Paz o modus-vivendi entre o Brasil e a Bolívia para a suspensão das hostilidades no Acre, até que fossem resolvidas as questões pendentes de limites.

3 de abril. O general Olímpio da Silveira chega ao Acre assumindo o governo do Acre Setentrional, isto é, do território acima do paralelo de 10° 20'.

10 de abril. Plácido de Castro transfere a sede de sua administração para Caparatá, uma vez que lhe cabe apenas o território abaixo do paralelo 10° 20', que fica conhecido como Acre Meridional. Simultaneamente, informado da aproximação do general Pando, invade a Bolívia pelo Tahuamanu com a intenção de atacá-lo na localidade de Palestina.

18 de abril. A vanguarda de suas tropas (60 homens) toma contato com as forças de Pando que estão entrincheiradas em Puerto Rico, para o combate.

24 de abril. O general Pando, com apenas 2 ajudantes de ordens, abandona Puerto Rico, por terra, a pé.

26 de abril. Enquanto a vanguarda dos acreanos, sob o comando do coronel José Brandão, combate com os bolivianos em Puerto Rico, impedindo-lhes que avancem ou recuem, Plácido de Castro, em Girona, prepara-se para marchar com o grosso de seu efetivo, a fim de dar o golpe final. Nesse dia, chega o major Gomes de Castro com mensagem do general Olímpio da Silveira para ele e para o general Pando, comunicando a assinatura do modus-vivendi.

27 de abril. No momento em que o emissário do general brasileiro avista Puerto Rico, é levantada a bandeira branca, para fazer idêntica comunicação aos atacantes da praça.

17 de novembro. Assinatura, em Petrópolis, do Tratado de Limites entre o Brasil e a Bolívia, concertado pelo barão do Rio Branco e por Claudio Pinilla, ministro plenipotenciário daquela República.

26 de dezembro. O Congresso boliviano aprova o Tratado de Petrópolis.

1904

25 de janeiro. A Câmara dos Deputados do Brasil reconhece o mencionado tratado.

12 de fevereiro. O Senado Federal brasileiro ratifica o acordo com a Bolívia, tornando-o definitivo.

7 de abril. O Governo da União, em decreto dessa data, dá organização administrativa ao Território Federal do Acre.

Referências bibliográficas:

- BALDIVIESO, Pastor. "La Campaña del Acre";
BARBOSA, Rui. "O Direito do Amazonas";
CALMON, Pedro. "História Social do Brasil";
CALÓGERAS, Pandiá. "Formação Histórica do Brasil";
CASAS, Alvaro de las. "Galvez";
CASTRO, Genesco de. "O Estado Independente do Acre e Plácido de Castro";
CUNHA, Euclides da. "Peru versus Bolívia";
GOYCOCHEA, Luiz de Castilhos. "O Espírito Militar na Questão Acreana";
GUANABARA, Alcindo. "A Presidência Campos Sales";
LIMA, Cláudio de Araújo. "Plácido de Castro: Um Caudilho Contra o Imperialismo";
POMBO, Rocha. "História do Brasil";
PORTO SEGURO, Visconde de. "História Geral do Brasil";
REIS, Arthur Ferreira. "A Questão do Acre";
RIO BRANCO, Barão do. "Relatório do Ministro do Exterior (1902 / 3)".

DANTE DE LAYTANO

Lothar Hessel

Meus primeiros contatos pessoais com Dante de Laytano se deram em julho de 1947, quando assumi as funções de secretário da Faculdade de Filosofia da então Universidade de Porto Alegre (estadual), posteriormente federalizada, a 4 de dezembro de 1950, sob o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dante de Laytano integrava o bom corpo docente da novel Faculdade, tendo a seu cargo a cadeira de História do Brasil. Os contatos com ele não eram diários, devido à localização dos cursos da Faculdade em diversos prédios antes da conclusão do prédio próprio, no início de 1953, localizado à Avenida Paulo Gama. As aulas dos cursos de História, Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, e Letras Anglo-Germânicas, eram dadas no Instituto de Educação, ao passo que a Direção e a Secretaria da Faculdade se achavam no 2º andar da Faculdade de Direito.

Daquela fase conservo comigo duas características daquele professor de seus 40 anos: sua amabilidade e seu tipo físico, não alto e não magro, sempre com certa rapidez no movimentar-se. Essa aparência e essa movimentação lembravam-me as de minha mãe, o que me proporcionava certa transferência de simpatia.

Um segundo momento de contatos leva-me à sala principal do então Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do qual era ele o diretor (1958). O assunto básico era a publicação de algumas **Memórias** do poeta, jornalista, político e cirurgião-dentista taquariense, Antenor Moraes, nascido em terras do atual município do Bom Retiro do Sul, e genro do general Felipe Portinho. A acolhida foi a esperada (muito boa) e as Memórias saíram publicadas não só no nº9, ano VII, da Revista do Museu, como ainda no volume 19 das edições da Comissão de Folclore (1958). Essa iniciativa e outras semelhantes me tornaram mais claras outras duas facetas de Dante: seu empenho em divulgar assuntos históricos e folclóricos do Rio Grande do Sul, e sua obediência à judiciosa sentença romana – **Verba volant, scripta manent. (Et homines pereunt, poderíamos acrescentar).**

Outra oportunidade de analisar a personalidade de Dante foi a aproximação ao Prêmio Ilha de Laytano, por ele instituído e que me foi atribuído em 1981; no ano seguinte, coube-me saudar a atribuição do mesmo

Prêmio ao caro Carlos Reverbel. Na criação desse Prêmio, por parte de Dante, conjugam-se duas admiráveis qualidades (sic) por um lado, o estímulo à cultura sul-rio-grandense; e por outro, o apreço conjugal à sua primeira esposa, Dona Ilha Lopes de Almeida Laytano, falecida em 19....

A ascensão de Dante de Laytano à presidência da Academia Rio-Grandense de Letras, em 1980, à testa da qual se manteria por dez anos, veio pôr de manifesto mais uma característica sua: a de saber aglutinar elementos, dispersos ou ausentes, de uma associação. A Academia que, por falta de sede, andava claudicante e dispersa, voltou então a reunir-se com regularidade, semanalmente, em torno da mesa de cultura que outro benemérito das letras gaúchas, Manoel dos Santos Martins, pôs à sua disposição na sede de sua firma, à Rua Riachuelo, 1273.

Enfim, uma última e boa qualidade de Dante: a de sempre ver nos próximos algum aspecto positivo, maneira de ser que se me tornou mais nítida após a publicação, em 1980, do **Popularium Sul-Rio-Grandense**, de 492 páginas, por mim reunido e reorganizado após dezenas de anos de inedição. Durante algum tempo, em apresentações, Dante apontava-me como o homem que finalmente conseguira fazer aparecer em letra de imprensa aquela monumental obra de Apolinário Porto Alegre (†1904).

Essa bondosa maneira de agir, observada também em outras oportunidades e com outras pessoas, Dante deve ter ido buscar simplesmente em nosso bom Deus, que mesmo numa pessoa ruim sempre está à espreita de alguma oportunidade para favorecer alguma qualidade positiva e assim propiciar a melhoria total de sua criatura.

A REGIÃO DE CAMAQUÃ EM DOCUMENTOS ANTIGOS E NA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA POR A. A. BORGES DE MEDEIROS

Luís Alberto Cibils

DORES DE CAMAQUÃ Documentos Antigos

No Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Livro nº 01, a fls. 128, de Registros da Vigararia Geral de Porto Alegre, se encontra o seguinte:

“Registro de hua Provisam da ereção da Capella de Nossa Senhora das Dores para se erigir no Districto de Camaquam entre o Arroio Velhaco e o Arroio chamado de Antonio Alves, da Freguezia do Triunfo, a requerimento de Manoel José Fernandes Barbosa como Procurador e os mais moradores do referido lugar, da qual o seu teor é o seguinte. Antonio Vieira da Soledade, Cavalleiro Professo na Ordem de Cristo, Conego da Santa Igreja Cathedral, e Capella Real da Corte do Rio de Janeiro, Parocho Collado na Matriz de Porto Alegre, Censor do Ordinário, Examinador Synodal do Bispado, Pregador Regio, Juiz dos Casamentos Justificações e reziduos, Provisor e Vigario Geral desta Capitania de São Pedro por S. Exa. Revma. = Aos que a presente minha Provisam vierem saude e paz em o Senhor = faço saber, que atendendo Eu ao que por sua petição retro me enviou a dizer Manoel José Fernandes Barbosa como Procurador, e mais moradores do Districto de Camaquam da Freguezia do Senhor Bom Jesus do Triunfo deste Bispado e Capitania, Hey por bem, por Comissão de S. Exa. Revma., conceder-lhes licença, como pela presente minha Provisam lhes concedo pela parte que pertence à Autoridade Ordinaria do Bispado, para que possam erigir na forma dos Sagrados Canones huma Capella, no lugar indicado no requerimento retro, com a Invocação de Nossa Senhora das Dores, a qual terá patrimônio ou dote constituído conforme o Direito para que possa gozar o titulo da Capella que requerem, e depois de erecta será benta pelo Revdo. Parocho respectivo, a quem concedo as Faculdades necessarias, na forma do Ritual Romano, para que na mesma possam celebrar-se os Officios Divinos. Dada e passada em a Rezidencia de Porto Alegre sob meo Signal e Sello Excausa aos onze de Novembro de mil oitocentos e dezasete. Eu o Padre Manoel José Sanhudo, Escrivão da Camara Eccleziastica a subscrevi = Antonio Vieira da Soledade = Valha sem Sello

Excausa = Soledade = Souza = Á Chancellaria oito mil reis = Assignatura, Sello e Conta setecentos e quarenta reis = Desta seiscentos reis = Estava o Sello da taxa = Numero cinco mil cento e trinta e quatro = Pagou quarenta reis do Sello = Bandeira = Fontoura = Provizão por que V. S., por Comissão de S. Exa. Revma. há por bem conceder licença a Manoel José Fernandes Barbosa, como Procurador, e mais moradores do Districto de Camaquam da Freguezia do Triunfo para que possam erigir huma Capella com a Invocação de Nossa Senhora das Dores no lugar e forma acima declarada = para V.S. ver e assignar = É registrada fielmente da própria a que me reporto, este confery, escrevy e assigney. Porto Alegre, 11 de Novembro de 1817. E eu Paulo Joaquim de Souza Mello Escrivão Ajudante da Camara Eccleziastica e do Registro a confery, escrevy e assigney. Paulo Joaquim de Souza Mello.”

O jornal “Mercantil” de Porto Alegre, em 23.11.1852, a p. 4, refere-se à Freguesia das Dores de Camaquã, então pertencente ao Município de Porto Alegre, apresentando os nomes dos cidadãos que naquela Freguesia saíram eleitos, pertencentes ao partido da liga: Patricio Vieira Rodrigues, Joaquim da Silva Brandão, Boaventura Fortunato Brandão, Firmiano Pires da Rocha, João Meireles Barbosa, Capitão Inácio dos Barros, Tenente José de Souza e Capitão Antônio Alves Pereira Filho.

A Lei nº 601, de 18.9.1850, dispondo sobre as terras devolutas no Império, e sobre as que forem possuídas por títulos de Sesmaria sem preenchimento das condições legais, ou por simples título de posse mansa e pacífica, determinou em seu art. 13º que se organizem por Freguesia, o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, sob pena de multa.

Instituído o “Livro de Registro das declarações de posse das terras do Distrito da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Camaquã”, na forma do art. 91º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1318, de 30.06.1854, nele se registrou pelo Vigário, entre outros as seguintes:

José Domingues Boeira, abaixo assinado, em obediência ao art. 91 do Regulamento nº 1318, de 30.06.1854, vem declarar que possui neste Distrito uma “Sesmaria de Mattos” contendo uma légua de frente e outra de fundo, pouco mais ou menos. Possui mais uma de campo de “Campo e Faxinal” contendo um quarto de légua de frente e outro de fundo, pouco mais ou menos; obtendo a sesmaria de Mattos por compra que fez ao Doutor Luís Leite de Oliveira Bello e a parte de campo e faxinas, houve por legitima do finado José da Silva Boeira e sua mulher, achando-se estabelecido tanto na Sesmaria de Mattos como na parte de Campo e Faxinas, com casa de moradia

e criação de animais, denominando-se ambos os lugares “a Conceição”. Nestes termos que declara que lhe sejam registradas na forma que dispõe o Artigo 103 do citado Regulamento.

Distrito das Dores, 2 de novembro de 1855 - José Dom Boeira

“Fez declaração desta apresentada na Vigararia na data de hoje para registro como dispõe as terras na Freguesia das Dores, 8 de novembro de 1855. O Vigário Domingos Tanganelli. A fls. 22 do Livro de Registro das terras nesta freguesia fica lavrada a presente declaração, pagando 1:550, mil quinhentos e cinquenta reis. Em 8.11.1855. Escrivão Brasil”.

A Freguesia das Dores de Camaquã a esse tempo era Distrito do Município de Porto Alegre.

As propriedades ora descritas pertenciam a antepassados do Contabilista, Emérito Raul da Silva Boeira, que possui propriedade na região, como descendente desse antigo proprietário.

Como lembramos em outras oportunidades, o Município de Dores de Camaquã foi criado em 1857, através da Lei 402, de 16 de dezembro, incluindo os Distritos da Barra do Ribeiro e de S. João Batista de Camaquã.

Retorna a Porto Alegre em 1861; no ano de 1864, com a Lei 569, de 19 de abril é criado o Município de São João de Camaquã, incluindo o Distrito de Dores; através da Lei 975, de 19 de abril de 1875 Dores de Camaquã volta a ser município com a superfície unicamente do referido Distrito. Volta a pertencer a Porto Alegre com o Decreto 1692, de 23.1.1911. É restabelecido o Município de Dores com o Dec. 1993, de 25.6.1913. a sede do Município é transferida em 31.5.1929 para Tapes, tomando a denominação de Município de Tapes.

No período da primeira República encontramos correspondência remetida por Júlio de Castilhos, dirigindo-se em 28 de fevereiro de 1895, uma carta reservada a Manoel da Cunha Vasconcellos, seu amigo, informando que “inimigos da República reunidos no Rio de Janeiro, por diversas circunstâncias, em hostilidade às instituições, felizmente aceitas e consagradas pela maioria da Nação, constituem comissões com o fim de retirar inscrições do “Paiz” que é a folha de mais brilhante orientação republicana no Brasil, e de relevantes serviços prestados”. Recomenda sua assinatura que custa apenas 28\$000 anuais.

A movimentação das autoridades de Dores de Camaquã, em 1924, eram informadas pelo Delegado de Polícia Cap. José R. Sobral a Otelo Rosa, no Palácio do Governo, inclusive que Dr. Servalo assumiu o cargo.

A 20 de abril em telegrama diz: “seguiu a serviço Empreza Terras para

a Capital Arthur Jenisch membro executiva com quem palestrei antes partida. Hospeda-se Hotel Yung onde já está Dr. Sophia. Tendo imprensa adversária explorado nome dois seria grande auxílio política republicana aqui Federação entrevista-los. Resp. Saudações.”

Incumbido pela Comissão Executiva do Partido Republicano de Dores de Camaquã, dia 31 de julho, em mensagem a Othelo Rosa, solicita “indicar ao Dr. Presidente do Estado a Ernesto Augusto Schmaedecke para primeiro suplente do Juiz Distrital do 3º Distrito, em substituição a Alberto Drewes que por mudança de domicílio não se empossou no referido cargo.”

Aproveita para lembrar que a dita Comissão, pede “a nomeação de uma professora para Tapes, onde se acham mais de uma centena de meninas sem colégio.”

A CORRESPONDÊNCIA REMETIDA POR BORGES DE MEDEIROS À REGIÃO EM ESTUDO, COM A ORIENTAÇÃO POLÍTICA POSITIVISTA.

DORES DE CAMAQUÃ

Graças à maior liderança dos Irmãos Vasconcellos, Manoel e Joaquim, o Partido Republicano em Dores de Camaquã conservou-se mais unido que, o de São João, freqüentemente com grandes divergências.

Assim na correspondência ativa de Borges de Medeiros, menos numerosa, pois são minutas de correspondências, não encontramos tanta interferência do Presidente e Chefe do Partido.

No ano de 1901, a 2 de fevereiro, informa que Joaquim da Cunha Vasconcellos, tendo terminado dia 9 seu quadriênio, pois assumira em renovação a 9 de fevereiro de 1897, e assumido seu primeiro suplente em 23 de março, nada consta dos outros suplentes, para a feitura de nomeação.

Aproximando-se dia 8, designado para eleição de deputados junto à Assembléia dos Representantes para o futuro quadriênio, em 3 de fevereiro de 1905 indica para o eleitorado do 5º Distrito a seguinte chapa: Coronel Longuinho Saraiva Fonseca, Antônio Pedro Cunha, João Benício Silva, Dr. Manoel Teófilo Barreto Viana, Capitão Joaquim Tomas Santos Silva Filho e Antônio Antunes Araújo.

Dessa forma obedece critério de evitar acumulação de mandato com funções de ordem judicial ou administrativa. Tornou-se necessário não

contemplar prestimos como Dr. Pedro Afonso Mibielli, Alcides Freitas Cruz e Cel. José Bento Porto. Igual indicação foi remetida ao Cel. Netto em São João Batista.

Ainda em março desse ano, comunica que os nomes dos 2º e 3º suplente de Juiz seccional, ajudante de Procurador da República, já foram encaminhados por intermédio do Juiz Federal.

Refere em maio, que praças da Guarda Administrativa não estão enquadrados às de pret., podem ser incluídos no alistamento eleitoral. No mês seguinte solicita que aguarde instruções que serão expedidas diretamente pelo Chefe de Polícia.

A 15 de julho é declarado que dia 11 foi inaugurada a linha telefônica entre Dores e a Capital.

Foi remetida a Linfa (Vacina) dia 1º de agosto.

Em Carta Circular impressa e confidencial timbrada do Palácio do Governo, em outubro de 1905, são remetidas as seguintes instruções: “Como sabeis aproxima-se a época da eleição de Deputados Federais para o triênio de 1906 a 1909. Convindo saber com rigorosa exatidão a nova força eleitoral após a revisão do alistamento efetuado este ano pela Lei de 15 de novembro de 1904, preciso informais impreterivelmente até 30 do mês vindouro o número certo de correligionários e de adversários de qualquer matizes.

Seguro de que prestareis a esta requisição a atenção que merece assunto tão relevante, apresento-nos saudações cordiais. Borges de Medeiros”.

Declara em 2 de dezembro que “em face uma carta de 12 de novembro, submeteu em 18 de abril à deliberação do Ministro da Justiça a indicação que fizestes para as nomeações de José Antônio Lopes, Tristão de Oliveira Cezar e Manoel Inácio de Vasconcellos, suplentes de Juiz substituto seccional dessa circunscrição e Manoel Jorge Azevedo ajudante do Promotor da República.

Dirigindo-se a Manoel da Cunha Vasconcellos, considera satisfatório o resultado eleitoral em 28 de março de 1906, embora a vantagem fosse apenas de 66 votos.

“Nessa terra onde sois prestigioso patriarca e zeloso guardador das tradições republicanas, o avultado número de nossos contrários que, com surpresa minha deram 179 votos a Afonso Pena. Urge portanto todo cuidado no trabalho de alistamento”.

O Prof. Luiz Vieira Rodrigues terá colocação como ele deseja. Agradece em 15 de setembro congratulações pelo auspicioso período de prosperidade do Estado.

Manoel da Cunha Vasconcellos faleceu a 19 de novembro de 1910 com 58 anos de idade. Governou o Município por 4 períodos consecutivos.

No ano de 1911, a 4 de janeiro, dirige-se ao Intendente Silva Pacheco comunicando o envio do Major Euclides Moura para tratar junto ao Ten. Cel. Joaquim da Cunha Vasconcellos assunto relativo à mudança da sede de Dores para Tapes, “como imperiosa necessidade administrativa e política. Considera grande erro recusar o Conselho proposta do Intendente”. Solicita sua anuência embora contrariedade, pois deseja a prosperidade municipal.

Novo telegrama dia 17, trata da decadência da Vila e a falta de recursos. Dois dias depois comunica que aguarda telegrama do Conselho para expedir ata de anexação do município a Porto Alegre, bastando a assinatura da maioria do Conselho Municipal. Toda demora seria prejudicial. A seguir envia parabéns pela acertada solução do Conselho em anexar a Porto Alegre e comunica será publicado o Decreto dia 13, assinado pelo Pres. Carlos Barbosa Gonçalves.

Após o curto período de 2 anos e 5 meses que pertenceu a Porto Alegre na condição de 10º Distrito, Tapes e 11º, Dores de Camaquã, quando se achava novamente no Governo Borges de Medeiros pela 3ª vez, Dores obtém autonomia restabelecendo-se o Município de Dores de Camaquã pelo Dec. 1993, de 25.6.1913, assumindo em 1º de julho o Intendente Provisório Inácio dos Santos Abreu.

Chegado o ano de 1916, a 1º de abril dirige-se ao Cel. Joaquim informando: “acabo de receber telegrama do Rio avisando que fiscais estão a disposição da Delegacia Fiscal, conforme solicita”.

Em 1º de março de 1920 comunica-se com Vice-Intendente Patrício de Moraes dizendo: “Motivo infausto passamento prestigioso Coronel Joaquim Vasconcellos apresento nosso partido aí, por vosso intermédio sinceras condolências.” O Cel. Joaquim faleceu a 27 de fevereiro, com 62 anos.

Dirigindo-se setembro de 1922 ao Sub-chefe Valentim Aragon diz que Avelino Borges lembra que a Executiva poderá ser composta por ele, Intendente Leal, Sub. Intendente Afonso Salazar, Delegado Narcísio Barbosa e Artur Jenisch.

Dia 18 em contato com o Dr. Valentim Aragon diz que aprova a Executiva composta por Luiz Gonzaga Leal, Narciso Barbosa e Avelino Borges, podendo regressar depois de organizada a comissão.

Borges de Medeiros assumindo o 4º período em 25.11.1923, surge a Revolução, onde a Vila de Dores foi ocupada por forças de Gen. Netto a 15 de abril, sendo a Vila defendida pelo Vice-Intendente em exercício Narciso

Barbosa e seus 14 filhos de ambos os sexos.

Telegrama de 4 de abril de 1924 relembra a Comissão Executiva composta de Narciso Barbosa, Adiles Peixoto, Artur Jenisch e Cap. Rodrigues Sobral.

Dirige-se dia 17 à Comissão para saber com urgência sobre o incidente ocorrido entre os Dr. Servelo Avila e Souza Sofia, e solicitando opinião a respeito e qual melhor solução conciliatória que responda ao interesse político.

Tomou posse em 31.12.1925 o Intendente Adiles de Araujo Peixoto, em cujo governo se daria a transferência da sede municipal de Dores para Tapes, com o Ato nº 179, de 22 de maio de 1929, assinado pelo Intendente, já no Governo de Getúlio Vargas.

SÃO JOÃO BATISTA DE CAMAQUÃ **DOCUMENTOS ANTIGOS**

Acta da Organização do Directorio Liberal da Villa de São João Baptista de Camaquam.

Aos cinco dias do mez de Maio do anno de mil oitocentos e setenta e oito, reunidos os membros do partido Liberal no Hotel d'Aurora, sob a presidencia do Cidadão Boaventura Luiz Pereira da Silva, e os membros do Directorio eleito em 1.872, passou-se por escrutinio secreto a eleger o novo Directorio que deve dirigir os interesses do partido e do Municipio; e depois de se ter procedido a votação e encontrado na urna quarenta e oito cédulas, passou-se a fazer a apuração que deu como resultado, serem eleitos os seguintes Cidadãos, Patricio Vieira Rodrigues, com quarenta e trez, Manoel Glz. Ribeiro, com 38 votos, José Custodio de Oliveira, 33 votos, Boaventura Luiz Pereira da Silva 31 votos, João da Silva e Azevedo, 30 votos, Mauricio de Souza da Silva, 29 votos, Mariano Rodrigues Barboza, 8, Ignacio de Campos Nunes, 7, Cezar Augusto Moreira Pantaleão, 3, Severino da Silva Boeira, 2, Severino Teixeira de Campos, 2, Ignacio Martins de Avila, 2, Antonio Evangelista Tavares, 2, Ignacio Xavier de Azambuja, 1, Domingo de Azambuja Barboza, 1, Manoel José Ribeiro de Barros, 1, e Abrão Cassel, 1 voto, e assim obtido este resultado ficaram reconhecidos como membros do Directorio os cinco cidadãos que obtiveram maioria dos votos, depois de declarado este resultado, o Sr. Boaventura Luiz Pereira da Sa., pedindo a palavra, disse em uma breve alocução que por si e seu amigo João da Silva e

Azevedo agradecia os votos que tinham recebido, e retirava-se por não poderem fazer parte do Directorio, como que ficarão reconhecido membros do Directorio os dois Cidadão que se seguiam ms. Votados e assim constituído o Directorio lavrou-se esta acta que vai assignada pr. todos os cidadãos que concorrerão pa. A organização. Patricio Vieira Roiz, Manoel Gonçalves Rbr.

“CLUB REPUBLICANO”

Em S. João Baptista de Camaquam, no 5º distrito eleitoral, onde os candidatos republicanos obtiveram numerosa votação, fundou-se no dia 3 do corrente um novo nucleo de combatentes da causa democrática.

Por escrutinio secreto foi eleita a seguinte diretoria: Presidente: Severino da Silva Boeira; secretário, Manoel Rodrigues Pavão Filho; Patricio Vieira Rodrigues, Candido da Silva Nunes, Manoel Crescencio de Souza e João Damaceno Longaray.

“Estes cidadãos, que acabam de prestar os melhores serviços ao partido republicano, hão de certamente imprimir uma direcção intelligente e criteriosa ao novo club, cuja organização é mais uma prova evidente de que a ideia republicana ganha terreno, captando adhesões impulsionadas pelos seus convictos defensores.”

Assinaram a acta do Club Republicano de S. João Baptista de Camaquam os seguintes cidadãos:

Severino da Silva Boeira, Patricio Vieira Rodrigues, Candido da Silva Nunes, João Damaceno Longaray, Manoel Crescencio de Souza, João Antonio Pereira, José Antonio Fagundes, Adolpho José Castro, Nicanor Ignacio Longaray, Antonio Martins de Souza, Castro, João Gomes Flores de Farias, Albino Antonio de Medeiros, Jorge Schumacher, Gustavo Arthur Pinto, Germano José Ribeiro, Joaquim Ribeiro de Barros, Antonio Evangelista Tavares, Manoel Rodrigues Pavão Filho, João Pedro Longaray, e Florencio Evangelista Tavares.

“A esses dignos companheiros a Federação envia as suas saudações.”

(A Federação, 6ª feira, 12-12-1884, fls. 2, nº 286)

(Foi dirigido ao paiz o Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870 que a nossa historia há de registrar um dia como um dos mais notaveis documentos da política brasileira. Resultante do golpe de estado de 1860 que poz a descoberto os grandes vicios do systema monarchico, desiludindo os seus derradeiros adeptos sinceros, foi theatro o paiz de um forte agitação

popular, da qual resultou a criação definitiva do Partido Republicano (Castilhos, em A Federação de 3-12-1884, 14º aniversário do Manifesto Republicano).

Palácio, 29 de janeiro de 1893
Patrício Vieira - Reservado.

Obedecendo instancias amigos e exigencias situação, assumi governo, conto convosco qualquer emergência. Previno deveis estar alerta em virtude noticias recebi relativas propósito invasão por parte Gomercindo.

Aguardai aviso meu para iniciardes qualquer movimento armado, desejo moderação sem prejuizo energia necessária. Júlio de Castilhos.

Nos autos sobre o ataque a São João Batista de Camaquã feita no dia 26 de fevereiro de 1893, a fls. 34v. e 35 encontra-se o seguinte despacho:

“Examinando, o presente inquérito, dele mostra-se que no mês de fevereiro do anno próximo passado de 1893, neste município, Antonio da Silva Crespo, Inácio Xavier d’Azambuja, Francisco Luiz Pereira da Silva, João Luiz da Silva, Felisberto Ribeiro de Barros, Abilio Gomes de Oliveira, tendo como seus auxiliares, e cúmplices, João d’Azambuja Gonçalves, Francisco Gonçalves Centeno, Isaias Rodrigues Mendes, e outros; aliciaram bandidos, tanto neste município, como fora delle, e até do Estado Oriental, para conspirar contra o Governo legal do Estado, e autoridades, e chefes republicanos deste município, resultando como se vê do presente auto de perguntas, e inquerito policial, que no dia 26 do mesmo mez de Fevereiro, ás 3 horas da madrugada, os referidos conspiradores, e revolucionarios, com 48 bandidos atacaram esta villa, pelas suas principais entradas, com o fim de saquea-la, e assassinar as autoridades, e chefes republicanos; tendo antes mandado assassinar, junto a esta villa, o capitão Antonio Flor Reinaldo, Estacio Alves do Couto, e capitão Bebianno José Rodrigues, que do segundo Destricto traziam presos, e como no caso em questão devam responder, pelos crimes de sedicção, rebelião, e alteração da paz e ordem pública, e assassinato mas pessoas já referidas, além da intenção, e premeditação de outros crimes, cabe o procedimento official, mando que estes auctos sejam remetidos ao Juiz Distrital do Termo, a fim de ser transmitidos ao Promotor Público para proceder nos termos de direito. Deixo de offerecer testemunhas por julgar plenamente provada a criminalidade, e cumplicidade dos já referidos sediciosos.

Camaquã, 17 de fevereiro de 1894. Patrício Vieira Roiz. Delegado de Polícia”.

(Foram dados vistas destes autos a 19 de fevereiro ao Promotor Público da Comarca Major José Divino Vieira Rodrigues. E estes autos de perguntas tiveram início a 28 de fevereiro de 1893, na Casa da Camara Municipal pelas 10 horas da manhã, perante o Delegado de Polícia Tte. Cel. Christóvão Gomes de Andrade e tendo como Escrivão Manoel Rodrigues Pavão Filho.)

CORRESPONDÊNCIA REMETIDA

No ano de 1901, a 16 de fevereiro, Borges de Medeiros dirige-se ao Intendente Cristóvão Gomes de Andrade de São João, comunicando a nomeação de Otacílio e Antônio Centeno para o Ofício da Provedoria e Casamento.

A 20 de dezembro do ano seguinte informa que dia 10 foi nomeado João Antônio Castro para o lugar de Coletor, devendo prestar fiança.

Refere em 1903, a 5 de dezembro, que foi nomeado o Juiz da Comarca Dr. Moreira Oliveira, que exercia o lugar de Juiz Distrital em Cachoeira.

No ano seguinte, a 21 de janeiro, respondendo consulta desse Juiz da Comarca, declara que deve preparar processos de reus apresentados, obedecendo princípios do CPPenal; caso não ficarem concluídos a tempo, serão julgados no começo da sessão do Juri, de modo a não terem de aguardar a 2ª reunião ordinária.

Comunica a Cristóvão em 6 de fevereiro que inscrição feita na Diretoria de Higiene no ano de 1893, para o exercício da medicina é permanente e que os Decretos 477 e 550 não têm efeito retroativo e, portanto, médicos inscritos anteriormente exercem legalmente a profissão.

Estando a cadeia da Vila, em 9 de março, mal guarnecida até a distância de três léguas, e que funcionários municipais jogam com os reus pronunciados, na sala da Intendência, solicita providência para cessar essas graves irregularidades.

Igual providência recomenda em 12 desse mês, ao Juiz da Comarca, para apresentar reclamação ao Intendente e, se este não atender, informe à Presidência.

Como estivesse vaga a Comarca de Jaguarão, pergunta ao Juiz se aceita o acesso. No mesmo dia, em reservado, declara que reputa necessários seus serviços em Camaquã, devendo recusar o acesso, aguardando resposta.

O Presidente refere ao Intendente Cristóvão a nomeação para a vila, com disposição regulamentar, da sua filha que foi designada para o “Sutil”, devendo ficar em localidade onde julgar conveniente.

Conforme comunicação feita em telegrama dia 11 a Lei Eleitoral do Município foi declarada insubsistente por conter despositivos inconstitucionais, prevalecendo somente o § 4º do art. 8º que designa o dia em que se deve fazer a divisão do município e a organização das mesas, observando-se no mais a Lei Eleitoral do Estado. Esses trabalhos competem ao Conselho Municipal e não ao Intendente.

Dirigindo-se a Bernardo Vieira Dias, dia 22 de dezembro declara estar ciente de que o Cel. Netto lhe transmitirá a solução provisória, pois será procedida eleição definitiva da Chefia do Partido local, contando com seu precioso concurso, “pois fostes merecidamente indicado - município e governo necessitam de seus serviços”.

Comunica ao Cel. José Antônio Netto sua satisfação pela estrondosa manifestação que lhe fez o Partido Republicano de Camaquã. Como medida provisória fica assentado que a direção partidária está confiada a ele Netto e ao Ten. Cel. Cristóvão, sendo convidado a Intendente o Major Bernardo Vieira Dias. Com referência ao Delegado de Polícia vai providenciar, assumindo o Sub-Delegado.

Solicita a Idelfonso Pereira, Presidente do Conselho, um exemplar da Lei Eleitoral do Município, perguntando por qual alistamento será procedida na próxima eleição.

Dias depois informa que contendo a Lei Eleitoral do Município disposições inconstitucionais, salienta que deverá ser observada na próxima eleição municipal o processo eleitoral do Estado.

Festeja a 3 de novembro a pujança e disciplina do Partido Republicano, na eleição dia 1º e, no dia seguinte, agradece a comunicação do brilhante resultado na eleição procedida.

Autoriza ao Juiz da Comarca, em 27 de outubro, tomar compromisso do Delegado Major Antônio Pereira, para assumir imediatamente o cargo.

Dirigindo-se a Cristóvão de Andrade refere estar ciente de haver completado o 3º quadriênio administrativo, transferindo a função ao Intendente eleito e agradecendo sua reafirmação de solidariedade política e aos serviços prestados ao longo desse tempo, desejando-lhe felicidades e saudações.

Bernardo Vieira Dias assumiu o cargo de Intendente dia 31 de outubro de 1904.

Comunicando-se com o Dr. Armínio Silveira, vice-intendente, felicita-o por sua nomeação.

A Crescêncio Souza e outros do Conselho, agradece a informação das sessões terem sido instaladas, dando posse ao Intendente, prometendo cooperar com o município.

Refere ao Cel. Netto que providenciará na nomeação de José Maria Paz Centeno para o lugar de Presidente do Conselho Escolar e que o Juiz Distrital deve proceder junto ao Superior Tribunal seu processo de aposentadoria, provando invalidez. Aberta a vaga, nomeará o Major João Antônio Pereira, como indica. Otacílio Schumacher será provido para o Cargo de Escrivão da Coletaria Estadual. Nomeou suplente de Juiz Distrital e o Prof. Maraninche será substituído. A criação da aula mista para a “Picada do Lageado” é impossível no momento, visto estar publicado o quadro da região.

Em 9 de março de 1905 declara que no impedimento do Juiz da Comarca, poderá presidir trabalhos eleitorais o Juiz Distrital da sede, conforme decisão do Ministro do Interior.

Informa que o Alistamento Eleitoral do Estado deverá ser iniciado depois de concluído o alistamento federal, conforme Decreto 5391.

Recebeu telegrama solicitando a nomeação de Ana Patrícia Flores, para a aula do “Lageado”, porém sente não poder atender porque a mesma não se inscreveu para o concurso, de acordo com o art. 36 do Regulamento conforme Dec. 806, de 11.4.1905.

O Intendente Bernardo Vieira em 2 de junho, tendo reassumido o cargo, recebeu agradecimento pela reafirmação de solidariedade e pela conclusão do alistamento alcançar maioria republicana.

Recebe dia 15 a informação da ida do empregado do Tesouro Joaquim Maurício de Oliveira para inspecionar a Coletaria de Rendas Estaduais, podendo ser encarregado da inspeção municipal.

É concedida em 5 de julho, licença de saúde ao Dr. Cavalcante.

Em 6 de janeiro de 1906, B. Medeiros dirigindo-se ao Presidente da Comissão Eleitoral, declara que surdo-mudo pode ser alistado eleitor, caso souber ler e escrever e satisfazer registros legais. Dia 13 em mensagem ao Cel. Netto, o felicita pelo resultado das eleições vitoriosas.

Refere em outubro que a retirada do Escrivão de Órfãos só poderá ser por permuta e que está providenciando com o Escrivão Lauroix de Cruz Alta, ou Lemos Brito de S. Jerônimo.

Por falta de pessoa idônea, esclarece que ainda não foi possível nomear professor para a Vila, pois o que tem aparecido são para aulas rurais.

O Dr. Coelho Cavalcante que está respondendo processo não perdeu o lugar. Discorda do propósito de Netto não continuar na Comissão Executiva

para poder entregar-lhe a direção política local, fazendo apelo para que continue nas funções.

Em novembro envia sinceras condolências pelo passamento da sua virtuosa filha.

Dirigindo-se a Bernardo Vieira Dias acusa recebimento da notícia de que reassumiu o cargo de Intendente e agradecendo a reafirmação de solidariedade.

Agradece a Crescêncio Souza as felicitações do Conselho Municipal pelo contrato de “abertura da barra”, para construção de porto complementar.

Chama em dezembro à capital Júlio Lopes a fim de entendimento de permuta e, dias depois, suspende a chamada, enviando carta.

Consulta Cristóvão de Andrade em abril de 1904, se aceita o lugar do Promotor Público na Comarca de Encruzilhada.

Em maio agradece o envio de telegrama de solidariedade e solicita ativa intervenção com o objetivo de manter o partido coeso, inclusive no serviço eleitoral. Dias depois pede sua ida à Capital, para manter prudência e concórdia.

No fim do mês, solicita a presença do Del. de Polícia José Antônio Pereira e do Promotor Público Gusmão, atendendo informação sobre a Comissão Executiva que pretende renová-la, através do voto de 5 membros, onde cada um votará em 3 nomes, garantindo assim a representação da maioria e da minoria.

Dirige-se em junho a Cristóvão designando dia 12 de julho para eleição da Executiva, dando as seguintes instruções: 1º alistamento do ano; 2º eleitores votarão por chamada de listas; 3º serão organizadas 4 secções, ficando as mesmas com 2 eleitores; 4º cada eleitor elegerá 3 nomes, considerando-se eleitos os 5 mais votados; 5º será lavrada ata confeccionada no modelo da lei eleitoral. Assim entende que ficará garantida a expressão genuína da vontade do eleitorado.

A 1º de julho reitera recomendações sobre a regularidade do pleito e comunica que enviará o sub-chefe Avelino Borges como representante, para manter concórdia e evitar sensíveis prejuízos ao partido.

Dia 8 refere a Avelino providenciar lista de eleitores e comunicando que resolveu adiar a eleição para dia 27, sendo simultânea à da Executiva, poupando os eleitores.

No dia 27 havendo designado para eleição de Deputado no 3º distrito Eleitoral a que pertence, aproveita saber quem é o candidato à Presidência do Estado e a Organização definitiva da Comissão Executiva.

Nesse mês é comunicado à Executiva que Cristóvão acusa Delegado e Promotor, ameaçando retirar a eleição prévia.

Ainda em julho a Executiva teve a grata satisfação de comunicar que o Dr. Donário Lopes de Almeida, diante seu apelo, aceita a direção do partido no município, procurando evitar desinteligências.

O Presidente refere a Avelino de que está ciente da homenagem ao Dr. Donário, na inauguração solene do Club Republicano e que está interessado em saber a situação política de Canguçu e São Lourenço.

Esclarece em novembro que o candidato só pode apresentar um fiscal em cada seção eleitoral, conforme Lei de janeiro de 1897.

Em janeiro de 1908 dirige-se a Donário, comunicando que foi constituída uma sociedade sob a firma João Correa, Costa & Cia, com o fim de promover a colonização de terras devolutas existente neste município, concorrendo para o progresso do município e do Rio Grande. Os incorporadores são de reconhecida respeitabilidade e amigos, pretendendo que o Conselho Municipal conceda o favor da isenção de impostos por 10 anos aos emigrantes que aí se colocarem, bem como igual benefício às indústrias que os mesmos estabelecerem, sendo assunto relevante pede toda consideração e meios de coadjuvação a tão patriótica iniciativa.

Felicita-o em junho pelo resultado do alistamento e pela sua escolha de candidato à Intendência e, no mês seguinte, refere que presentes o Cel. Cristóvão, Lopes e Pereira foi assentada unanimemente sua candidatura a Intendente, devendo ser organizada a chapa de Conselheiros, avisando posteriormente a Avelino.

No mês de setembro agradece o resultado da eleição enviando congratulações, bem como à confiança prestada pelos correligionários.

Comunica a nomeação de João Batista Souza Filho para Coletor Federal, estando de acordo com o Vice-Intendente, solicita ao Dr. Lorenzoni representá-lo, na posse dia 1º de novembro, do Intendente Dr. Donário Lopes de Almeida.

Dirige-se ao Vice-Intendente João Becker em janeiro de 1911, pela merecida distinção.

Em setembro de 1912, felicita Donário pela “brilhante vitória republicana, traduzida elevado número sufrágios recebidos investidura intencional que tendes sabido dignificar”.

Congratulando-se com J. A. Netto, Crescêncio Souza e outros Vereadores declara: “tenho devido apreço nesta justa aspiração; assegurovos meu melhor interesse para que a projetada linha férrea Pedras Brancas - São Sebastião, leve ramal até sua localidade, no plano de viação do Estado

que oportunamente tomarei tal idéia que era já objeto de minha cogitação”.

Ainda em outubro, agradece à Câmara Municipal a comunicação da sessão para leitura do relatório do Dr. Donário, demonstrando próspera situação das rendas municipais, com melhoria em seus serviços.

Em mensagem a Donário dia 18, informa “Dirijo agora ao Cel. J. A. Netto a carta inclusa que peço façais chegar ao destinatário. Muito estimarei possamos alcançar o resultado de trazer aquele amigo novamente à nossa comunhão política, como é de nossos desejos”.

Essa carta com a mesma data, dizia o seguinte: “Tive a satisfação de receber, por intermédio de amigo comum Dr. Donário Lopes, vossa apreciada carta de 1º do corrente, manifestando vivo interesse em que essa localidade seja ponto obrigatório de passagem da projetada estrada de ferro de Pedras Brancas a São Sebastião, como já tive ocasião de assegurar em telegrama, para ser levado a efeito, contemplando o melhoramento a que Camaquã faz juz, pelos motivos muito procedentes aduzidos em vossa aludida carta. Assim sendo, folgo com o fato do inteiro acordo em que nos achamos e pela circunstância de poder ser útil a esse município em uma de suas mais caras aspirações. Aproveito a oportunidade para dignificar inalterável apreço e distinta consideração que vos consagro, o amigo B. Medeiros”.

Em novembro de 1912 cumprimenta Donário pela posse no segundo mandato intencional e novos mandatários. Cumprimenta-o ainda dia 12, pela escolha de Manoel Crescêncio de Souza para Vice-Intendente.

No ano seguinte, a 8 de fevereiro, dirige-se a Donário retribuindo congratulações pela apreciada adesão ao partido do conceituado político João Xavier de Azambuja Gonçalves que muito se recomenda por via pela gloriosa tradição de família.

Dia 5 de dezembro, comunica-se com Donário: “Estranho vosso telegrama, não tendo relação este inquérito policial e sua função política e administrativa. Aceitai pois minha sincera orientação no sentido desistirdes injustificavelmente, como espero de vossa sadia orientação. Saudações Cordiais. B. Medeiros”

Determina, em julho de 1914, ao Dr. Moreira passar jurisdição ao Dr. Cavalcante e seguir para Passo Fundo para onde foi removido, conforme ato já publicado.

Borges e Medeiros, em outubro de 1915, dirigindo-se a Donário, amigo e correligionário dizendo “Acusando recebida vossa carta de 30 de setembro último, lamenta não me ser ainda possível conversar pessoalmente convosco sobre assunto de que nela tratais. Entendo que deveis providenciar sem

delongas a defesa da Intendência Municipal de Camaquã, na questão que lhe foi recentemente proposta, ouvindo a esse respeito a opinião dos competentes e muito especialmente o abalizado parecer do Desembargador André da Rocha, Procurador Geral do Estado. Cordialmente subscrevo”.

Solicita em julho de 1916, a indicação lugar de estafeta para a linha postal de S. J. de Camaquã e São Lourenço, bem como informando que conforme solicitou, recolheu arquivos de escrivãos distritais, extintos no município.

Em 16 de agosto, em mensagem ao Cel. Cristóvão salienta, “Apesar de haver concordado com a candidatura de Lúcio B. Meirelles, indicado pelo prestigiado e ilustre chefe local Dr. Donário, podeis pleitear na eleição os cargos de Intendente ou Conselheiro, com todas as garantias legais e políticas que desejo sejam escrupulosamente observadas. Saudações Cordiais. B. Medeiros”

Nessa mesma data dirige-se a Donário informando que embora apoie Lúcio Meirelles, respondeu ao Cel. Cristóvão que ele pode pleitear cargos de Intendente ou Conselheiro, com todas as garantias legais, pedindo instruções claras e positivas sobre efetividade dessas garantias.

Declara que dia 21 Cristóvão alegou não haver Presidente e Conselheiros atendendo sua solicitação relativa a exemplares da Lei Municipal. Neste dia ainda que indo as 8 horas da manhã à Intendência assistir a organização das mesas eleitorais, não encontrou Conselheiros, estando afixado Editais datado do dia anterior, publicando a organização das mesas. Acrescenta, não haver convocação sobre mesas, nem reunião do conselho, do qual faz parte. Aguarda informações.

Embora não conste na Lei Orgânica, dia 29 declara que há incompatibilidade, em face de leis eleitorais do Estado e Município, não podendo servir simultaneamente pai e filho, no Conselho Municipal.

Esclarece ainda, de que só poderão votar os que exibirem títulos novos expedidos. Se por tal motivo periclitarem resultado eleitoral, será preferível adiar a eleição.

Dia 1.11.1916 assume o Intendente Lúcio Barbosa Meireles, cumprimentando Donário dia 4, por ter transmitido o cargo ao sucessor legal.

Donário Lopes de Almeida em fevereiro de 1918, dirige-se ao Major João Antônio, Coletor Estadual exortando fazer cessar a exploração política promovida por Antoninho Netto, Etelvino Valez em torno de Juvenal Pereira e outros, confiando que sua orientação partidária não seja transmitida na escolha do correligionário Francisco Celso Moreira, candidato na próxima

eleição à Intendência, pela aprovação unânime dessa indicação de parte de todas as influências republicanas do Município.

Este elegeu-se a 1.8.1920, Intendente de Camaquã.

Em outubro de 1922, o Presidente declara que não surpreendeu a atitude de Netto e Cristóvão. Lembra que a sessão da Assembléia vai prolongar-se provavelmente até fins de dezembro, podendo permanecer ai até posse eleição presidencial, pois Donário era Deputado Estadual.

Borges assumindo o 4º mandato a 25 de janeiro de 1923, rompe a Revolução de 1923 em todo Rio Grande. Zeca Netto foi proclamado general e inicia a luta nos arredores de São João Batista de Camaquã, sendo digno de menção o combate do Passo do Mendoça e a tomada de Pelotas, por horas.

O prosseguimento da revolução levou ao Governo do Estado a tomar medidas tendentes ao restabelecimento da ordem, criando, entre outros, Corpos Provisórios, sendo mais um no município de São João Batista de Camaquã, com o Dec. 3198, de 20 de agosto de 1923.

Depois de longo e penoso espaço de 10 meses de luta civil, assinou-se a pacificação com Ata de 14 de dezembro de 1923, em Pedras Altas.

Dirigindo-se a Donário em abril de 1924: "Felicito-vos pelo bom resultado qualificação nosso partido nesse município. Envie estatística discriminando eleitorado total, bem como previsão sobre resultado no próximo pleito".

Assume a Intendência em 3 de novembro de 1925, o Dr. José Domingues de Carvalho Bastos.

Em mensagem dirigida a Comissão Executiva, integrada por Donário Lopes de Almeida, Francisco Célio Moreira e Carvalho Bastos declara o Presidente: "Tendo a votação republicana na recente eleição de 1º do corrente subido nesse município a 675 votos, excedendo a da eleição presidencial de 1922 em 36 votos, deu a nosso partido uma cabal e eloquente prova de sua fortaleza e desenvolvimento todo eleitoral, que tanto honra ao civismo republicano com a vossa esclarecida e prestigiosa direção, cuja atividade é digna de aplausos. Saudações Cordiais."

Concluindo

A leitura dessa correspondência nos leva a algumas conclusões.

A partir de 1901 podemos verificar a orientação positivista adotada por Júlio de Castilhos e seguida por Borges de Medeiros no período de 1891 a 1928, início do governo de Getúlio Vargas, embora

já se tivesse tornada mais branda, em função da Revolução de 1923.

A Proclamação da República em 1889 teve como consequência a promulgação em 24.2.1891 da Constituição Federal e em 14.7.1891 a Constituição Estadual.

Esta seguiu um sistema centralizador, onde o legislativo só podia aprovar o orçamento.

O judiciário formalmente era autônomo, embora existissem métodos para orientar magistrados.

Através da Lei nº 10, de 16.12.1895, ficou regulada a Organização Judiciária do Estado. O Código Processo Penal surgiu com a Lei nº 24, de 15.8.1898 e o Código Processo Civil e Comercial com a Lei nº 65, de 15.1.1908.

Esses dispositivos legais vigiram no Governo de Borges de Medeiros, traduzidos na correspondência deste com os Chefes Políticos, Intendentes, Conselheiros e mais homens influentes das regiões aqui estudados.

Sua atuação foi maior em São João do que em Dolores de Camaquã, lá as disputas de liderança eram maiores do que em Dolores, como já referimos, graças à liderança efetiva dos irmãos Vasconcellos.

O Foro Civil do Município de Camaquã foi criado pelo Ato nº 247, de 11.2.1867, sendo a primeira sessão do Juri realizada em 15 de fevereiro do mesmo ano, presidida pelo Dr. Luís José Sampaio, Juiz de Direito da Comarca de Porto Alegre.

Com a Lei 799, de 25.10.1872 foi criada a Comarca de Encruzilhada incluindo o Termo de São João Batista de Camaquã.

A Lei 1.113, de 18.5.1877, cria a Comarca de Camaquã e pelo Ato de 27.5.1878, foi designada a Vila de São João Batista de Camaquã para residência de Juiz de Direito e Promotor Público. Seu primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Aureliano de Azevedo Monteiro.

Com o Código de Organização Judiciária do Estado, baixado com a Lei nº 1.008, de 12.4.1950, é criada a Comarca de Tapes. Seu primeiro Juiz de Comarca foi o Dr. Astir Ramos Gonzales, sua Promotoria foi instalada pela Portaria nº 104, de 13.3.1957, sendo seu primeiro titular o Dr. Nelson José Lima Schumacher.

SÉCULO XIX – DA DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL À DIFÍCIL DESCOBERTA DO INTERIOR (ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE OSCAR DE OLIVEIRA MIRANDA)

Márcia Eckert Miranda

Inicialmente, pensei em falar-lhes sobre algum tema relacionado à história do Rio Grande do Sul, mais especificamente, sobre algum aspecto do projeto de tese em que estou trabalhando. Mas refletindo melhor, percebi que essa era uma ocasião ímpar para lembrar meu bisavô, o General Oscar de Oliveira Miranda, sócio fundador desse Instituto, cuja contribuição no processo de descoberta do interior do Brasil é pouco conhecida.

Muito se tem refletido e escrito sobre o papel da historiografia e dos institutos históricos na construção de uma identidade nacional, a partir do século XIX, mas tem sido pouco explorada outra faceta desse processo: a construção de uma nova territorialidade.¹ Assim, aproveitarei essa ocasião para discutir as motivações dos processos de delimitação e descoberta do território nacional. É no movimento de descoberta do interior, ainda pouco estudado, que o então Primeiro-tenente Oscar de Oliveira Miranda participou a serviço do governo imperial brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.²

INDEPENDÊNCIA E TERRITÓRIO

A definição dos limites territoriais e sua efetiva descoberta, apesar de serem problemas postos pela Independência política do Brasil, impuseram-se por motivações de ordens distintas e processaram-se com temporalidades diferenciadas. Com o desencadeamento do processo de construção de um novo Estado, surgia a necessidade de delimitação do território nacional, definidor da área de exercício de sua soberania e requisito para seu reconhecimento internacional. Só progressivamente impôs-se a necessidade

¹ Ver Magnoli, 1999, capítulo III; Pimenta, 2002, capítulo I; Diehl, 1998.

² Nascido em Porto Alegre, a 21 de setembro de 1862, ingressou na Escola Militar de Rio Pardo em 1882, onde fez o curso de infantaria e cavalaria. Em 1884, completou o Curso do Estado Maior e no ano seguinte recebeu o grau de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas na conclusão do Curso de Engenharia Militar. Realizou trabalhos de construção de duas pontes na estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana.

da descoberta desse território, de seus recursos, relevo e hidrografia, assim como do povo que habitava seu interior. Por razões de ordem política e administrativa, o problema da delimitação do território acabou precedendo ao seu efetivo reconhecimento, que seria motivado por uma reorientação do movimento expansionista e por demandas estratégicas, dando início ao esboço de uma política de integração nacional. Mas ambos resultaram na constituição de uma nova territorialidade, parte do processo de construção da identidade nacional.

A origem desse movimentos deve ser buscado na análise da interação da herança colonial com as questões que se impuseram ao longo do século XIX.

A DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO

A crise do Antigo Sistema Colonial e os processos de independência e de constituição de um novo Estado nacional articulavam-se na superação da territorialidade dos Estados do Antigo Regime. De territórios descontínuos, unidos pelo poder do monarca e por um arcabouço jurídico e administrativo comum que se sobrepunha às diferenças culturais, étnicas e sociais; construía-se novas unidades políticas, baseadas nas idéias de nação, de pacto político e de continuidade territorial (Pimenta, 2002).

A Independência política colocou na ordem do dia dois problemas distintos, mas correlacionados: a construção da Nação e do Estado nacional. A idéia de nação que se forjava no século XIX estava associada à existência de uma identidade, à consciência de uma unidade cultural, lingüística ou de um passado comum. Por outro lado, ao Estado nacional correspondia à imposição de uma ordem política e jurídica sobre um território delimitado. Desse modo, nesse período, a construção de um Estado-Nação impunha vínculos ideológicos à articulação entre uma nação e o povo associando a um determinado território (Hobsbawn, 1990, Magnoli, 1997).

Assim, impunha-se ao antigo território americano do Império Luso, a construção de novas estruturas e identidades. Se a idéia de nacionalidade brasileira inicialmente foi forjada na negação da identidade portuguesa, a construção da nação, ao longo do século XIX, foi resultado de vários processos, dentre os quais se inclui a produção historiográfica vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838.

Já a questão do território vincula-se diretamente ao processo de construção do Estado nacional, apenas consolidado no início da segunda

metade do século XIX, envolvendo a constituição de seus instrumentos específicos: sistema fiscal, exército, burocracia, entre outros (Carvalho, 1996; Costa, 2003).

Esses instrumentos viabilizavam e dependiam do exercício da soberania, mas, para isso, impunha-se a delimitação do território desse Estado, cujas fronteiras demarcam os limites dentro dos quais era imposta a ordem política e jurídica a ele associada (Magnoli, 1997).

Como na historiografia, a argumentação em torno da delimitação do território nacional lançou suas raízes em aspectos que buscavam demonstrar a anterioridade da nação à Independência, justificando o alargamento das fronteiras e embasando a ação diplomática dos representantes do Estado brasileiro. Assim, o passado colonial e a natureza alicerçaram os discursos e as ações do novo Estado.

A idéia de “fronteiras naturais” associada ao mito da “ilha Brasil” teria embasado a justificativa da política expansionista bragantina no início do século XIX e a manutenção da Província Cisplatina incorporada ao Império brasileiro. Desse modo, as fronteiras delimitadas pelas bacias dos rios Amazonas e Prata estabeleciam uma anterioridade da nação à própria colonização portuguesa, como se o território demarcado pelos limites naturais já estivesse predestinado a corresponder a uma nação (Magnoli, 1997).

Por outro lado, o passado colonial e a existência de uma “unidade” estruturada pelas políticas e pela administração metropolitana também serviram de ponto de partida para a tentativa de associação do território colonial ao território nacional. Mesmo que essa coincidência não seja verificada na prática, quer pela existência de unidades administrativas distintas ou pela anexação ou perda de territórios, a idéia de preservação do legado territorial colonial também foi largamente utilizada para justificar as pretensões territoriais e a política externa do Estado brasileiro.

Obviamente, as lutas que forjaram os diferentes Estados no continente americano desencadearam vários conflitos decorrentes não só de disputas políticas e econômicas, mas de pretensões territoriais comuns. Apesar da historiografia brasileira do século XIX buscar alicerçar as pretensões territoriais brasileiras no Tratado de Madri (1750) e nos limites naturais dos rios Amazonas e Prata,³ os diferentes projetos de Estados nacionais fundavam-

³ Essa abordagem, segundo Pimenta (2002) encontra-se na *História Geral do Brasil* de Adolpho Varnhagen, publicada a partir de 1854 e da *História do Brasil* de Rocha Pombo, de 1906. O enraizamento dessas abordagens manifestar-se-ia por muito tempo, encontrando-se nas obras de Pedro Calmon e de Hélio Viana, já no século XX, mas, dentre os historiadores que mais teriam difundido essa abordagem, Pimenta destaca Jaime Cortesão em *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* (1952-1956) e *Raposo Tavares e a Formação do Brasil* (1958).

se em limites que nunca foram precisos, com pretensões de soberania que se estendiam por territórios ainda não plenamente mapeados e conhecidos.

Assim, a busca da definição de limites era condição para a delimitação das áreas sob a jurisdição desse novo Estado, fazendo com que regiões ainda desconhecidas ou pouco exploradas fossem objeto de tratados e disputas.

No entanto, os acordos de reconhecimento da Independência política do Brasil e a intermediação inglesa no final do conflito que deu origem à República Oriental do Uruguai, estabeleceram os limites às pretensões de expansão do novo Estado. Por outro lado, as revoltas regenciais demonstravam que a unidade não fora garantida pela continuidade dinástica ou pelo passado colonial comum. Vários projetos políticos colocavam-se como alternativa aquele imposto a partir da Corte no Rio de Janeiro (Jancsó e Pimenta, 1999). A consolidação do Estado Nacional, obrigava o Império a voltar-se para si mesmo, associando-se à nação. Iniciava-se o movimento de expansão para dentro, através da consolidação de novos arranjos políticos, da difusão de valores, da elaboração da língua, da literatura e da história nacional, mas também da descoberta do povo e do território brasileiro (Mattos, 2003).

A EXPLORAÇÃO DO INTERIOR: O CASO DA EXPEDIÇÃO DO MATO GROSSO AO PARÁ

Assim, na segunda metade do século XIX, o reconhecimento e a descoberta do território nacional, de suas riquezas, caminhos, paisagens e povos era condição para a construção de uma identidade e consolidação do Estado nacional (Magnoli, 2002).

Associado a esses condicionantes, a Guerra do Paraguai demonstrou a importância do reconhecimento das vias de acesso e dos recursos disponíveis no interior do país. A defesa das fronteiras, o rápido acesso de tropas, munições e mantimentos eram problemas concretos. Então o isolamento do interior e o desconhecimento de suas potencialidades tornaram-se objeto da preocupação do Estado.

Relacionada a essas demandas, foi criada, em 1883, a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, que tinha por objetivo “o estudo e conhecimento dos factos e documentos concernentes à geographia do Brazil” (Evangelista, 2000; Miranda, 1891). Essa sociedade preocupava-se especialmente em documentar, estudar e debater as questões relativas à geografia brasileira, promovendo palestras de viajantes, estudos e expedições.

Essas questões, apesar de discutidas por políticos e intelectuais, também

interessavam muito ao Exército. Não se tratava apenas de reconhecer e cartografar. A questão da integração do território nacional vai progressivamente ganhando importância, aumentando a urgência do reconhecimento do interior do país, também por motivos estratégicos. Dessa forma, a descoberta de vias de navegação era crucial. A Guerra do Paraguai havia evidenciado o isolamento do Centro-Oeste, a precariedade da comunicação do Mato Grosso com o Pará e a extrema dependência do Brasil com relação ao Rio da Prata como via de acesso ao Mato Grosso.

Buscando soluções, a Sociedade de Geografia passou a patrocinar expedições militares, visando à descoberta de novas vias de comunicação que viabilizassem o acesso ao Mato Grosso e ao Pará. O Rio Madeira, o Arinos e o Tapajós eram navegáveis em parte, no entanto, trechos encachoeirados dificultavam o acesso. A expedição realizada por Clauss, Von den Steinen e Paula Castro, em 1881, havia demonstrado a impossibilidade do uso do Rio Xingu (Miranda, 1891).

Restava investigar um afluente do rio Tapajós, o rio Paranatinga, também chamado São Manuel ou Três Barras. Esse era o objetivo de uma nova expedição: explorar o Rio Paranatinga e encontrar um via navegável que ligasse a Província do Mato Grosso ao Pará. Propunha-se, além do reconhecimento da hidrografia da região percorrida, levantar informações sobre as culturas das populações nativas, realizar observações geológicas, astronômicas e meteorológicas, e coletar amostras de rochas e artefatos indígenas.

A comissão era formada pelo Capitão Antônio Lourenço Telles Pires, pelo 1º Tenente Augusto Ximenes Villeroy, pelo 1º Tenente José Carlos da Silva Telles e pelo 2º Tenente Oscar de Oliveira Miranda. Esses militares, pertencentes ao 1º batalhão de artilharia a pé, haviam sido colocados à disposição da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro para participarem da expedição à Província do Mato Grosso.⁴

Os fatos acontecidos ao longo do período de junho de 1888 a agosto de 1890 podem ser reconstituídos pelos três diários deixados por Oscar Miranda e pela Conferência que proferiu na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em dezembro de 1890. Na verdade, essas fontes falam pouco do cotidiano da jornada. No entanto, entre uma quantidade significativa de anotações sobre a pressão atmosférica, a temperatura, o clima, as rochas e os rios da região

⁴ Segundo Portaria de 15 de Maio de 1888. Ordens do dia n. 2181 da Repartição de Ajudante General de 22 de Maio de 1888.

percorrida, permitem que sejam reconstituídas as dificuldades que o grupo enfrentou e as suas motivações.

O grupo partiu do Rio de Janeiro em 17 de junho de 1888 em direção ao Prata, chegando a Cuiabá quase dois meses após. A partir daí, o avanço foi lento. As chuvas e as febres tornaram-se grandes obstáculos, retardando os preparos e a partida. Ainda na fase dos preparativos, em dezembro de 1888, a doença afastou dois membros do grupo, os primeiros-tenentes Augusto Ximenes Villeroy e José Carlos Silva Telles.

O Capitão Telles Pires e o Segundo-tenente Miranda, acompanhados de alguns soldados, iniciaram a jornada em julho de 1889. Já no início, a tarefa pareceu difícil; por longas distâncias, as canoas tinham de ser carregadas, pois as pedras impediam a navegação. Em outros trechos, perdiam-se as canoas ou essas tinham de ser abandonadas, pois os rios, muito violentos, eram intransponíveis. Longos percursos a pé, a necessidade de construir novas canoas, caçar e coletar provisões e cuidar dos doentes impediam o avanço. Apesar dos poucos contatos com os índios, alguns se juntaram ao grupo como Felipe e seu sobrinho Irineu, fazendo contatos com as comunidades indígenas que encontravam no caminho.

A violência dos rios e as doenças faziam mais vítimas. Rapidamente, o número de homens válidos, capazes de manejar as canoas foi reduzido; além das doenças, os afogamentos dizimavam o grupo. Os meses se passavam e avançava-se pequenas distâncias por dia. As condições de sobrevivência do grupo eram precárias. Três homens doentes e desesperados fugiram tentando chegar no Pará a pé, sem que nunca mais se tornasse a ter notícias deles.

O grupo abateu-se mais ainda quando em maio de 1890, já próxima da conclusão da expedição, o comandante do grupo, Capitão Telles Pires, morreu afogado. Do grupo inicial, somente o Primeiro-tenente Oscar continuava a missão, mesmo assim, debilitado pela malária que o acompanhou pelo resto da vida.

Em agosto de 1890, quando a expedição estava num momento dramático, sofrendo a perda por afogamento de mais quatro homens, chegou ao grupo o Capitão José Soares de Sousa Fogo que havia sido enviado de Manaus para o resgate. Foi somente nesse dia que os poucos sobreviventes tomaram conhecimento da proclamação da República.

Após o retorno, em Conferência na Sociedade de Geographia, o Tenente Oscar foi obrigado a concluir:

Resumindo os resultados da viagem, é forçoso confessar que o rio Paranatinga ou S. Manuel não pôde prestar a navegação pelos numerosos embaraços que a natureza opoz à ella. Além de 4 saltos, numerosas cachoeiras, alguma das quaes terriveis, baixios e corredeiras obstruem o seu curso (Miranda, 1891, p. 151).

Apesar de disso, afirmava:

Não é porém isso razão para que se abandone a resolução do problema, que tanto interessa os dois Estados do Matto Grosso e Pará, e para que os desastres, que infelicitaram esta expedição sirvam de impedimento a que novas explorações se façam com o fim de tornar conhecido o nosso paiz o pôr em relêvo os recursos inesgotáveis, os thesouros immensos que em todos os reinos da natureza elle offerece (Miranda, 1891, p. 151).

Apesar dos infortúnios, das provações, do longo período de isolamento, o sobrevivente da expedição ainda mostrava-se consciente da importância da promoção da integração do território nacional, não apenas como meio de assegurar a soberania do Estado brasileiro e de afiançar a segurança das fronteiras, mas também com meio para a construção de canais de integração da população dispersa e de conhecimento das potencialidades do país.⁵

Esse movimento de descoberta do território nacional não se encerrou rapidamente. Enquanto parte do processo de constituição da identidade nacional e consolidação do Estado Nacional, a descoberta do interior foi também um movimento levado a diante por indivíduos quase anônimos, como Silva Teles e Oscar Miranda, e eu ainda está por ser resgatado.

⁵ Após seu retorno, Oscar de Oliveira Miranda dedicou-se ao magistério, como professor de Álgebra no Colégio Militar de Porto Alegre e, a partir de 1897, professor na Escola de Engenharia. Na primeira metade da década de 1920, foi Diretor do Instituto Julio de Castilhos. Como intelectual, participou da criação do Conservatório de Música de Porto Alegre e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Faleceu em Porto Alegre, em 23 de junho de 1932.

Referências Bibliográficas e fontes:

- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; O Teatro de Sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1988.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista geo-paisagem (on-line)**. Vol. 1, n. 1, jan-jun, 2002 (www.feth.ggf.br/SOCGEORIO.htm)
- HOBSBAWM, ERIC. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JANCSÓ, Instván; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. São Paulo: SENAC, 1999.
- MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria - imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna/Unesp, 1997.
- MATTOS, Ilmar. Construtores e herdeiros – a trama dos interesses na construção da unidade política. **Seminário Internacional INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: história e historiografia**. São Paulo, 2003 (mimeo)
- MIRANDA, Oscar de Oliviera. **1º Diário de viagem - 17 de junho de 1888 a 20 de setembro de 1888**. (transcrição Marcia Eckert Miranda)
- _____. **2º Diário de viagem - 14 de setembro de 1889 a 27 de dezembro de 1889**. (transcrição Marcia Eckert Miranda)
- _____. **3º Diário de viagem - 24 de maio de 1890 a 19 de agosto de 1890**. (transcrição Marcia Eckert Miranda)
- _____. Resumo da conferência feita pelo Sr. Capitão Dr. Oscar de Oliveira Miranda sobre o rio Paranatinga ou São Manoel. (dezembro de 1890). **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo VI, 1891.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

SÃO PEDRO DO RIO GRANDE: CENTRO DE TRADIÇÕES ESTATÍSTICAS*

Nelson Senra**

Pesquisador (no *IBGE*). Professor (na *Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE / IBGE, no Programa de Mestrado*)

Doutor em Ciência da Informação (*UFRJ / ECO - Escola de Comunicação*).

Mestre em Economia (*FGV / EPGE - Escola de Pós-graduação em Economia*).

Economista (*UCAM - Universidade Candido Mendes*)

Acordada a “paz honrosa” de Ponche Verde, em fevereiro de 1845, tem fim a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, iniciada em setembro de 1835; e tem fim a República Rio-Grandense também chamada República de Piratini. Então, a província de São Pedro do Rio Grande é “reintegrada” ao Império; sendo o acordo assinado, pelos revoltosos, por Davi Canabarro; à época, o líder *Bento Gonçalves* já se afastara do comando da revolta. Por certo, formalmente, os revoltosos perdem a guerra, contudo, em boa medida, saem vitoriosos, tendo obtido vantagens econômicas, e mesmo políticas, como queriam¹.

Consciente do destemor e da valentia dos gaúchos, consciente da relevância estratégica da província na complexa política platina, o Governo Imperial negociou e conciliou. Então, presidia a província *Luís Alves de Lima e Silva*, à época Conde de Caxias, depois, sucessivamente, Marquês e Duque de Caxias. Em março de 1846, encaminha mensagem à abertura da 1ª sessão

* Versão modificada de um capítulo da história das instituições estatísticas brasileiras, em fase de elaboração, como projeto institucional, no âmbito do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O autor agradece as críticas e sugestões de **Marcos Aurélio Martins Santos**, assistente de pesquisa no referido projeto. O autor também agradece o apoio de **David Wu Tai** (na direção superior do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, que vem endossando e estimulando o projeto em epígrafe).

** Na pesquisa de fontes para este capítulo contamos com valiosos diálogos e grande atenção de várias pessoas: **Carlos Eduardo Chaise**, Diretor de Relações Institucionais do Solar dos Câmara, e, lá no Solar, a bibliotecária **Ana Cristina Oliveira da Silva**; **Gervásio Rodrigo Neves**, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e **Raphael Coptein**, um de seus sócios; **Morgana Marcon**, Diretora da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul; **Nara Machado Nunes**, Diretora do Museu Júlio de Castilho; **José Bacchlerl Duarte**, Diretor do Memorial do Rio Grande do Sul, além de servidores do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (localizado no referido Memorial). Por fim, é justo anotar que a todas essas pessoas chegamos graças à atenção dos colegas ibgeanos (IBGE/RS) **Ernani Rodrigues** (dedicado e determinado) e **José Renato Braga de Almeida** (chefe da unidade estadual, com sua distinta percepção da importância do referido projeto).

¹ Não cabe aqui, até para evitar ousadias, fazer história da Revolução Farroupilha. Muitos o fizeram, sem dúvida, com inegável competência. Que a eles se voltem, os interessados.

da 2ª legislatura da província de São Pedro do Rio Grande², “depois de oito anos, em que, suspensos os trabalhos desta Assembléia por motivo da inteëtina guerra”, onde dá sua visão pessoal daquele período:

Em 9 de novembro de 1842 tomei posse da Presidência desta Província, e do comando em chefe do exército em operações, para que tinha sido nomeado por carta imperial de 28 de setembro daquele ano. A revolução, que nesta Província fizera sua explosão em 20 de setembro de 1835, por motivos que a história algum dia relatará, adquiria na sua já tão longa duração novos incrementos, recobrava suas expectativas, e refazia suas forças, sem que nada anunciasse o fim de sua torrente, apensar do muito que para isso se fazia. Assim achei a Província, como bem o sabeis. No campo era o pleito, e o exército imperial me chamava à sua frente para abrimos a campanha. Depois de dar todas as providências para que a minha ausência da capital da Província não transtornasse a marcha dos públicos negócios, saí no dia 25 de janeiro de 1843 para o exército; e desde logo encetei as operações, não com o único meio de chamar os dissidentes à ordem, mas como um meio auxiliar da política de conciliação, que empregava, e que sempre empreguei em iguais casos, para poupar sangue de irmãos; porquanto repetidos exemplos nos tem mostrado, que nascendo a divergência e a desordem das idéias, e das paixões dos tempos, o tempo a[s] gasta, e a palavra, e a persuasão que as propagam, também por sua vez as destroem, e por fim reúnem-se os homens em uma mesma crença, abjurando seus passados preconceitos, filhos do tempo e da falta de experiência, e muito mais ainda quando os ligam os sanetos [sic] laços de fraternidade.

Com este pensamento fiz a guerra, que durou ainda dois anos da minha presidência; e com este pensamento desenvolvido, e posto em ação, sem jamais ser desmentido, está em paz esta parte do Império; e em tão boa, e

² Por força do Ato Adicional (agosto de 1834) que criou as Assembléias Provinciais, a 1ª legislatura foi instalada em abril de 1835, sendo presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que muito contribuiu, com suas ações nefastas, para o início da revolta.

consolidada paz, que, após nove anos e meio de uma guerra, que apenas terminou em 28 de fevereiro de 1845, francamente se pode atravessar toda esta vasta campanha, sem se encontrar um só homem armado, que ainda dispute sobre exageradas idéias, que já o tempo consumiu. Todas as autoridades civis estão restabelecidas no exercício de suas funções constitucionais; a paz reanima todos os ramos da pública felicidade; e o espírito novo, nascido do seio da desordem, enriquecido com a dolorosa experiência do passado, apregoa as vantagens da Monarquia Constitucional Representativa. Esta tão extraordinária metamorfose é devida em parte ao caráter franco, e leal da maioria do povo Rio-Grandense, caráter que sempre conservaram os legalistas, e os dissidentes. No campo os conheci! Gente brava, digna de fazer parte da união brasileira! Além de que são todos os brasileiros humanos, sinceros, entusiastas, e aferrados ao seu país, fáceis em perdoar, a esquecer, e a conformar-se com as ocorrências dos tempos³.

E coroando sua estratégia de conciliação, entende que a presença do Imperador e da Imperatriz seriam vitais, e, para tanto, insta para que visitem a província. Ocorre a visita em finais de 1845, ano que, no dizer do Conde, “será sempre um dos mais gloriosos e felizes nos anais desta Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Segundo Caxias, a província recebeu os visitantes “com entusiasmo e nobre orgulho”, sendo testemunha “das virtudes do Magnânimo Imperador e da Excelsa Imperatriz” que, ao visitarem diversas cidades e vilas, prodigalizam “com mãos generosas as Casas de Caridade, as Igrejas, aos desvalidos órfãos, às viúvas, e a todos os indigentes”, sem contar, é claro, os “bens que emanam da presença de um Monarca sábio e virtuoso, solícito em promover a prosperidade do seu Império”⁴.

Medidas adotadas são reveladas, dando conta da gestão. O relatório, como de costume, à época, segue atento a diversas temáticas, tratando dos

³ Relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1846, o Exm. Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província. Porto Alegre: Tipografia de I. J. Lopes, 1846. P. 4-5.

⁴ Relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1846, o Exm. Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província. Porto Alegre: Tipografia de I. J. Lopes, 1846. P. 3-4.

problemas e das realizações, das necessidades e das dificuldades de atendimento. Trata também da “estatística da província”⁵, o que bem mostra sua larga visão de homem público; valerá registrar, a propósito, que nem sempre, infelizmente, essa seção aparece nos relatórios dos presidentes das províncias, o que não quer dizer a ausência das estatísticas propriamente, mas sim a sua não assunção como objeto de discussão. Sigamos nessa discussão.

COMEÇAR DE NOVO, DISSE O CONDE DE CAXIAS

Em setembro de 1833, o Conselho Administrativo da Província (órgão anterior às Assembléias Provinciais) incumbiu *José Marcelino da Costa Cabral* da organização da estatística provincial, a ele sendo passado os trabalhos estatísticos antes feitos por *José Pedro Cezar*, que dessa matéria se ocupara (talvez também por designação). Não se tem notícia de sua condição, se foi contratado para essa finalidade precípua, sendo visto como especialista, ou se era quadro regular de alguma repartição provincial; como seja, foram-lhe passados recursos financeiros, nos termos do orçamento aprovado em 1832.

Em junho de 1834, sabe-se que remeteu relatório ao referido conselho, dirigido ao presidente, dando conta dos planos de trabalho, mas, infelizmente, não se conhece o conteúdo do mesmo; em setembro de 1835, dias antes de eclodir a revolução, em novo relato dirigido ao conselho descreve “os grandes e insuperáveis embaraços que encontrara”, mas não se sabe quais terão sido, embora se os consiga imaginar, já se estando em estado de guerra; e pede que se lhe dispense da atividade “logo que tenha posto em ordem os documentos arquivados para serem transmitidos à Secretaria da Presidência”.

Isso, conta Caxias. E pergunta: “onde param todos esses documentos, todos esses materiais para a estatística da província?”; para logo responder, consternado: “eis o que não vos poderia dizer, Senhores. À Secretaria da Província [Presidência] não foram recolhidos”⁶. Então, face a esse quadro, homem de decisão, toma a medida seguinte:

⁵ Relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1846, o Exm^o. Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província. Porto Alegre: Tipografia de I. J. Lopes, 1846. P. 22-23

⁶ Caxias informa ter oficiado a José Marcelino da Costa Cabral “pedindo informação a respeito”. Parece razoável imaginar que, em face dessa consulta, tenha feito contato com o Conselheiro Corrêa da Câmara; mas não se tem notícia da resposta que possa ter dado, dizendo dos documentos.

Para continuar, ou antes para começar de novo os trabalhos estatísticos nomeei, em 12 de setembro de 1845, o Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, muito conhecedor da Província, muito inteligente, afincado ao estudo, e capacíssimo para bem desempenhar essa honrosa comissão. Espero que ele saiba vencer as dificuldades que lhe não hão de faltar; e se seus trabalhos não forem completos, serão ao menos os melhores possíveis para uma primeira tentativa deste gênero. Já à Secretaria da Presidência remeteu ele uma longa exposição do que há feito, acompanhada de observações sobre os seus futuros trabalhos, pelo que se colige que sua atividade não tem estado um momento em ócio⁷.

A escolha mostrou-se acuradíssima, a história o mostraria, pese o fado triste do destino que cedo o levou. Caxias conhecera o Conselheiro *Antônio Manuel Corrêa da Câmara* como diplomata, e sem dúvida o admirava; em 1843, em meio ao combate aos Farrapos, tivera-o em missão junto a *Frutuoso Rivera* e a *Manuel Oribe*, contra *Juan Manuel de Rosas*. Antes, atuara pelo Governo Imperial junto ao Governo do Paraguai, quando conheceu *Francisco Solano López*. Antes disso, em 1823, estando em missão no Chile, tornara-se portador do convite do Governo Imperial ao Almirante *Thomas Cochrane* para comandar a armada brasileira, e a ela fazer somar seus navios (fundador da armada chilena, à época, estava em atritos com o governo chileno, por questões de posse de terras). Essa brilhante trajetória, contudo, não garantia sucesso na matéria estatística; mas, sua inteligência, sua diplomática paciência, sua determinação revolucionária, levaram-no ao sucesso.

HOUVE RAÍZES IDEAIS, ANTERIORMENTE AO CONSELHEIRO

Antes de *José Pedro Cezar* e de *José Marcelino da Costa Cabral*, encarregados, em diferentes épocas, pelo Conselho Administrativo da Província de elaborarem as estatísticas provinciais, houve outros nomes. Dois

⁷ Relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1846, o Exm^o. Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província. Porto Alegre: Tipografia de I. J. Lopes, 1846. P. 22-23.

deles, *Francisco Xavier Ferreira* e *Antônio José Gonçalves Chaves*, na tradição dos aritméticos políticos, nos primórdios da Independência, trataram da elaboração das estatísticas.

Desde cedo aquele torrão pátrio fez-se Estado, quase tornou-se Estado Nacional, independente. Pela posição ocupada, longe do poder central, participe das disputas platinas, praticou interesses econômicos específicos, peculiares. As relações comerciais com os vizinhos era intensa, as fronteiras entre eles eram tênues; as guerras eram muitas e intensas, o provimento ao esforço de guerra era exigente.

Por tudo isso, era preciso conhecer as populações (sem esquecer a colonização iniciada, com seu clero próprio, em geral não católico), bem assim, suas produções, suas rendas e suas posses; era preciso conhecer os movimentos de exportação e de importação, sem o quê não se tributaria, e não se fariam as guerras. Precisava-se de informações e, delas, conhecimentos. Saber para poder.

Era preciso dispor de muitas e variadas estatísticas, para tanto, felizmente, havendo os registros criados, na lógica dos Estados bem formados; contudo, as guerras limitavam a elaboração das estatísticas, e é o vazio que será visto no período da Farroupilha. Não obstante, um espírito favorável à elaboração das estatísticas foi, pouco a pouco, consolidado, o que irá favorecer a *Corrêa da Câmara*.

Francisco Xavier Ferreira, antes de tornar-se constituinte, em 1822, dirigiu sugestões às autoridades provinciais sobre a elaboração das estatísticas⁸. Diz, com muita propriedade, que “a Estatística de um Estado Nacional, de uma província mesmo, é obra do mais excessivo e prolixo trabalho; é uma obra, que fazendo parte da Economia Política, ainda hoje a não tem perfeita muitas Nações civilizadas e cultas”. E a vê como de “dificílima execução”, sendo “obra do tempo, de assídua indagação, da aplicação de muitos sujeitos, coletivamente empregados para seu desempenho”. A seu juízo, como plano, “a estatística tem por objeto conhecer as riquezas e as forças de um Estado, apresentando: 1º o quadro de sua extensão territorial; 2º de sua população; 3º de suas produções; 4º de suas fábricas; 5º de seu comércio”. Por fim, indica as pessoas que deveriam responder às

⁸ Seu texto opina sobre “o ofício que dirigiu a este governo o Coronel Engenheiro da Província” e que talvez fosse o Coronel José Pedro Cezar, referido no relatório do Conde de Caxias.

questões de cada item; essas pessoas, para se porem de acordo sobre os resultados, trabalhariam em “conferências”, reunindo-se em “sala pronta no próprio Palácio [do Governo]”; ora, *mutatis mutandis*, antecipa-se a essência da lógica de criação do IBGE, já sob Getúlio Vargas (como governante constitucional), em 1936 (até a sala no palácio)⁹.

Antônio José Gonçalves Chaves, em 1822 e em 1823, fez cinco textos com o título **Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil**¹⁰; na quinta memória considerou as estatísticas provinciais, com o título: **Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular**. Autêntica corografia, aborda as clássicas temáticas desse tipo de obra: população, território, produção, receitas e despesas, comércio interno e externo, trata das missões jesuíticas; destaca cidades e vilas; tabelas e quadros contém números em profusão, em ótimo visual. Vejamos suas palavras introdutórias:

A Etimologia desta palavra é incerta; uns querem que venha de Stadt, Cidade, ou Estado Policiado; outros Statera, balança que premeia [sic], ou calcula as coisas do Estado; outros querem que venha de Status, situação, ou Estado da República. Como quer que seja ela designa uma ciência mais ou menos cultivada em todos os tempos, e por todas as Nações, tirando-se de qualquer das derivações quase a mesma idéia. Nós a definiremos segundo o fim a que ela se propõe: ciência que avalia a força, riqueza, e poder do Estado político; analisa o território, a população, produções, indústria, comércio interior e exterior, e os Exércitos de mar e Terra, para conhecer os meios de conservar a prosperidade e grandeza; e aumentá-la mesmo se é possível. Um fim tão majestoso não se consegue somente com simples nomenclaturas, e coleções de

⁹ FERREIRA, Francisco Xavier. *Sugestões sobre a organização da estatística da província de São Pedro do Rio Grande (1822)*. *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 1, n. 1, p. 137-138, jan/mar 1940. Em reedição (sem alteração de ortografia, coisa que fizemos).

¹⁰ Publicada anonimamente, tem sua autoria fixada em 1922, por J. B. Hafkemeyer S.J. que a reedita na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, em 1922, ano II, II e III trimestres; p. 149-373.

quadros; mas sim adicionando arazoamentos, e reflexões científicas, fundadas em fatos, e doutrinas, que conduzam ao conhecimento evidente de todos os elementos políticos, e a melhor maneira de tirar deles a maior vantagem possível para o Estado Social. Do pouco que temos exposto concluimos nós que não podemos produzir algum tratado passável [sic] de Estatística da Província, em razão de nos faltarem informações da maior importância, as quais não temos podido obter ainda com muitos esforços, e alguns sacrifícios, a que nos sujeitamos; seja por pouco fervor de algumas pessoas, a quem nos dirigimos, seja pelas dificuldades reais, que essas pessoas encontrassem no desempenho de nossas incumbências. Contudo, não deixaremos de transcrever alguns mapas, e notícias Estatísticas, que estejam ao nosso alcance, tanto para tirarmos deles alguns resultados, que comprovem nossos raciocínios econômicos, como para ver se assim desafiamos pessoas mais aptas a tratarem completamente tão interessante matéria, e particularmente os Governos Provinciais, a quem nenhuma desculpa se pode dar por suas omissões nesta parte tão essencial para a administração pública. A Nação mais negligente em produções deste gênero tem sido sem dúvida a portuguesa; não pode pois o Brasil estar adiantado nesta ciência. Nós julgamos desnecessário inculcar a necessidade dos conhecimentos estatísticos, porque todos sabem, que sem eles é mesmo impossível fazer boas Leis, e ainda mesmo Administração equitativa. Parece que os Governos de cada Província poderiam (dirigindo às diversas Comarcas e Distritos instruções em que se exigissem das Câmaras respectivas, e Magistrados, informações Estatísticas) obter facilmente e em pouco tempo elementos suficientes para ordenar a Estatística de suas Províncias, e destas Estatísticas parciais se formaria uma obra completa,

ou Estatística do Brasil, a qual ainda quando não fosse perfeita, ao menos seria de muita utilidade pública. Não se pode esperar de nós que tratando da População, Agricultura, Comércio, Indústria, ou Finanças possamos apresentar suas relações respectivas como convém fazer no desempenho de um tratado de Estatística, porque a cada passo nos faltam os dados, como já ponderamos; apenas podemos pretender agitar esta importante matéria, para despertar gênios que possam desempenhar, indicando como atrás fizemos a intervenção do Governo, sem a qual será mesmo impossível, que cheguemos a ter algum tratado capaz. Eis aqui os dados que os Governos Provinciais devem exigir de cada Cantão: Extensão e divisão do território. População e suas diversas relações. Produções, minas, pesca, e indústria; e apreciação de toda a sorte de riquezas. Comércio, sua extensão e relações. Impostos; objetos em que assentam, e despesa que se faz em sua percepção. Forças de terra, e mar, e estado de seus aquartelamentos.¹¹

Assim, a seu juízo, os fins das estatísticas, que considera “majestoso”, não se dá “com simples nomenclaturas, e coleções de quadros”, ao que se somariam “arrazoamentos, e reflexões científicas, fundadas em fatos, e doutrinas, que conduzam ao conhecimento evidente de todos os elementos políticos, e a melhor maneira de tirar deles a maior vantagem possível para o Estado Social”, numa visão moderna de produção e análise, juntas. Lamentava não ter tido em mãos mais informações, “seja por pouco fervor de algumas pessoas, a quem nos dirigimos, seja pelas dificuldades reais, que essas pessoas encontrassem no desempenho de nossas incumbências” e esperava que, com

¹¹ Um exemplar da reedição dessa obra nos foi gentilmente oferecida (em dezembro de 2003) pelo Prof^o **Gervásio Rodrigo Neves**. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A citação acima está nas páginas 81-82, logo na abertura da memória aludida.

seu trabalho, conseguisse motivar “pessoas mais aptas a tratarem completamente tão interessante matéria”, e acrescentava categórico, “particularmente os Governos Provinciais, a quem nenhuma desculpa se pode dar por suas omissões nesta parte tão essencial para a administração pública”.

A VISÃO OFICIAL DA ATUAÇÃO DE CORRÊA DA CÂMARA

Nomeado em setembro de 1845, de pronto coloca-se a trabalhar, como atesta o relato de Caxias. *Corrêa da Câmara* dirigirá a repartição provincial de estatística (também chamada de Arquivo Estatístico) até junho de 1848, quando falece. É encontrado morto no leito em que dormia, habitualmente, na própria repartição de estatística, em sua sala de trabalho. Em menos de três anos de atuação, deixa marca de atuação positiva, valendo destacar a publicação póstuma dos **Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**¹².

Em mensagem à Assembléia Provincial, na sua abertura em outubro de 1847, o Senador *Manoel Antônio Galvão*, na presidência da província, comunica que duas pessoas foram dadas como auxiliares ao Conselheiro: o engenheiro *José Maria Pereira de Campos* e o oficial da Secretaria da Tesouraria de Fazenda *Sebastião Ferreira Soares*, que ganhará, depois, já na Corte, projeção nacional, chegando a Diretor da Repartição de Estatística do Ministério dos Negócios da Fazenda¹³. A este auxiliar, Corrêa da Câmara não poupa elogios, em seu livro, atribuindo-lhe a competente organização das estatísticas da receita e da despesa, das importações e das exportações; trabalho que considera exaustivo.

Em março de 1848, a mensagem à Assembléia Provincial, pelo vice-presidente, *João Capistrano de Miranda Castro*, dá conta da ebulição dos trabalhos, bem assim, passa otimismo nas realizações¹⁴. Fala do relato de *Corrêa da Câmara*, onde teria tratado das “valiosas aquisições” da repartição

¹² CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. **Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. 115 p (fora anexos em separado). Depois de muitas buscas, pudemos, através dos colegas ibgeanos (IBGE/RS) **Ernani Rodrigues** (com sua obstinação) e de **Maria do Carmo R. Trugillo** (Chefe da Agência do IBGE em Rio Grande), localizar essa obra na **Biblioteca Rio-Grandense**, fundada em 15 de agosto de 1846, cujo diretor, **Leon Contelle Filho**, não mediu esforços em nos atender e nos dar acesso à mesma. Tem também, aquela biblioteca, o jornal o Mercantil onde a obra foi primeiro publicada. Urge uma reedição dessa obra, de capital importância à compreensão da elaboração das estatísticas.

¹³ **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antônio Galvão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847**. Porto Alegre: Tipografia do Argos, 1847. P. 14-15.

¹⁴ **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 4 de março de 1848**. Porto Alegre: Tipografia do Porto-Alegrense, 1848. P. 18-19.

(documentos diversos, sem dúvida, alguns, possivelmente, de elaboração da repartição de estatística) e os “importantes cadernos” oferecendo resultados (em que são resolvidas dificuldades de impressão das tabelas longas, chamadas atualmente confrontantes, as que tomam páginas paralelas)¹⁵.

Ademais, realça o envio à repartição de estatística de “amostras mineralógicas”, indicando uma expressiva ampliação do escopo daquele órgão; essa situação será reforçada pela dedicação na elaboração da “grande carta geográfica” da província, para tanto sendo contratados “Engenheiros Astrônomos de Limites”¹⁶, sendo adquiridos equipamentos especializadíssimos. Os ditos mapas (quadros) de população ainda desagradam, apesar da atenção dos pastores, mas com a desatenção dos párocos; fala-se em fazer um censo.

Em aditamento ao relatório acima, portanto, para a mesma sessão de 1848, *Francisco José de Souza Soares de Andréa*, presidente da província, informa que “o Conselheiro Encarregado nessa Província da Estatística tem mostrado habilidade, e constância no desempenho dos seus deveres; mas precisa ser ajudado em muitos sentidos pela ação imediata do Governo; a qual de certo lhe não faltará da minha parte”. Segue, também, lamentando a insuficiência dos mapas (quadros) da população, e declara: “se o Governo não ajudar este trabalho com medidas vigorosas, nunca o Encarregado da Estatística conseguirá elementos para organizar tais mapas”¹⁷. Da intenção à ação efetiva, ia, contudo, uma boa distância.

Pouco depois, em junho daquele mesmo ano, 1848, falece o Conselheiro. A mensagem presidencial à Assembléia Provincial de 1849, pelo mesmo presidente, não fala nada das estatísticas (talvez tenha sido um ano de desarticulação, diante da perda do animador). No ano seguinte, para a sessão de abertura em outubro de 1850, *José Antônio Pimenta Bueno* (futuro Marquês de São Vicente)¹⁸, volta ao assunto dizendo: “examinando o que há

¹⁵ Pudemos ver alguns desses cadernos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em perfeito estado de conservação. São como folhas almaço, costuradas na lombada. Tabelas grandes tomavam, sem torção alguma, as duas páginas. Feitas à mão, a bico de pena, têm clareza total nas letras e nos números, como se impressas fossem. Por certo tomava muito tempo elaborá-las e reproduzi-las em algumas poucas cópias.

¹⁶ “Para esse importantíssimo trabalho fez a Repartição uma aquisição que reúne as precisas habilitações, o Dr. George Felipe Carlos Theodoro Norrmann, assinalado nos estudos de Química, Física, Arquitetura, Mineralogia, Botânica, Agrimensura prática e Agronomia”. Conforme o *Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 4 de março de 1848*. Porto Alegre: Tipografia do Porto-Alegrense, 1848. P. 19.

¹⁷ *Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembléia Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exm^o Vice-presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848, pelo Ilm^o e Exm^o Sr. Presidente da Província e Comandante do Exército em Guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa*. Porto Alegre: Tipografia do Comércio, 1848. P. 22.

¹⁸ A Diretoria Geral de Estatística – DGE será criada no gabinete por ele presidido, entre os Gabinetes Itaboraí e Rio Branco, tendo João Alfredo Correia de Oliveira, como Ministro dos Negócios do Império.

feito, devo dizer-vos, que resta tudo por fazer”, contudo, acrescenta entender que “tão importante Repartição deve ser conservada, mas sem dependência de tão numeroso e desnecessário pessoal”. Vai aí, pois, o triplo dilema que as repartições de estatísticas ciclicamente enfrentavam (e não raro ainda enfrentam): primeiro, exigem muita gente e gastam muito; segundo, demoram a apresentar resultados, pois os períodos de produção são longos e lentos; terceiro, é muito difícil, quase sempre, utilizar os resultados, na feitura das políticas públicas¹⁹.

A essa altura são extintos a Repartição de Estatística (Arquivo Estatístico) e também o Arquivo Público, pela Lei 199, de 5 de dezembro de 1850 (lei orçamentária). Seu art. 3º, § 3º, autoriza o presidente da província “a remover para o estabelecimento, que melhor convier, os papéis, e demais objetos” daquelas extintas repartições, cabendo o cuidado dos mesmos ao “Oficial Maior da Secretaria da Assembléa Provincial, que para coadjuvá-lo poderá chamar a qualquer dos outros empregados da mesma Secretaria”. Sete anos depois, pelo art. 32 da Lei 367, de 4 de março de 1857, fica o presidente da província autorizado a “fazer as despesas indispensáveis para obter e coligir todos os papéis e documentos que possam ser úteis à organização da estatística da província, fazendo recolher todos os trabalhos anteriormente feitos sob a direção do falecido Conselheiro *Antônio Manuel Corrêa da Câmara*”. Esforços ingentes terão lugar, mas os frutos serão poucos, e o assunto é esquecido, talvez os papéis de Corrêa da Câmara, naturalmente envelhecidos em conteúdo, tenham sumido.

A ATUAÇÃO EFETIVA DE CORRÊA DA CÂMARA

Antônio Manoel Corrêa da Câmara (set. de 1783 a jun. 1848) no encargo de organizar as estatísticas provinciais, reflete e escreve sobre o significado das estatísticas, como forma de saber e como fonte de poder, além disso, dando forma às idéias, pensa e age sobre o processo de produção, e dedica especial atenção à divulgação dos resultados.

¹⁹ Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850. Porto Alegre: Tipografia de F. Momatelli [?], 1850. P. 9.

Dessa forma, quanto à divulgação das estatísticas elaboradas, concebe os famosos “cadernos” (ou, como dizia, “qüadernos”), de agrado aos muitos que os tiveram e que os têm em mãos; à falta de recursos de impressão (financeiros e tecnológicos, provavelmente), os concebeu numa solução criativa. Como antes dito, em folhas de papel almaço²⁰, costuradas na lombada, em dois ou três lanços de linhas, escrevia as tabelas, geralmente confrontantes. Escrevia as tabelas, é dizer pouco, pois, por sua clareza e limpeza, na verdade as desenhava. Neles, nos tais cadernos, as estatísticas seriam facilmente examinadas pelas autoridades²¹. *Aurélio Porto*, minucioso biógrafo dos Câmara²², afiança que foram feitos “111 quadros estatísticos, 18 mapas e cartas geográficas, ficando quase pronto um grande mapa da Província”, para logo dizer que “estes quadros são os que o Conselheiro [*Antônio Eleuthério de*] *Camargo*, dez anos mais tarde, publica em seu trabalho estatístico da Província”²³, isso, no contexto da já referida procura aos papéis de *Corrêa da Câmara*²⁴.

Foram como fica dito, confeccionados estes trabalhos na esperança de os apresentar impressos, como cumpria; conseqüentemente mandei organizar os quadros e mapas em folhas separadas, para facilitar a impressão. Mui tarde reconheci que o Governo Imperial, de quem esperava meios para proceder a essa impressão, ou a aprovação de medidas que lhe propus, para que ela fosse feita por outra via, se denegara a um e outro. Forçoso me foi então dar outra disposição

²⁰ Essa expressão, papel almaço, talvez não fosse de época; mas fica a atual imagem. Eram folhas em tamanho duplo-ofício, dobradas ao meio, onde se davam as costuras.

²¹ No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul há vários desses cadernos (Maço 1, E85P02). Como exemplo: “Mapas estatísticos da população (por sexo, idade e raça) dos municípios da Província do Rio Grande”, “Quadros estatísticos territoriais (nomes das estâncias, proprietários, dimensões, tipo de criação, número de trabalhadores, peões e agregados)”, “Quadros estatísticos dos edifícios públicos e particulares (por tipo de material de construção) das cidades, vilas e distritos da Província”.

²² PORTO, Aurélio. *Os Corrêa da Câmara. Notas genealógicas, biográficas e históricas*. Anais do Itamaraty, Rio de Janeiro, ano II, vol. II, 1937 (Oficina Gráfica do Arquivo Nacional), p. CLXI. A terceira parte (ou seção) é dedica ao Conselheiro. Esta obra foi-nos indicada pelo Prof^o *Gervásio Rodrigo Neves*, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

²³ Esta obra, de 1868, tem por título *Quadro estatístico e geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, com exemplar existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A ela se soma um “apenso” com tabelas em grandes folhas de papel, existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (essas tabelas, de difícil manuseio, pelo formato desmesurado, bem evidenciam a qualidade da criação dos “cadernos” por *Corrêa da Câmara*, sempre de agradável portabilidade).

²⁴ Ao final da obra há a “relação dos maços e cadernos que acompanham estes ensaios”, ocupando incríveis oito páginas (108-115). Parte deste material, por certo, é o que está no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

aos meus quadros, reduzindo-os a cadernos, para que mais facilmente fossem lidos e examinados pelo Exmo. Governo Provincial. Todavia os mapas sobre herdades, e alguns outros, vão por estreiteza de tempo em folhas separadas, como tinham sido organizados para impressão²⁵.

Quanto à produção, numa incansável correspondência, emitida a agentes locais, que, o mais possível diretamente, associa ou vincula aos trabalhos estatísticos, bem assim, recebida de autoridades, as quais pedira informações, nunca lhes dando trégua, pouco a pouco, cria uma rede de contatos. Aos agentes de coleta (*avant la lettre*) passa instruções detalhadas: a quem deviam procurar, como deviam apresentar-se, como deviam começar as conversas (entrevistas), como deviam consultar a documentação; ademais, essência do processo, revelava a natureza da investigação, em forma de questões, uma após outra, em texto corrido, mas não em formato impresso de formulário (questionário); ao final, dizia como deviam retornar às autoridades, para confirmar a veracidade das informações coletadas e anotadas (as chamadas inscrições primeiras, na expressão latouriana, a bem dizer, de Bruno Latour, pensador francês)²⁶. De posse dessas informações as agregava e promovia a divulgação.

Para que seja julgado com a justiça que merece este trabalho releva ter ainda presente: 1º que algumas imperfeições nele introduzidas devem atribuir-se à falta do necessário tirocínio em empregados que absolutamente dele careciam; não sendo possível depará-los mais habilitados com os escassos ordenados que eles percebiam; 2º que

²⁵ CÂMARA. Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. P. 6-7.

²⁶ No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul há várias dessas correspondências, por exemplo, com a classificação dos bibliotecários: "Correspondência enviada pelo encarregado da estatística, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, com instruções a um empregado da comissão sobre dados a recolher em Pelotas, Jaquirão e Piratini" (de próprio punho de Corrêa da Câmara). "Correspondência enviada à Comissão de Estatística pelo Vice-diretor do Depósito Naval em Porto Alegre com dados sobre o depósito" (também manuscrita). A expressão "comissão de estatística" não parece adequada.

foram poucas as estações [sic] públicas que puderam prestar-se a fornecer esclarecimentos à estatística; e que apesar de mapas, modelos, que lhes foram remetidos, nem todos se conformaram com eles, do que resultou fadiga imensa, e grande perda de tempo em pô-los em harmonia. Estou longe de acusar a quem quer que for [seja]; antes mui disposto a escusar, seja o diminuto dos esclarecimentos e dados subministrados, seja a falta total desses mesmos esclarecimentos e a irregularidade que se nota neles. A guerra civil destruiu muitos arquivos; outras coisas concorreram para que não houvesse exatidão nos registros, e quase todas as estações [sic] públicas carecem de escreventes que tomem a si a tarefa, aliás, pesada, e a um tempo gratuita de coligir, extrair os esclarecimentos em questão²⁷.

Nessa tônica, busca fontes, numa atividade incansável. Não bastasse a atividade de derivar-lhes as informações primeiras, para a ulterior agregação estatística, impunha-se atividade adicional, na forma de recuperação as próprias fontes, sabendo-as valiosas à justiça. Dessa forma, ia além da dimensão cotidiana da repartição.

Faltando-me desde os meus primeiros passos na Estatística, os elementos indispensáveis para o trabalho, e ao mesmo tempo em que me ocupava da volumosa correspondência, em que esses elementos eram solicitados, lancei mão dos livros de registros de sesmarias de campos para criar; de datas de terras para lavrar, e das de terrenos para casas, com os fins seguintes: 1º de calcular, como cumpre a todo o estatístico, a razão em que se acham os terrenos ocupados com os devolutos;

²⁷ CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. P. 4.

2º o de apreciar o valor dessas propriedades; 3º o de consignar em um volume impresso todos esses títulos, onde de um lançar de olhos se conhecesse nos respectivos quadros a denominação da Fazenda, ou terreno concedido, o nome do concessionário, a confrontação respectiva, a autoridade que tal concessão fez, o ano finalmente dessa concessão; trabalho que se tornara tanto mais urgente quando muitos dos livros registros tem as letras tão apagadas que ficarão brevemente ininteligíveis, e que sendo freqüentíssimas as demandas e ações litigiosas levadas aos tribunais à cerca de tais propriedades, muito utilizariam esses tribunais e as partes interessadas em ter à mão em um ou dois volumes impressos o que se acha espalhado em muitos outros e de mistura com todas as outras classes ou espécies de registros; 4º finalmente tive em vista reunindo em um só corpo aquele insano trabalho, proporcionar aos Engenheiros geográficos, topográficos, hidráulicos etc., que trabalharem na Estatística o inapreciável benefício das confrontações, rumos de agulha, etc. que supririam, quanto é possível, a desapareição de tantos volumes de idêntico trabalho, confeccionados pelos Engenheiros da demarcação que levantaram a carta do País, e dos quais apenas resta um só volume na Secretaria²⁸.

A par com esses trabalhos, por certo, cobrando esforços ingentes, diuturnos, *Corrêa da Câmara* achou tempo para escrever sua obra maior, à qual vimos referindo. Publicação póstuma, em 115 páginas, fora os anexos, em formato in-4º, impresso na Tipografia do Mercantil, rua da Praia n.º 367, 1851.

²⁸ CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil. 1851. P. 5-6.

Dou o modesto título de *ensaios* a estes trabalhos estatísticos. Os minguados elementos de que pude dispor para confeccioná-los, não me permitem decorá-los com outro mais pomposo. Tais quais, eu os tenho por mui preciosos. [...] Em todo caso o meu sucessor achará neles um começo não depreciável da estatística provincial; que ele terá de continuar, e provavelmente com outros meios que eu não tive²⁹.

Depois da introdução, tem-se as seções: “Sucinta descrição geográfica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (situação, confrontação, atual divisão)”, “Território considerado com relação às facilidades que oferece ao movimento industrial”, “Território geognófica e geologicamente considerado”, “Clima” (seção que, especialmente, considera importante), “História” (para cuja redação, reconhece, valeu-se das pesquisas realizadas pelo antes referido *José Marcelino da Costa Cabral*), “Meios defensivos do país” (leia-se, da província), “População”, Agricultura; criação de animais”, “Comércio” e “Rendimento da província” (estas duas seções finais são as mais abundantes em estatísticas, sendo, provavelmente, aquelas realizadas por *Sebastião Ferreira Soares*).

Não dependeu de mim dar outra ordem, outra disposição aos meus trabalhos, fui confeccionando aqueles artigos cujos elementos primeiro me vieram às mãos, e se deixei de tratar de outros, foi porque careci absolutamente dos dados elementos [sic] que em vão solicitei, dos que mos poderia prestar. [...] Posso assegurar que pus quanto cuidado em mim esteve por dar a possível perfeição a este trabalho, e que por cúmulo de contradição, ainda gravissimamente enfermo como me vejo ao escrever estas linhas, o continuei sem interrupção de um só dia, arrastando-me do

²⁹ CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. P. 6.

**meu leito à sala em que eles se fazem para dirigi-
los³⁰.**

Na seção “População” relaciona grandes nomes, mostrando erudição distinta. Dentre vários nomes, trata de *Sir Willian Petty* (1623-1687), o fundador da Aritmética Política, de cujo conteúdo (método) mostra saber bem. E volta a tratar da pobreza documental, e da falta de recursos humanos, na repartição de estatística e também alhures.

Antes de tratar da população Rio-Grandense, de que por desgraça tão poucos dados e esclarecimentos tem sido possível obter, cumpre reunir neste lugar o que acerca desta avaliação pensam alguns estatísticos de um e outro hemisfério, e ver-se-á no conhecimento da invencível dificuldade de atingir a verdadeira cifra da nossa população atual, se para obte-la fosse indispensável uma minuciosa dinumeração dos habitantes, faltando-me como me faltam, os indispensáveis elementos que deviam por tal guisa determiná-la, e que a deficiência total de assentos Paroquiais em muitas Igrejas e seus livros registros respectivos que a revolução inutilizou; a carência de Amanuenses em outras e em grande parte das estações [sic] civil que os extraíssem, vieram aumentar consideravelmente com outras mui graves torturas que lhes fazem aziaga companhia, esses peníveis embaraços em que eu com todos os meus predecessores nos vimos envolvidos³¹.

Na seção “História” declara-se devedor dos textos de *José Marcelino da Costa Cabral*, antes citado. Nela, observa o caráter dos gaúchos, seus costumes, hábitos e índole, num texto que mostra a personalidade do Conselheiro. Vejamos:

³⁰ CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. P. 5-6.

³¹ CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. P. 32-33.

Sóbrio, ativo, generoso e bravo; amigo sincero e inimigo não depreciável; firme como um rochedo e de invencível constância na maior adversidade; entusiasta da glória, e para consegui-la anelando os combates, e correndo após [sic] o perigo com avidez insaciável: mas preferindo as mais rudes fadigas de vivíssimas operações militares à estação inativa dos cantonamentos, e a que resulta as nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço de infante que o de cavaleiro, sem deixar de desempenhar qualquer deles quando lhe é destinado; dispensando-se algumas vezes e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de ânimo num campo e batalha; sensível em extremo ao benefício, e perdoadando poucas vezes um ultraje; inclinado ao belo sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notáveis até nas classes menos educadas; sofrendo o frio, a fome, a sede, a calma intensa, com resignação e paciência admiráveis; geralmente talentosos, e aptos para cultivar ciências em que muito teriam aproveitado se de mais tempo as leis, e as instruções que se fomentam e mais felizes circunstâncias tivessem concorrido para ajudá-los; bom pai, excelente marido, filho respeitoso. O cidadão Rio-Grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas e guerreiras, que o fazem recomendável, e será indubitavelmente tão bom agricultor e fabricante como tem sido solícito criador de gado. Tudo deve esperar-se, finalmente, de um povo, que atravessando a sega [seiva] mal conduzida guerra civil de seu país, que a todo momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras províncias, que constantemente arremessadas para o charco imundo da brutalidade, imoralidade, impudor, e desenvoltura da asquerosa imprensa brasileira (*aliquanta*

***exceptione concessa*), nem assim foi possível degradá-lo, e corrompê-lo, conservando-se intacto no seu gênio cavalheiro, seus brios, modéstia, dignidade e honra³².**

Assim ficaram os registros; *Corrêa da Câmara*, de fato, deixou marca como notável realizador. E mais, como a seguir veremos, fez, por assim dizer, escola, influenciando, por bom tempo, na elaboração das estatísticas fluminenses. Ademais, terá influenciado na trajetória ao menos intelectual, se não mesmo profissional, de *Sebastião Ferreira Soares*, um dos mais notáveis labutadores estatísticos, ao longo do século imperial.

A VARIAÇÃO FLUMINENSE, NA ESTEIRA DO CONSELHEIRO

Na Província do Rio de Janeiro, em junho de 1850, dois anos exatos depois do falecimento do Conselheiro *Antônio Manuel Corrêa da Câmara*, o oficial da secretaria de governo, *Angelo Thomaz do Amaral*, encarregado da organização das estatísticas fluminenses, envia ofício ao vice-presidente, no exercício da presidência, o comendador *João Pereira Darrigue Faro*, solicitando “a criação de um arquivo onde sejam devidamente classificados todos os documentos concernentes à estatística provincial, os quais serão brevemente em crescido número e preciosos”, e justifica essa sugestão lembrando “o exemplo de alguns países estrangeiros adiantados³³, e mesmo entre nós o do Rio Grande do Sul, onde semelhantes trabalhos são incumbidos a repartições especiais”, sendo claro estar falando da experiência descrita acima³⁴.

Pouco antes, em março de 1849, dirigindo mensagem à Assembléia Provincial, na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura, *Luiz Pedreira do Couto*

³² CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851. P. 23-24.

³³ Está se referindo à experiência da Bélgica, ao tempo de Adolphe Quetelet.

³⁴ AMARAL, Angelo Thomaz. *Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro. Primeira publicação*. Niterói: Tipografia de Amaral & Irmão, 1851, nota 5. Anexo ao *Relatório apresentado ao Exm^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província no dia 5 de maio de 1851*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio, de N. L. Vianna, 1851.

*Ferraz*³⁵, lamenta o estado das estatísticas provinciais, situação que, diz ele, ocorre porque

[...] muitas de nossas autoridades subalternas não estão ainda feitas a trabalhos deste gênero, e por conseguinte morosamente os executam, como porque pessoas há que se recusam a prestar as necessárias informações a respeito dos indivíduos de suas famílias, ou as dão inexatas; uns por má vontade unicamente, outros por infundados receios de que com o arrolamento se procuram dados para imposição de taxas sobre os escravos, ou base para o recrutamento³⁶.

E, para passar adiante, superando o imprevisto, solicita recursos orçamentários, para efeito de “coadjuvar o desempenho deste importante ramo do serviço público”. E fala dos valores alocados para este fim pela província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura, em 1º de março de 1850, de novo no exercício da presidência, o vice-presidente *João Pereira Darrigue Faro*, endossa as avaliações de *Couto Ferraz*, feitas antes, acrescentando novas dificuldades à realização dos censos, como segue:

As diversas autoridades locais encarregadas de dirigir sua execução [do censo] não podem consagrar-lhe todos os seus cuidados, distraídas como são para outros encargos; e em quase todas as freguesias, mormente nas mais acanhadas, a apatia das municipalidades, a pouca inteligência dos inspetores policiais, a inércia dos párocos e a

³⁵ Barão e depois Visconde de Bom Retiro, nasceu e morreu no Rio de Janeiro, 1818-1886, foi um dos raros amigos íntimos do Imperador Dom Pedro II. Presidiu a província do Espírito Santo, 1846-1848, e do Rio de Janeiro, 1848-1853. Foi Ministro dos Negócios do Império, no gabinete presidido pelo Marquês de Paraná (gabinete de conciliação), 1853-1856. Então, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, futuro Deputado Geral e futuro Senador, era Secretário da Presidência (ou de Governo); terá papel de relevo nas próximas experiências de elaboração das estatísticas nacionais, em especial ao tempo do Censo Geral de 1852 (tentativa frustrada).

³⁶ **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1º de março de 1849.** Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de N. L. Vianna. 1849. P. 56-57.

infundada prevenção dos seus habitantes contra um trabalho cujo fim lhes parece sinistro, baldão os esforços e as instruções do governo as mais claras, precisas e minuciosas.

Se o simples arrolamento encontra estes embaraços, outros ainda maiores surgem, quando se quer ensaiar uma estatística que sirva de base ao legislador e ao estadista para o estudo comparado das fontes da riqueza, da percepção dos impostos, da redução de uns e substituição por outros, da adoção de medidas peculiares a certos municípios com relação à sua indústria especial, enfim para a base sobre a qual os poderes sociais estabeleçam seus atos legislativos ou de administração, sem que recorram, como nos países desorganizados, a hipóteses e presunções.

Entre nós o mais ridículo exame oficial da propriedade é logo taxada de violência e de perseguição, de sorte que nem sequer podemos ainda fazer exatamente o inventário de nossa produção agrícola³⁷.

E, ao dizer da “falta de auxílio pecuniário para os trabalhos estatísticos”, o que lamenta, mostra conhecer que esses trabalhos “demandam despesas avultadas”, além de “pessoal próprio, com conhecimentos especiais” Em reforço a seus argumentos, invoca *Moreau de Jonnés* cuja “competência é irrecusável”, encarregado da organização das estatísticas francesas. Por fim, elogia a atuação de *Angelo Thomaz do Amaral*.

Ano seguinte, 1851, *Luiz Pedreira do Couto Ferraz*, ao passar, temporariamente, a presidência da província ao Comendador *João Pereira Darrigue Faro*, lembra a criação do Arquivo Estatístico, nomeando *Angelo Thomaz do Amaral* para dirigi-lo, aliás, autor da sugestão, como visto antes (em junho de 1850). Afirma dever-se nomear, sem tardança, os comissários municipais, para exame das informações fornecidas pelas autoridades locais

³⁷ Relatório do Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura da Assembléia Provincial, no dia 1º de março de 1850. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de N. L. Vianna, 1850. P. 56-57.

(delegados, subdelegados, párocos, dentre outros)³⁸. Seria, ao menos em parte, o falado “pessoal próprio”, com os quais se estaria habilitando a repartição de estatística, mas, como imaginá-los, a todos, e seriam muitos, possuindo “conhecimentos especiais”? Como remunerá-los, sendo as despesas eternamente problemáticas?

Em 1852, em movimento semelhante, passando a presidência da província, *Couto Ferraz*, recorda o fracasso da tentativa de realização do Censo Geral do Império, e informa que o Decreto (provincial) 561, de 6 de outubro de 1851, confirmara sua decisão de criação do Arquivo Estatístico (em junho de 1850). Exultante, enfatiza a utilidade desse trabalho, que tem por fim avaliar “a força e grandeza da província, e conhecer, por meio de estudos comparativos regular e sistematicamente feitos, o seu crescimento, ou decadência, e as causas que para tais fenômenos possam concorrer”. E volta a falar da escolha e indicação dos comissários municipais, tantos “quantos forem os municípios, freguesias e curatos”, e mais ainda, a escolha e indicação de subcomissários tantos “quantos os distritos em que convenha dividir cada uma daquelas circunscrições territoriais”³⁹.

Ano seguinte, 1853, em movimento semelhante, passando a presidência da província, *Couto Ferraz*, em relato simples e sintético referente ao Arquivo Estatístico, começando um desânimo evidente, informa, quanto à escolha e indicação dos referidos comissários, que “alguns aceitaram os cargos, e estão em exercício; outros porém pediram dispensa, em geral alegando justos motivos”. E diz que estava aguardando informações “sobre os cidadãos que devem ser nomeados com proveito em lugar destes”, razão porque não conseguira fazer todas as nomeações, como gostaria⁴⁰.

Falta fôlego aos trabalhos. Tudo é difícil: as pessoas relutam em informar, e se o fazem, sonexam a verdade; os funcionários qualificados são poucos, quando existem; os recursos são mais e mais demandados, contudo, minguem os orçamentos; as estruturas precisam crescer, e fazem crescer as

³⁸ Relatório apresentado ao Exm^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província no dia 5 de maio de 1851. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio, de N. L. Vianna, 1851. P. 4-5.

³⁹ Relatório apresentado ao Exc^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de maio de 1852. Niterói: Tipografia de Amaral e Irmão, 1852. P. 6-8.

⁴⁰ Relatório ao Exm^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de maio de 1853. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de A & L. Navarro, 1853. P. 5.

despesas indesejáveis; ademais, os resultados são mínimos, quando os há, e se os há, são sempre lentos, demorando muitíssimo a frutificarem, tanto que nem mais se lembra da origem das demandas. Não obstante, a alta direção da repartição de estatística segue zelosa e animada, dedicando-se com inteligência e sem esmorecimento. Diante desse quadro, o fim está próximo.

No relatório à abertura da 1ª sessão da 11ª legislatura, 1856, o vice-presidente, no exercício da presidência, o Conselheiro *Antônio Nicolao Tolentino*⁴¹, começa dizendo que “não me acanho, senhores, em dizer-vos que pouco tem podido fazer a repartição encarregada deste ramo de serviço [a estatística]”, e fala das ações em curso, das dificuldades encontradas, para, judicioso, acrescentar:

Nenhum de vós por certo põe em dúvida as vantagens reais, as apreciações exatas, as conclusões judiciosas que se podem tirar da estatística em geral. A legislação em todos os seus ramos, o comércio em todas as suas transações, a agricultura nos seus processos e melhoramentos, as ciências, as artes, a sociedade enfim e toda a longa e variada escala de suas necessidades e reformas, carece muitas vezes socorrer-se da estatística, ciência dos fatos, que dirige o raciocínio e lhe ministra materiais preciosos para toda a construção moral e física, que é o labor perpétuo, a obra constante da humanidade. Não obstante porém essa convicção unânime, como é sempre a que gera uma verdade universal e incontroversa, a estatística, embora guia seguro e prudente, deixa muitas vezes de servir-nos de farol em nossas indagações, desde que o estádio que queremos percorrer não é caminho de trevas ou de todo desconhecido: temos pressa de chegar, e afã em concluir; abrimos por isso mão do guia, por demais cauteloso, que nos retarda a jornada. Eis por que

⁴¹ Sobre o Conselheiro Tolentino, veja-se: CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2002 (ricamente ilustrado); e BUENO, Eduardo. *Caixa, uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Idéias; São Paulo: Metalivros, 2002. P. 60-63

a estatística, feita moderna da civilização, é ainda pouco apreciada em alguns países, onde por outro lado a difícil e morosa coleção dos fatos, exige recursos, tempo, dedicação e inteligência, que nem sempre é possível reunir para esse fim. No entanto cumpre não esmorecer nas tentativas, antes de continuá-las com perseverança, e ir pouco a pouco vencendo a relutância dos auxiliares nessa tarefa de resultados lentos, e remotos, mas por isso mesmo seguros e preciosos⁴².

Quando da abertura da 2ª sessão da 11ª legislatura, 1857, *Angelo Thomaz do Amaral*, estava distante da direção do Arquivo Estatístico, presidindo a Província do Amazonas⁴³; e fica crítica a situação. Em 1858, em relatório à Abertura da Assembléia provincial, 1ª sessão da 12ª legislatura, o Conselheiro *Antônio Nicolao Tolentino*, já então presidente da província, extingue o Arquivo Estatístico, passando suas funções à Diretoria das Obras Públicas, não obstante reconhecer que “a estatística e a corografia são dois elementos indispensáveis para o legislador e para o administrador”⁴⁴.

As durações dos trabalhos estatísticos e suas respectivas repartições, em ambas as províncias foram mais ou menos as mesmas. Da criação à extinção, passam-se cinco anos no Rio Grande do Sul e seis ou sete no Rio de Janeiro; da criação à saída dos seus idealizadores e animadores, passam-se menos de três anos no Rio Grande do Sul e menos de cinco anos no Rio de Janeiro; após essa saída, o ânimo continua no Rio Grande do Sul por mais dez anos, no Rio de Janeiro por dois anos apenas.

Enquanto as respectivas repartições de estatística existiram, os relatórios dos presidentes das províncias às Assembléias Provinciais foram muito mais completos e consistentes em suas argumentações. As estatísticas apareciam

⁴² Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial do Rio de Janeiro na 1ª sessão da 11ª legislatura pelo Vice-presidente da Província, o Conselheiro Antônio Nicolao Tolentino. Niterói: Tipografia, da Pátria, de C. B. de Moura, 1856. P. 32-34.

⁴³ Em 1871, junto com Antônio Cândido da Rocha, receberá concessão para explorar petróleo, entre outras substâncias, em Iporanga, Comarca de Xiririca, no Vale do Ribeira.

⁴⁴ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, na 1ª sessão da 12ª legislatura, pelo Presidente, o Conselheiro Antônio Nicolao Tolentino. Rio de Janeiro: Tipografia Universal e Laemmert, 1858. P. 154-158.

nos discursos, tema a tema, além de aparecerem em longos anexos tabulares. Como esperado, as estatísticas configuravam um saber distinto e robusto ao exercício dos poderes, legislativo e executivo, mormente deste diante daquele, em suas argumentações; forma de saber e fonte de poder⁴⁵.

Rio de Janeiro, março de 2004

⁴⁵ Em 1852, quando da tentativa de realizar-se aquele que seria o primeiro censo geral do país (não realizado, ao fim e ao cabo de intensa revolta popular), valerá lembrar, colocou-se à frente do mesmo como Diretor Geral de Censo o Senador Cândido Batista de Oliveira, gaúcho, e como Secretário Geral o então Deputado Geral e futuro Senador Francisco Otaviano de Almeida Rosa, fluminense (na verdade, nascido na Corte).